

RESUMO

Esta pesquisa analisa a consolidação da *hegemonia ultraliberal* no Brasil, num período particularmente crítico: o *impeachment* de Collor e a efetivação de Itamar Franco na presidência entre 1993 e 1994, através da grande imprensa nacional, isto é, os periódicos *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Globo*, e a revista *Veja*.

Por tratar-se de veículo ideológico, a imprensa possui papel-chave no que tange tanto à formulação quanto à transmissão de uma dada agenda com vistas a obter a hegemonia, no caso ultraliberal. Tais órgãos lutaram decididamente para evitar que houvesse um refluxo na agenda iniciada por Collor tendo em vista as posições desenvolvimentistas do novo presidente.

Concretamente, temas como, dentre outros, privatização e abertura/internacionalização da economia nacional constituíram a nova agenda, em substituição ao modelo intervencionista (desenvolvimentista) vigente entre os anos 30 e os anos 80. Aos que se opuseram a este receituário, seja quanto à forma seja quanto ao conteúdo, foram desqualificados e estigmatizados, demonstrando o papel ideológico e não democrático dos órgãos em foco.

PALAVRAS-CHAVES

Imprensa, Ultraliberalismo, Hegemonia.

ABSTRACT

This study analyses the hegemony of neo-liberal ideas in Brazil in a special period - from the impeachment of the president Collor till the years of Itamar Franco during 1993 and 1994 - based on the editorials of four big journals and one magazine: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de São Paulo*, *Jornal do Brasil*, *O Globo* and *Revista Veja*.

Conceiving the press as an ideological vehicle, as we do, means to face it as having an important place in formulating and difusing an agenda to obtain hegemony, in this case, neo-liberal. Such institutions tried to mantain the agenda that had begun with Collor in spite of the fact of Itamar Franco's national-development ideas.

Indeed, the new agenda supported themes like "privatization" and "internationalization of national economy" against the Keynesian model - which was hegemonic between 1930 and 1980. Hence, those who supported this last one were considered incapable or conservative, which shows the ideological and no democrat position of such presses.

KEY WORDS

Press, Newliberalism, Hegemony.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| I. INTRODUÇÃO..... | 04 |
| II. DISCUSSÃO TEMÁTICO/BIBLIOGRÁFICA: | |
| a) As transformações na ordem (econômica e política) internacional..... | 07 |
| b) A influência das Escolas (doutrinárias) econômicas | 17 |
| c) Experiências históricas acerca da hegemonia ultraliberal (argumentos críticos) | 28 |
| d) Experiências históricas acerca do papel da imprensa para a formação do consenso | 36 |
| III. A AGENDA ULTRALIBERAL..... | 42 |
| IV. O PAPEL DA GRANDE IMPRENSA EM PROL DA MANUTENÇÃO DA AGENDA ULTRALIBERAL NO – AGORA EFETIVO – GOVERNO ITAMAR .. | 45 |
| V. OUTRAS TEORIAS E INTERPRETAÇÕES ACERCA DO PAPEL DA MÍDIA E DA IMPRENSA | 98 |
| VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 112 |
| VII. BIBLIOGRAFIA GERAL | 115 |

A AGENDA DA TRANSFORMAÇÃO: A GRANDE IMPRENSA E A HEGEMONIA NEOLIBERAL NO BRASIL¹ (O GOVERNO ITAMAR FRANCO – 1993/1994 – E O REFLUXO DA AGENDA)²

3

I. INTRODUÇÃO

O tema central analisado neste trabalho refere-se à maneira como a grande imprensa⁴ se posicionou perante o Governo Itamar Franco – sobretudo em razão das históricas posições nacionalistas e portanto antiliberais do chefe do Executivo –, isto é, desde a expectativa da posse do novo presidente, em razão do *impeachment* do então presidente Collor, até o exercício efetivo do poder a partir de janeiro de 1993, quando superou-se de fato a chamada interinidade do cargo em razão do afastamento definitivo do até então titular.

¹ Da mesma forma como nos relatórios anteriores desta série de pesquisas financiadas pelo NPP sobre a relação entre a grande imprensa e o neoliberalismo, embora preservássemos o título original, utilizaremos a expressão **ultraliberal**, em vez de **neoliberal**, devido à vulgarização deste último termo, que, desta forma, mais confunde do que esclarece. Como a própria grande imprensa se refere ao liberalismo de forma pouco criteriosa, a idéia de um ultraliberalismo revela-nos a radicalidade – no sentido da implementação de uma agenda bem determinada e em razão de seu *modus operandi* – com que os liberais do século XX atuaram com vistas à obtenção da hegemonia. Busca-se, com isso, um critério de diferenciação capaz de desvendar os meandros e artimanhas da contenda ideológica protagonizada pelos periódicos em foco.

² Este relatório completa a tríade de pesquisas sobre a grande imprensa e o ultraliberalismo financiada pelo NPP.

³ Esta pesquisa contou com a colaboração prestimosa de Bruno Tavares de Menezes e Larissa Shiraishi que atuaram como monitores desta pesquisa (financiados pelo NPP), aos quais o autor agradece a entusiasta colaboração.

⁴ Isto é, os jornais *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e a revista *Veja*. Dada a constância com que nos referiremos a cada um destes periódicos, os abreviaremos respectivamente em todo este trabalho da seguinte forma: *JB*, *OG*, *FSP*, *OESP* e *Veja*.

Pretende-se observar como o **refluxo** da agenda ultraliberal – pressentida como tal pela grande imprensa –, implementada, contudo (tal agenda), embora parcialmente, pelo Governo Collor, foi vista pelos veículos da imprensa, sobretudo em relação a um tema que fora tomado como principista: a **privatização** de empresas estatais, pois tidas (estas) como responsáveis pela crise econômica e por inúmeras mazelas pelas quais passava o país. Igualmente, o tema da **abertura da economia** ao capital externo será observado, dada a importância de o país inserir-se na chamada “globalização”, segundo o pensamento predominante expresso pela grande imprensa, dentre outros temas correlatos.

Mas a agenda ultraliberal não fora uma realidade exclusivamente brasileira; ao contrário, desde o início da década de 1980 estivera presente na Europa e nos EUA, espraiando-se progressivamente por todos os quadrantes. Fora acompanhada de transformações na ordem (econômica e política) internacional, sobretudo na estrutura produtiva, com a introdução de um novo modelo de acumulação – o chamado modelo de *acumulação flexível* –, e do ocaso das ideologias legitimadoras da intervenção do Estado na economia, casos do keynesianismo, do socialismo e do nacional-desenvolvimentismo. Assim, o fato de apenas em 1990 o Brasil estabelecer, através do Governo Collor, esta agenda, foi tido pela grande imprensa como um atraso em relação ao que ocorria no restante do mundo – o Brasil estaria perdendo, assim, o “bonde da História”. Essa particularidade brasileira (atraso na implantação da agenda e queda do presidente implementador da mesma) será analisada à luz tanto das transformações da ordem internacional como dos processos de obtenção da hegemonia ultraliberal em outros países, o que implica focar o papel da imprensa.

Dado esse contexto, a análise do Governo Itamar será feita a partir de duas dimensões da grande imprensa: como *aparelhos privados de hegemonia* e como empresas capitalistas. Assim, optamos por expor cada órgão separadamente, um em seqüência ao outro, pois, desta forma, **as idiosincrasias e perfis distintos de cada órgão pôde ser explorado**, embora também comparamos uns aos outros em determinados temas a partir da análise de cada veículo. A ordem de exposição aqui obedeceu a uma classificação teórica: os periódicos *Jornal do Brasil* e *O Estado de*

S. Paulo e a revista *Veja* são concebidos como “doutrinários” (do ponto de vista da doutrina ultraliberal), embora a revista *Veja* também o seja, mas em menor escala; já os jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo* são conceituados como “pragmáticos”, dada a capacidade, historicamente verificada, de alternar posições. Por fim, cabe dizer que a citação dos **editoriais** – foco central deste trabalho, embora não exclusivo –, não obedece necessariamente a critérios cronológicos, embora guarde certa relação com estes, e sim fundamentalmente a *critérios temáticos*.

II. DISCUSSÃO TEMÁTICO/BIBLIOGRÁFICA:

a) As transformações na ordem (econômica e política) internacional

Desde a grande depressão de 1929 e, sobretudo quando do após-segunda guerra, as teorias liberais foram rapidamente perdendo espaço seja para outras doutrinas seja para experiências históricas total ou parcialmente antiliberais, sobretudo em matéria de desenvolvimento econômico. Esse processo se verificou em todo o mundo, guardadas as particularidades de cada país ou região.

Assim, por mais que uma certa desconfiança em relação às virtudes do mercado-livre estivesse se constituindo, a ponto de se estabelecer um certo ambiente ideológico e sócio/intelectual pró-intervenção do Estado, será fundamentalmente o **keynesianismo** o responsável por conferir *organicidade teórica e vigor ideológico às reformas econômicas e sociais* a serem efetivadas pelos diversos Estados nacionais, num contexto internacional (fundamentalmente os países centrais do capitalismo) marcado pela perspectiva da *reconstrução* econômica e política. Afinal, objetivava-se a superação das causas que levaram tanto à grande depressão econômica quanto (no que tange aos fatores econômicos) à guerra.

Como marco desse processo de reconstrução econômica e política – confluyente à elaboração de uma nova ordem internacional – há que se ressaltar o conhecido acordo de *Bretton Woods*, firmado nos momentos finais da guerra. Vejamos, então, como a perspectiva teórica keynesiana, aplicada politicamente no pós-guerra, se estruturou, para horror dos ultraliberais.

Para Keynes, as teorias econômicas informadas pelo liberalismo, e vigentes durante o século XIX até as primeiras décadas do século XX (que poderiam ser denominadas como *laissez-faire*, “teoria do equilíbrio”, “neoclássicas”, entre outras), teriam fracassado quanto ao seu objetivo de reproduzir o capitalismo e distribuir minimamente a renda.

Do ponto de vista da teoria econômica, tornou-se um marco sua **crítica** à até então dominante crença de que a oferta de mercadorias criaria a demanda assim como o livre-mercado cedo ou tarde se auto-regularia, bastando para tanto certos corretivos, tais como a flexibilização dos preços e salários. Esta crítica personifica-se numa **Teoria Geral (do emprego, do juro e da moeda)**, título, como se sabe, se sua obra máxima, publicada em 1936. A Teoria Geral afirmara a necessidade de o Estado induzir a demanda através de gastos públicos com vistas ao estabelecimento do pleno emprego dos fatores econômicos, entre os quais a força de trabalho. Afinal, Keynes subverte os conceitos de *entesouramento* e *poupança* ao afirmar que poupança equivale a investimentos produtivos. Mais ainda, procurara demonstrar que as despesas sociais por parte do Estado, através da criação de uma rede de proteção social, seriam fundamentais para manter o ciclo capitalista produção/consumo/produção, na medida em que esta estratégia implicaria numa *onda multiplicadora* de novos investimentos.

Por outro lado, mas intrinsecamente articulado à sua teoria econômica, o keynesianismo extrapola o âmbito teórico (que, a rigor, vincula-se à economia política) para adentrar à política e, nesta arena, as ações do Estado enquanto manejador de políticas macroeconômicas adquire enorme importância. Dessa forma, o keynesianismo implica uma dupla revolução: na **teoria econômica**, ao subverter as antigas crenças na capacidade panacéica do mercado, e na **ação política**, ao propiciar um programa de ação estatal estruturado em pressupostos teóricos sistêmicos.

Tal programa poderia ser definido sucintamente nas seguintes bases: a) *intervenção do Estado em termos macroeconômicos*, através: da regulação do meio circulante, da baixa da taxa de juros, da inversão de capitais em obras públicas, do apoio ao capital produtivo e combate ao especulativo, da instituição de uma rede estatal de serviços sociais, da cobrança de impostos progressivos. Numa palavra, trata-se da regulação do mercado e dos fatores econômicos; b) *apoio aos sindicatos*, em dois sentidos: como forma de implementar a demanda e como meio de obter a incorporação política dos trabalhadores no sistema capitalista através da democracia liberal (defendida por Keynes, ressalte-se), porém valorizando-se as corporações; e

c) *incorporação do tema da igualdade na acumulação* (desde que vinculado ao capitalismo), isto é, ênfase na redistribuição de renda como consequência desejável – política e economicamente – da acumulação, à guisa de um pacto político entre Capital e Trabalho, intermediado pelo Estado.

Bem, o processo até aqui analisado conflui, no pós-2ª guerra, para a emergência de um **novo modelo internacional de acumulação econômica e de regulação político/ideológica**. Em outras palavras, a agenda política e econômica existente em nível internacional, sobretudo a partir de 1945, permanece expressando a desconfiança no “mercado-livre”, além de incorporar a demanda por justiça social e por um papel ativo do Estado – seja como indutor do desenvolvimento, seja como distribuidor da riqueza produzida, seja ainda como intermediador das relações sociais. Vejamos como se dá esta configuração, isto é, isto é, quais os pilares do chamado este *modelo fordista/keynesiano*⁵. Este que, em outras palavras, rearticulou a *maneira de produzir ao papel ativo do Estado*, tornando-se hegemônico por décadas em quase todos os países capitalistas (embora com distinções importantes), no contexto de uma nova ordem internacional:

a) *modelo de acumulação baseado na estruturação fordista*, isto é, nas empresas “gigantes” – produtoras de quase todo o processo produtivo de uma dada mercadoria –, pois estruturadas de forma hierárquica, taylorista e sediadas em poucos territórios nacionais. São, além do mais, organizadas com uma certa *rigidez*: da estrutura produtiva (padronização de processos e mercadorias e grandes estoques); do consumo (sociedade de massa); do capital, pois predominantemente vinculado à produção e não à especulação financeira; da força de trabalho, que fora basicamente protegida, tanto por parte das empresas como do Estado;

⁵ Baseamo-nos aqui na importante análise de HARVEY, David. *Condição Pós Moderna*. R. de Janeiro, Campus, 1992.

- b) *relação capital/trabalho regulada* de forma corporativa pelo Estado – nos países capitalistas centrais, através da democracia liberal, e nos países periféricos deste sistema de forma autoritária (em larga medida), caso do trabalhismo/populismo no Brasil. Já no bloco socialista o Estado intermediara todas as instâncias da sociedade;
- c) *intervenção estatal*, através: do planejamento econômico e da regulação do mercado (lucros, *royalties*, salários e preços), da proteção ao capital nacional, da criação de um Estado de bem-estar social (*welfare state*), e da participação do Estado como empresário (embora em nem todos os lugares). Tal intervenção personificou-se na social democracia (keynesiana) na Europa, no desenvolvimentismo no terceiro mundo, e no socialismo (este, já partir de 1917), sobretudo no leste europeu;
- d) *existência de fronteiras nacionais relativamente rígidas*, em que o capital nacional e o Estado-Nação possuem forte articulação;
- e) *ordem internacional estruturada na divisão do mundo em dois grandes blocos (guerra fria)*, submetendo a atividade econômica, nos dois lados, a interesses estratégicos e mesmo militares.

Dessa forma, no âmbito capitalista, apesar da assimetria de poder entre os países centrais e periféricos assim como a presença ou não da democracia liberal nuns e noutros, o *modelo de acumulação* e de *regulação ideológica* possuía elementos comuns, vinculados fundamentalmente à presença ativa do Estado. Afinal, como se observa, os tópicos acima tipificados, mesmo que de forma simplificada e resumida, confluíram desde o pós-guerra (ou mesmo antes, caso da crise pós-1929) para uma Agenda em que as reformas econômico/sociais foram direcionadas pelo, e ao, Estado interventor. Este, afirmou-se, portanto, como um agente político e econômico fundamental. A articulação fordista/keynesiana propiciou o maior crescimento econômico com distribuição de renda (esta, em determinados lugares) da história do capitalismo – fato até então inusitado. Daí sua caracterização sociológica como “sociedade afluyente”.

O liberalismo, portanto, notadamente no pós-guerra, consolidara seu brusco declínio. É justamente neste momento que a resistência ultra (ou neo)liberal, se articula. Aqui, os inimigos dos (ultra)liberais não poderiam ser os mesmos de seus precursores no século XVIII; agora, a hostilidade ultraliberal seria voltada justamente contra a burocracia estatal, o planejamento, o Estado de bem-estar, o “nacional-desenvolvimentismo” ou, em outras palavras, o intervencionismo. O socialismo, é claro, enquanto idéia e práxis, especialmente enquanto fora ativo, seria o outro grande inimigo a ser derrotado. Vejamos, então, como o capitalismo vem se transformando desde a década de 1970 e como os ultraliberais resistiriam ao intervencionismo presente durante a maior parte do século XX.

Vejamos, agora, como a crise da década de 1970, sobretudo econômica, foi palco para a instauração do modelo de acumulação flexível e para a ascensão do ultraliberalismo.

O modelo fordista/keynesiano estivera assentado fundamentalmente, como vimos, no ciclo crescimento/redistribuição, que permitira a massificação da produção e do consumo em setores até então reservados a poucos. Este ciclo, contudo, fora quebrado em meados dos anos 70, a partir sobretudo dos dois “choques do petróleo” – em 1973 e 1979 –, que aumentaram sobremaneira o preço do barril, mantido a preços baixos desde o pós-guerra, gerando alta inflação e outras “disfuncionalidades” à economia. Antes disso, porém, já em 1971 o presidente dos EUA, Richard Nixon, proibira a convertibilidade ouro/dólar que, além de desmontar a estrutura de *Bretton Woods*, sinalizara o que estaria por vir: *o surgimento de um poderoso e inédito mercado financeiro*, cada vez menos lastreado na produção. Uma espécie de “capitalismo de cassino”⁶, segundo expressão já usual, fora aos poucos se consolidando, através dos mercados de *derivativos*, *futuros* e de *opções*, dentre inúmeros outros, a ponto de, em 1999, circular cerca de 1 trilhão e 300 bilhões de dólares *diariamente* nesses mercados financeiros em todo o mundo. Esta circulação financeira, verdadeira especulação *virtual*, somente tornou-se possível graças à

⁶ Ver a esse respeito DAHRENDORF, Ralf. *O Conflito Social Moderno*. R. de Janeiro, Jorge Zahar/S. Paulo, Edusp, 1992.

criação de mecanismos informacionais que, além de compactarem o tempo e o espaço, rompendo certos limites das fronteiras nacionais, possibilitaram um crescimento inédito de capitais especulativos. Estes tornaram-se vorazes por moedas, ações e toda sorte de ativos voláteis – e incertos, diga-se –, destruindo economias num apertar de teclas.

É nesse contexto de profunda desestruturação da ordem econômica do pós-guerra, portanto, que devemos compreender a ampliação da audiência à retórica ultraliberal. Mas os novos mercados/capitais financeiros representam apenas parte de algo maior, que, de modo geral, pode ser denominado como **modelo de acumulação flexível**. Vejamos suas bases para que, desta forma, possamos compreender a estrutura econômica a qual os ultraliberais puderam tornar-se hegemônicos. Enfatize-se que a ascensão deste modelo implica que a configuração fordista/keynesiana fora, de forma paulatina, porém radical, transformada e substituída. Tal fenômeno vem significando uma nova conformação econômico/social e político/ideológica, e conflui, como veremos, à **hegemonia (ultra)liberal**. De forma panorâmica, os fatores estruturais, em termos do modelo de acumulação, que contribuíram sobremaneira para a substituição da Agenda e da hegemonia vigentes desde o pós-guerra – e que são decisivos à compreensão do papel da grande imprensa brasileira no período em foco deste trabalho – dizem respeito, entre outros:

a) à reestruturação produtiva, paulatinamente tornada flexível, nos seguintes aspectos:

- ♦ Introdução de novas tecnologias (informática, robótica e outras) e de novos modelos de gestão empresarial (reengenharia, entre outras) na atividade produtiva, que implicam, via de regra, a redução do capital humano;
- ♦ Utilização do incessante processo de subcontratação – terceirização e quarteirização – de empresas (de tamanho, tecnologia e qualificação díspares) em substituição à clássica “empresa gigante” fordista;

- ♦ Expansão geográfica da produção econômica (arrefecimento das fronteiras nacionais em termos de produção/circulação de produtos e serviços);
- ♦ Rompimento do pacto entre Capital e Trabalho, até então intermediado pelo Estado, sobretudo nos países de capitalismo central (democracias liberais), implicando uma brutal diminuição do poder dos sindicatos. Aqui, a relação Capital/Trabalho torna-se claramente pendente para o primeiro, mesmo levando-se em consideração as transformações na propriedade das empresas;
- ♦ Enfraquecimento da força de trabalho em razão da flexibilização da proteção à mão de obra, fragilizando-a ainda mais.

b) à transformação da ordem internacional, em razão do ocaso do socialismo, que representou por décadas uma alternativa ao capitalismo. Este acontecimento não apenas contribuiu decisivamente para o fim da guerra-fria como expandiu conseqüentemente a formação capitalista para quase todos os países do globo. As assimetrias entre os países foram ampliadas.

c) à maior interdependência das economias nacionais, viabilizada através da desproteção ao capital nacional. Apesar da assimetria entre os diversos países, o tema da abertura econômica vem ocupando a Agenda internacional desde o início dos anos 80. Do ponto de vista institucional, com a finalização da rodada Uruguai do GATT criaram-se agências internacionais voltadas à liberalização do comércio mundial, sobretudo a Organização Mundial do Comércio (OMC). De forma mais ou menos paralela, a criação de diversos blocos comerciais regionais – caso do Mercosul, que envolve o Brasil – vem liberalizando as economias dos parceiros no interior dos blocos, colocando uma vez mais em questão o protecionismo e a soberania do Estado Nacional (tal processo não é, contudo, uniforme, e, interblocos vige o protecionismo).

O modelo de acumulação flexível fora, portanto, o contexto econômico para importantes transformações políticas que se verificaram a partir do final dos anos 70. Trata-se da ascensão ao poder de agrupamentos políticos perfilhados – embora não sem contradições – ao ultraliberalismo. Especialmente M. Thatcher (1979), na Grã Bretanha, e R. Reagan (1980), nos EUA, comandaram uma verdadeira guerra ideológica no sentido de espriar “reformas orientadas para o mercado”. Suas ações sintetizam, além de um novo padrão de atuação do Estado, uma guinada ideológica fortemente liberal/conservadora, na medida em que temas como valorização da família e da religião, obtenção da ascensão social exclusivamente através do mérito e do individualismo, dentre outros, passaram a ser enfatizados como um modelo ideal a ser seguido. As instituições estatais deveriam, pois, contribuir para tanto, através, por exemplo, da forte diminuição dos gastos com proteção social, num ambiente ideológico marcado pela crença nas oportunidades oferecidas pelo livre-mercado. Como a ascensão social se daria pelo esforço individual, caberia ao Estado apenas o papel de árbitro nos contratos livremente acordados (revalorização do “self made man”).

As políticas ultraliberais associadas a Thatcher e Reagan foram respectivamente conhecidas como *capitalismo popular* e *reaganomics*. A primeira implicou a privatização de empresas estatais através da venda de suas ações ao cidadão comum, pulverizando-as ao máximo. Além disso, equipamentos sociais, como habitações populares e outros, gerenciados pelo Estado, também passaram pelo mesmo processo. Em outras palavras, não bastasse a desestatização maciça da economia britânica, que mudaria enormemente tanto o papel do Estado como do capital nacional, o chamado “capitalismo popular” representou um forte **apelo ideológico** para conquistar adeptos e espriar-se pelo mundo⁷. Em outras palavras, a abertura da economia, a privatização, a desregulamentação e flexibilização dos fatores produtivos e o declínio da proteção social foram fortemente associados aos benefícios que produziriam ao indivíduo que se esforçasse para melhorar seu padrão de vida. O Estado, mínimo, auxiliaria na regulação dos contratos e na elaboração de

⁷ No Brasil, a grande imprensa aderiu vigorosamente a esse mecanismo por motivações essencialmente ideológicas.

estruturas que permitissem a competição: daí em diante, tudo dependeria dos indivíduos.

Por seu turno, a chamada *reaganomics* significou uma contínua política de diminuição de impostos e das funções sociais do Estado, valorizando-se a retórica de que o “mercado-livre” produziria mais oportunidades e riquezas. Mais ainda, o Estado interventor, inclusive quanto aos capitais financeiros, aparece como óbice ao desenvolvimento das potencialidades individuais, que se expressariam no mercado.

O discurso ultraliberal de ambos não deve, contudo, obscurecer o fato de que detinham um conteúdo fortemente conservador e autoritário, tendo-se elegido os sindicatos, em particular, e o movimento dos trabalhadores, como um todo, como os grandes culpados pela crise econômica pela qual passavam os diversos países, sobretudo a Inglaterra. Daí os já históricos conflitos entre Thatcher e os sindicatos ingleses. Quanto a Reagan, há que se notar que, do ponto de vista militar, os gastos do Tesouro produziram enormes *déficits*, sendo este período denominado de “keynesianismo militar”, o que contradiz com a retórica ultraliberal de um “Estado mínimo”.

Quanto à América Latina, o programa desenvolvido em 1989 e batizado de “Consenso de Washington” – constituído sob a coordenação dos EUA – representou basicamente um modelo a ser seguido pelos países latinos, através dos seguintes pontos: disciplina fiscal; priorização e rigidez nos gastos públicos; reforma tributária desonerante da produção; liberalização financeira; liberdade cambial; liberalização comercial; ênfase no investimento do capital estrangeiro; privatização; desregulação; e aprovação/reconhecimento da lei das patentes (propriedade intelectual).

Do ponto de vista das instituições internacionais, uma importante afirmação ocorre a partir da finalização da Rodada Uruguai do GATT, pois voltada fundamentalmente à liberalização do comércio internacional, *independentemente das assimetrias entre os países centrais e periféricos*. Por seu turno, sobretudo a partir de meados dos anos 70 ocorrera também uma mudança no papel das agências internacionais, tais

como o FMI e o Banco Mundial, entre outras, pois cada vez mais suas ações tornaram-se tributárias dos interesses do governo norte-americano, diferentemente das pretensões iniciais de *Bretton Woods*, que as criou.

Como conseqüência das transformações do modelo de acumulação assim como da propagação ideológica e das assimetrias do poder internacional, estas instituições contribuem decisivamente para a reformulação da ordem econômica internacional – informadas, enfatize-se, pelos interesses dominantes dos países centrais, sobretudo dos EUA. Daí a expressão “globalização” ter adquirido ampla notoriedade, querendo, pois, supostamente significar a supressão de fronteiras econômicas, a total separação entre o capital nacional e o Estado-Nação, e a autonomia dos capitais (produtivos e sobretudo especulativos), portanto sem a correspondente capacidade de controle por parte dos Estados nacionais. Em verdade, estas supostas características do que se chama – de forma completamente imprecisa e generalizante – de **globalização** correspondem em grande medida a um **mito convenientemente** criado, sobretudo a partir dos EUA, como forma de abrir mercados protegidos desde os anos 30 ou 40 na maior parte dos países⁸.

Por outro lado, o tema da reforma dos Estados nacionais ocupa papel-chave na Agenda internacional, caracterizando-se, paradigmaticamente como aludimos, como “reformas orientadas para o mercado”, à luz, portanto, da hegemonia ultraliberal, impelidora de um modelo a ser aplicado por (quase) todos.

Conclui-se que a atuação do **movimento ultraliberal** – através das crises dos modelos de intervenção, do discurso radicalizado, da ascensão de governos ideologicamente vinculados a esta corrente e da mudança das instituições internacionais – é decisiva ao surgimento do modelo de acumulação flexível. Por mais que os diversos fatores acima relatados possuam uma relativa independência, não se pode deixar de considerar o papel de um movimento que fora, paulatinamente, conquistando *corações e mentes*. Afinal, *estrutura produtiva e*

⁸ Apoiamo-nos aqui fortemente em HIRST, Paul, e THOMPSON, Grahame. *Globalization in Question*, Oxford, 1996.

discurso ideológico se retroalimentam, influenciando-se mutuamente, tendo conseguido portanto transformar a Agenda e a hegemonia (intervencionistas) a duras penas erigidas sobretudo no pós-2ª guerra. Em outras palavras, a proteção estatal no que tange aos direitos sociais e políticos dos trabalhadores, conquistada a partir de acontecimentos como a grande depressão, as duas guerras mundiais e o espectro revolucionário, dentre outros eventos, vem paulatinamente regredindo. A junção, contudo, de *desemprego estrutural tecnológico* com *diminuição do Estado de bem-estar*, além do *caráter especulativo do capital financeiro*, faz com que muitos relembrem Keynes e os “intervencionistas”, pois um cenário explosivo potencialmente poderia vir a ocorrer, tornando os acontecimentos dos anos 30 um aperitivo comparativamente ao grande jantar. É este o cenário do final do século XX, ao qual a grande imprensa brasileira será instada a se colocar, com o agravante de a situação do país ser muito mais delicada que a de seus congêneres no chamado “primeiro mundo”.

b) A influência das escolas (doutrinárias) econômicas

Será a partir das idéias elaboradas por diversos autores, entre os quais os abaixo analisados, pertencentes em sua maioria duas *Escolas* fundamentais à doutrina ultraliberal, que poderemos compreender a retomada da hegemonia (ultra)liberal, sobretudo a partir do final da década de 70 do século XX. Vejamos, então, de forma panorâmica, as premissas de alguns dos principais ideólogos destas Escolas (as exporemos seguindo uma certa ordem cronológico/temática). Começemos pela chamada *escola Austríaca*. Nesta escola (entendida no sentido de uma *forma doutrinária de pensar*), desde os anos 20 a figura de **Ludwig Von Mises** aparece em destaque, notadamente em virtude da crítica que fizera à *planificação*, vista como destruidora das liberdades. Observe-se como o radicalismo (ultra)liberal, mesmo em circunstâncias tão críticas como as acima referidas, é expresso por este autor, e posteriormente incorporado por todos os adeptos desta doutrina:

“Simplesmente não há outra escolha que não esta: ou abster-se de interferir no livre jogo do mercado, ou delegar toda a administração da produção e distribuição ao governo. Capitalismo ou socialismo: não há meio termo. (...) Onde quer que o

governo recorra à fixação dos preços, o resultado é sempre o mesmo. Quando, por exemplo, o governo fixa um teto para os aluguéis residenciais, segue-se, imediatamente, um déficit de moradias”.⁹

Em outras palavras, para o pensamento ultraliberal não apenas seria impossível, teoricamente, um certo controle do mercado – vinculado a um sistema misto de produção –, como o seria ineficaz, pois seus resultados seriam opostos aos pretendidos, à guisa da *tese perversidade*¹⁰. Este pressuposto, aliás, seria válido inclusive quanto ao desemprego, mesmo com o fenômeno da depressão, pois:

“Dar suporte ao desempregado, por meio do governo ou do sindicato, serve apenas para ampliar o mal. Se o que estiver envolvido for o desemprego, causado pelas mudanças dinâmicas da economia, o auxílio-desemprego resultará no adiamento do ajuste dos trabalhadores às novas condições. O trabalhador desempregado que esteja por isso aliviado não considera necessário procurar uma nova ocupação, se já não encontra emprego em sua antiga ocupação. (...) Se os auxílios-desemprego não forem fixados a um teto muito baixo, pode-se dizer que, na medida em que seja oferecido, o desemprego não desaparecerá”.¹¹

Portanto, mesmo em relação a temas socialmente explosivos não deveria o Estado intervir, no caso protegendo os que perderam vagas no mercado, pois este, em razão de suas virtudes intrínsecas, cedo ou tarde se reequilibraria. Em outras palavras, o desemprego de hoje seria compensado com o emprego, em outras áreas ou setores, proximamente. Daí os auxílios, sobretudo o seguro-desemprego, serem perniciosos, inclusive para o ânimo dos desempregados, que se acomodariam em ser sustentados

⁹ MISES, L. Von. *Liberalismo, segundo a tradição clássica*. R. de Janeiro, José Olympio/Inst. Liberal, 1987, pág. 79.

¹⁰ As *teses da futilidade e sobretudo da ameaça e da perversidade*, segundo tipificou Hirschman, serão exaustivamente utilizadas pela grande imprensa, demonstrando todo o seu conservadorismo – entendido como baixa propensão ou mesmo reação à introdução de novos direitos, com vistas à manutenção do *status quo*. As três teses representam, respectivamente, a idéia de que as reformas não levarão a nada, que ameaçarão direitos anteriormente adquiridos, e que terão o efeito contrário do pretendido, caso do exemplo acima. Cf. HIRSCHMAN, Albert. *A retórica da Intransigência*. São Paulo, Cia. das Letras, 1985.

¹¹ MISES, L. Von. *Liberalismo, segundo a tradição clássica*. *op. cit.*, pág. 84.

pelo Estado, isto é, pelo contribuinte. Como o mercado é concebido como uma entidade infalível, e espontânea, qualquer artificialismo perturbaria sua ordem natural, dificultando ou impedindo a plena realização de seus benefícios. Essas idéias são esclarecedoras sobre o sentido do radicalismo ultraliberal e, mais, clarificam as razões de seu ocaso após a grande crise de 1929.

Por outro lado, apesar de o livro em tela de Von Mises ter sido escrito em 1927, o ambiente na Europa já não era de otimismo, e a economia apresentava sinais crescentes de crise (note-se que, quando de seu lançamento em língua inglesa, em 1962, Von Mises ratificou as idéias ali presentes). Além do mais, enquanto os regimes nazi/fascistas e socialistas criavam empregos e (re)organizavam a economia, o ultraliberalismo da escola Austríaca recomendava, aos milhões de trabalhadores, paciência, pois o mercado voltaria, um dia, a criar, sozinho e espontaneamente, empregos. Isso fez com que as idéias e os ideólogos ultraliberais fossem culpabilizados pelas crises pelas quais passava a economia capitalista.

Mas seria um outro austríaco, **Friedrich Von Hayek**, a principal referência ao pensamento ultraliberal. Teórico, economista, filósofo moral e principalmente ideólogo, pertence à tradição da escola Austríaca, tendo-se transferido para Londres (onde lecionou na London School). Hayek constituiu-se num autor seminal, pois seu pensamento, na verdade uma contra-ofensiva, fora encarnado em inúmeras obras e em agitação ideológica – na academia, na imprensa e em outros centros formadores/espraiadores de opinião. Afinal, carregou adeptos e influenciou a transformação da Agenda mundial, culminando com a ascensão ao poder do Estado, em inúmeros países, de partidos perfilhados às bandeiras ultraliberais hayekianas, caso do Partido Conservador de Thatcher.

Note-se que Hayek já se tornara figura proeminente na Áustria (fora discípulo de Von Mises), onde os fundamentos de seu pensamento teriam se estabelecido. Assim podemos definir as premissas hayekianas, a partir da tradição austríaca:

“A economia dos austríacos insiste na noção de escolha ou decisão individual. Os demais conceitos da ordem social são definidos a partir dessas intenções e crenças, elementos basilares que orientam e dirigem a ação individual.”¹²

[Para Hayek:] “(...) o mundo é um grande leilão de ofertas e demandas. O mercado é a coordenação das ações dos indivíduos, dirigidas pelos juízos de valor destes últimos (suas preferências). Os preços de mercado dizem aos produtores o que produzir e em qual quantidade.

“Neste leilão, a informação a que se tem acesso dirige os atos de ofertantes e compradores. E essa informação diz respeito ao futuro, tal como imaginado e projetado, e ao passado, tal como conhecido (ou como se imagina conhecer).

“Os preços são ‘portadores’ e quadros sinópticos dessas informações sobre bens e recursos disponíveis (ofertados no mundo-leilão) (...) isto é, como devem reescalonar prioridades diante do comportamento continuamente mutante de seus parceiros-interlocutores-competidores”.¹³

A confiança ilimitada no *livre-mercado*, *locus* em que as informações – sobretudo a mais importante delas, os preços – fluiriam livre e espontaneamente, permitindo, a partir daí, os cálculos individuais, constitui, portanto um elemento central no pensamento do autor, sendo enfatizada à exaustão. Logo, bastaria uma intervenção do Estado para que este “arranjo espontâneo” se desmoronasse, desorientando completamente os indivíduos. Estes, ao serem concebidos ao mesmo tempo como “parceiros/interlocutores/competidores”, devido à harmonização do *mercado-livre*, desenvolveriam todas as suas habilidades, beneficiando a sociedade como um todo, mesmo que adotassem o mais radical egoísmo.

¹² MORAES, Reginado C. C. de. “*Filosofemas que têm conseqüências – a Escola Austríaca e Keynes diante da especulação e da incerteza sistêmica*” In *Economia, Política e Ideologias*. Campinas, Unicamp, IFCH, Coleção Primeira Versão, nº 83, abril/99, pág. 14.

¹³ Idem, *ibidem*, págs. 15 e 16.

Como se observa, as idéias de Hayek procuram justificar a superioridade do modo de produção capitalista (e das virtudes do mercado-livre) em relação seja aos sistemas mistos (caso da social democracia) seja ao socialismo. A desigualdade social resultante de uma sociedade ultraliberal individualista e possessiva não apenas é aceita como justificada, pois inerente às qualidades distintas dos homens. Num mundo marcado pelo trauma da depressão mundial, do desemprego e de guerras mundiais – entre as décadas de 10 e 40 –, estas posições foram defendidas de forma tenaz, assemelhando-se ao fundamentalismo religioso, pois quanto mais a realidade mostrava-se antitética a estes valores mais os mesmos eram ratificados e propugnados. Caso paradigmático desse *ethos* é o tema da “justiça social” que, apesar de crucial naquele momento, fora considerado, por Hayek, “sem significação” numa sociedade que se requer livre, pois:

“(…) a questão precedente é saber se é moral que os homens sejam submetidos aos poderes de direção que teriam de ser exercidos para que os benefícios obtidos pelos indivíduos pudessem ser significativamente qualificados de justos e injustos.

“Deve-se admitir, é claro, que o modo pelo qual os benefícios e ônus são distribuídos pelo mecanismo do mercado deveriam, em muitos casos, ser considerados muito injustos se resultassem de uma alocação deliberada a pessoas específicas. Mas não é este o caso. Essas cotas são resultado de um processo cujo efeito sobre pessoas específicas não foi nem pretendido nem previsto por ninguém quando do surgimento das instituições – as quais puderam então continuar existindo por se ter constatado que proporcionavam a todos, ou à maioria, melhores perspectivas de satisfação das suas necessidades. Exigir justiça de semelhante processo é obviamente absurdo, e selecionar algumas pessoas numa tal sociedade como fazendo jus a uma parcela específica é evidentemente injusto”.¹⁴

¹⁴ HAYEK, F. A. von, *Direito, Legislação e Liberdade – uma nova formulação dos princípios liberais de justiça e economia política*. São Paulo, Ed. Visão, 1985, 3 volumes, pág. 82 (volume II).

O fato da primeira edição, escrita em língua inglesa, ser de 1979, não atenta contra a análise de que o tema da justiça social fora considerado “sem significação”, pois o mercado, em Hayek, continuaria sendo, desde sempre, o melhor alocador tanto das preferências como das recompensas individuais.

Como se observa, para Hayek o mercado seria o único mecanismo possível de distribuição – natural e espontânea – de renda. Os que demandassem por “justiça social”, isto é, intervenção (considerada autoritária) do Estado com vistas a retirar recursos dos que se saíssem melhor no mercado, ou simplesmente fossem mais afortunados, e repassá-los aos “fracassados” (os pobres), não teriam compreendido o seu funcionamento. Afinal, o mercado não é concebido como justo ou injusto, pois seu papel seria apenas o de coordenar os agentes produtivos, cabendo a estes, pelo mérito, promover a **justiça (ascensão social)**, que seria, portanto, **individual**. Daí o papel essencialmente “regulatório” a ser desempenhado pelo Estado no que tange ao cumprimento dos contratos efetivados entre as partes livres.

Assim afirma Hayek, num livro-marco do pensamento ultraliberal – “O Caminho da Servidão” –, pois escrito em 1944 já como resistência ao novo intervencionismo que rapidamente se consolidava:

“O Estado deve limitar-se a estabelecer normas aplicáveis a situações gerais deixando os indivíduos livres em tudo que depende das circunstâncias de tempo e lugar, porque só os indivíduos poderão conhecer plenamente as circunstâncias relativas a cada caso e a elas adaptar suas ações (...)”¹⁵ “Num mundo em que tudo fosse previsto com exatidão, o Estado dificilmente poderia agir e ao mesmo tempo ser imparcial.”¹⁶

Como se observa, o Estado Intervencionista é concebido como supressor das liberdades individuais, sobretudo o Estado Previdenciário do pós-guerra que, além do mais, seria criticado como “paternalista”, expressão estigmatizada pelo ultraliberalismo. Trata-se, em verdade, de uma radicalização da crítica ao mesmo,

15 HAYEK, F. A. Von. O Caminho da Servidão. R. de Janeiro, Expressão e Cultura/Instituto Liberal, 1987, pág. 88.

16 Idem, ibidem, pág. 89.

pois compara-se a proteção (social) do Estado à de um pai arbitrário. Por isso, para Hayek:

"Se o governo não deseja apenas facilitar aos indivíduos a conquista de certos padrões de vida, mas também garantir que todos os conquistem, só poderá fazê-lo privando os indivíduos de qualquer escolha neste sentido. O Estado previdenciário torna-se assim um Estado familiar no qual um poder paternalista controla a maior parte da renda da comunidade, alocando-a entre os indivíduos nas formas e quantidades que julga compatíveis com sua necessidade ou mérito".¹⁷

A oposição ultraliberal, portanto, atuará fortemente no sentido de evitar que as sucessivas intervenções do Estado na economia levassem os países – sobretudo a Europa e os EUA, paulatinamente e sem que seus povos e líderes se apercebessem – à “servidão” (sinônimo de socialismo). Mas, para Hayek, se o Estado interviria em demasia em inúmeros setores, desorganizando a produção, estaria deixando de intervir aonde deveria: nos sindicatos. Afinal, estes são concebidos como agentes monopolistas, pois, além de controlarem a força de trabalho, impondo greves e piquetes, desconsiderariam a característica básica do salário: ser um preço, como qualquer outro. O que implicaria, portanto, a não existência de salários mínimos ou mesmo de salários profissionais, pois:

"Embora, na realidade, as conquistas obtidas pelos sindicatos com sua política salarial sejam muito menores do que geralmente se supõe, apesar disso, *suas atividades nesse campo são muito prejudiciais do ponto de vista econômico e extremamente perigosas do ponto de vista político*".¹⁸ [E continua o autor:]

17 HAYEK, F. A. Von, Os Fundamentos da Liberdade. Brasília, Ed. UNB e São Paulo, Ed. Visão, 1983, pág. 316.

18 Idem, ibidem pág. 330, ênfases nossas.

“(…) embora pouco se deva esperar de qualquer ação específica do governo contra o monopólio da iniciativa [empresarial – FCPF], a situação é diferente nos casos em que *os governos* deliberadamente promoveram o crescimento do monopólio e até *deixaram de exercer a função primordial de governo – a prevenção da coerção –, permitindo exceções às normas legais gerais, como vêm fazendo, há muito, no campo do trabalho.*”¹⁹

Torna-se claro que o radicalismo ultraliberal despreza um elemento crucial das sociedades industriais – o fato da força-de-trabalho possuir um poder infinitamente menor, como um todo, do que o dos detentores do capital. Donde pode-se concluir que o veto à organização sindical implica um forte caráter conservador, e mesmo reacionário, por parte deste pensamento que, dessa forma, afasta-se das vertentes mais democráticas surgidas no seio do liberalismo no século XIX.

Vejamos a segunda escola, esta em sentido institucional. Trata-se da chamada **Escola de Chicago**, que possui um importante papel teórico e ideológico no interior do movimento ultraliberal, pois apoia-se:

" (...) numa forte crença nos mecanismos de competição e nas forças do 'livre-mercado', [pois] a Escola de Chicago é contrária a qualquer política pós-keynesiana de participação do Estado na expansão das atividades econômicas, sustentando que qualquer intervenção desse tipo é inútil e nociva e que apenas uma correta política monetária pode levar à estabilidade econômica." ²⁰

Enfatize-se que, do ponto de vista da teoria econômica, esta Escola elaborou e espalhou a **teoria monetarista**. O princípio básico desta vertente provém da teoria quantitativa da moeda que, se equilibrada em relação ao lastro material, possibilitaria a estabilidade econômica. É interessante observar que este programa

¹⁹ Idem, ibidem, pág. 322, ênfases nossas.

²⁰ *DICIONÁRIO DE ECONOMIA*, São Paulo, Abril Cultural, 1985, págs. 147 e 148.

vem influenciando os mais variados regimes políticos, tendo-se iniciado no Chile do Gal. Pinochet.

Do ponto de vista das políticas públicas sociais, a Escola de Chicago, através de seu principal expoente, **Milton Friedman**, propõe a “(re)privatização” da questão social, o que por si só demonstra o radicalismo da ideologia em foco. Esta reprivatização é assim definida por Friedman:

“(…) [a] pobreza é, em parte, uma questão relativa, pois mesmo nestes países [trata-se dos países ocidentais que teriam enriquecido nos últimos séculos – FCPF], há muitas pessoas vivendo em condições que nós todos denominamos pobreza.

“*Um recurso – e sob muitos aspectos, o mais desejável – é a caridade privada.* É interessante notar que no auge do ‘laissez-faire’ na segunda metade do século XIX, na Inglaterra e nos EUA, houve extraordinária proliferação de organizações e instituições privadas de caridade. Um dos custos mais importantes da extensão das atividades do governo nestas áreas foi o declínio correspondente das atividades privadas de caridade.²¹ [E continua o autor;]

“*O liberal (...) Considerará a caridade privada destinada a ajudar os menos afortunados como um exemplo do uso apropriado da liberdade.*”²²

A solução ao problema da pobreza deveria ser transferida, portanto, do Estado à iniciativa individual, ou melhor, à boa vontade e às consciências sensíveis dos *indivíduos altruístas*. Daí a *caridade* ser a recomendação do radicalismo ultraliberal

²¹ FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo & Liberdade*. São Paulo, Artenova, 1977, pág. 161, ênfases nossas.

²² Idem, *ibidem*, pág. 165, ênfases nossas.

para a sociedade cuidar dos pobres, pois, ao mesmo tempo em que estes seriam “auxiliados” a liberdade individual estaria garantida. Afinal, ninguém seria obrigado a ajudar os necessitados, pois só o faria por livre e espontânea vontade. Mais importante, o Estado não obrigaria a sociedade como um todo a – contrariamente à vontade de inúmeros cidadãos, eventualmente majoritários – contribuir de forma compulsória com um sistema de benefícios sociais. Neste, os impostos progressivos, as regulamentações e a burocracia estatal aumentariam continuamente, interpondo-se à liberdade individual. Com a caridade far-se-ia também justiça, pois a desigualdade é considerada (pelo ultraliberalismo como um todo) intrínseca à liberdade, não sendo justo portanto obrigar os que possuem mais recursos a “doar” parte dos mesmos aos que não são bem sucedidos. Afinal, esta “doação” seria essencialmente compulsória; logo, atentatória à liberdade.

Como dissemos, trata-se de uma concepção radical, e conservadora, pois, além de se considerar a igualdade social secundária perante a liberdade de mercado, transfere à *benevolência privada* uma responsabilidade que a duras penas fora consolidada pelas sociedades no século XX: a responsabilidade social, das empresas e do Estado.²³

Quanto à democracia, trata-se de um capítulo à parte no pensamento ultraliberal, pois, como um todo, privilegia-se a (considerada) liberdade econômica – livre-mercado – como fator fundante da liberdade e, conseqüentemente, da democracia. A democracia política é, desta forma, colocada em suspeição, pois a regra da maioria (pressuposto da teoria democrática) poderia levar à tirania das massas no sentido de se reivindicar a intervenção do Estado e, principalmente, a redistribuição de renda através da transferência compulsória de recursos dos mais ricos aos mais pobres, caso, por exemplo, dos “impostos progressivos”, no contexto da ampliação, sempre

²³ Os *direitos sociais* são considerados pela literatura como direitos de *terceira geração*, na medida em que os *direitos civis* (de primeira geração, portanto) surgiram no século XVIII, por obra das lutas burguesas, os *direitos políticos* (segunda geração), sobretudo o direito de associação e o sufrágio parcial, se constituíram em razão das lutas operárias, no século XIX, e, por fim, os direitos sociais emergem notadamente no século XX como resposta às crises capitalistas da primeira metade do século, em boa medida por pressão do próprio operariado. O movimento ultraliberal requer, portanto, retroagir no que tange sobretudo aos direitos sociais.

crescente, do Estado de bem-estar social. Questões como a “sobrecarga das demandas sociais” ferindo a democracia, o poder das corporações sobre o Parlamento (em particular Hayek), existência de (supostos) custos políticos, isto é, a exigência de conformidade política em razão da (igualmente considerada) necessidade de um grande consenso sobre as decisões políticas, em contrapartida à fragmentação descentralizante do mercado (Friedman) – todos estes argumentos foram esgrimidos pelos ultraliberais como forma de demonstrar a desconfiança em relação à democracia²⁴. Nesse sentido, o referido apoio (e mesmo a estreita colaboração) à política econômica do híper-autoritário governo Pinochet, no Chile, não é visto como contraditório, pois supostamente a “liberdade econômica” teria sido preservada naquele país, sendo a mesma o fulcro da democracia.²⁵

Estas duas Escolas funcionam tanto como produtoras de princípios teóricos como propagadoras ideológicas, sobretudo na arena ético/econômica, com grande capacidade de aglutinar e espriar temas de uma agenda anti-intervencionista. O discurso básico, como vimos, guardadas as devidas peculiaridades de cada uma – e mesmo eventuais discordâncias –, conflui para o tema da liberdade individual, ou melhor, a perspectiva do individualismo, que, neste aspecto, se complementa com a Escola de Virgínia.

²⁴ Há, em verdade, uma terceira escola, também institucional, denominada Escola de Virgínia, isto é, da Thomas Jefferson Center for Studies in Political Economy), responsável pela elaboração da perspectiva denominada Public Choice, e que tem em James Buchanan sua referência maior. Surgida nos EUA nos anos 60, compõe o quadro ultraliberal em dois aspectos: quanto às críticas aos efeitos perversos da intervenção do Estado na economia e na sociedade como um todo, com efeitos à própria democracia; e quanto à formulação de um método de compreensão e análise da sociedade, com enorme influência às próprias Ciências Sociais (sobretudo em relação à ciência política). Trata-se do desenvolvimento da conhecida Teoria do Individualismo Metodológico.

²⁵ Esta concepção é denominada de liberismo, na medida em que associa inextricavelmente mercado à liberdade. Afinal, o que poderia ser considerado uma contradição nos termos – liberalismo e ditadura –, trata-se, em verdade, de “coerência” teórica, pois liberdade torna-se sinônimo de mercado-livre, sendo a democracia por vezes considerada um óbice à esta verdadeira liberdade. Cf. BOBBIO, Norberto. Liberalismo e Democracia. São Paulo, Paz e Terra, 1982.

Portanto, estas são as principais referências ultraliberais²⁶. Ressalte-se que o significado do embate ideológico travado entre os ultraliberais e os intervencionistas só pode ser compreendido do ponto de vista de uma guerra ideológica (ocupação de espaços, ou trincheiras, ideológicas). Afinal, através das crises dos anos 70 ampliou-se significativamente a influência destes autores ultraliberais, pois passaram a contar com o apoio de setores do empresariado e das classes médias – que, paradoxalmente, se expandiram como resultado do intervencionismo do pós-guerra. Uma explicação plausível, dentre outras, para esta ampliação da audiência ultraliberal diz respeito ao fato de que estes referidos grupos sociais se sentiram tolhidos em suas expectativas (respectivamente de lucros e de consumo) devido à rigidez com que o sistema fordista/keynesiano estava estruturado. Por isso, as antigas acusações dos adversários dos liberais, sobretudo quanto às suas idéias levarem a ocorrências de crises, tal como a de 1929, foram esquecidas, a partir da segunda metade da década de 70, “esquecimento” este que, de alguma forma, já dura mais de duas décadas.

c) experiências históricas acerca da hegemonia ultraliberal (argumentos críticos)

Os órgãos de imprensa brasileiros, como veremos mais abaixo, tomaram como paradigma diversas experiências internacionais marcadas pelo processo de desestatização/reversão do modelo de desenvolvimento intervencionista. Tal reversão foi associada ao dinamismo econômico e tecnológico – daí a idéia de “modernização” – em função de uma esperada onda de investimentos providos dos mais distantes quadrantes. Tal reversão se daria, por exemplo, à guisa dos “tigres asiáticos”, notadamente a Coréia do Sul, que teria sabido flexibilizar a intervenção estatal, o que foi visto como adesão ao ultraliberalismo.

²⁶ Há inúmeros outros desdobramentos a partir do individualismo, tais como a tentativa de combinação (por paradoxal que seja) ao marxismo (aquilo que se chama de *marxismo analítico*), além do denominado “anarco-capitalismo” (igualmente paradoxal), entre outros, mas que, por escaparem ao objetivo deste trabalho, não serão aqui discutidos.

Ao tomar tais experiências como modelo de liberalização, observa-se omissões e generalizações que não abarcam a complexidade do mundo contemporâneo, pois marcado, por um lado, pela pressão do movimento ultraliberal, em vários níveis e, por outro, pela constituição de blocos regionais e entidades multilaterais, com forte atuação estatal. Constantin Vaitsos, ao versar sobre esta complexidade, afirma que:

“Nationally, deregulation, privatization, (...) are making significant impacts on the structure, ownership patterns, conduct, and distributional aspects of several sectoral markets. *This process has been intensified under the pressure of neo-liberal philosophies of parties in power in major countries.* Such policies have spilled-over and are explicitly governing the terms which multilateral or regional financial institutions relate to developing countries. They are also central to the process of foreign debt conditionalities and debt recycling negotiations”²⁷.

Verifica-se, portanto, que as premissas ultraliberais estão uma vez mais presentes na linha de atuação dos organismos multilaterais, expressando, conseqüentemente, tanto uma dada correlação de forças em que certos Estados nacionais possuem enorme poder, como a ideologia mais apropriada aos interesses dos detentores de maior capacidade decisória. A tudo isso a grande imprensa ou procurou omitir ou tratou de forma parcial.

Nesse processo de ocultação/generalização com vistas apoiar a reversão da agenda brasileira, para a grande imprensa os que se opusessem ao sentido deste movimento seriam, por conseqüência, “atrasados”, dado que o mundo estaria passando, desde a década de 1980, por um processo de desideologização, tendo em vista o ocaso do socialismo e a ascensão do ultraliberalismo. Esta pretensa “desideologização” do mundo contemporâneo, contudo, não encontra apoio na literatura que analisa este período. Por exemplo, Eric Helleiner mostra que a liberalização das amarras

²⁷ VAITSOS, Constantine V., “*Radical Technological Changes and the New ‘Order’ in the World-Economy*” In Review, vol. 12, nº 2, 1989, pág. 159, ênfases nossas.

estatuídas em Bretton Woods em relação especialmente ao capital financeiro foi paulatinamente sendo suprimida, supressão esta que beneficiou enormemente os EUA, que, para tanto, utilizaram-se de seu forte poder de pressão. Mais ainda, o autor aponta a *influência dos ideólogos neoliberais*, favoráveis à desregulamentação financeira (e econômica em geral), pois, segundo o autor:

“Followers of neo-liberalism favoured a liberal financial order on the grounds that it would promote a more efficient global allocation of capital and would prevent the state from using ‘police power’ to interfere with the freedom of individuals to move their money across border”. [Por fim, mapeia os atores componentes do que denomina “bloco neoliberal”:] “The ‘neo-liberal bloc’ involved private financial interests and conservative financial officials, as well as multinational industrial interests whose frustration with capital controls grew as their operations became increasingly global in the 1960s and 1970s”²⁸.

Note-se que o ultraliberalismo se constituiu num movimento poderoso, capaz de se articular internacionalmente através de inúmeras ações tenazes de resistência, em diversos países, a ponto de se organizar como think-tanks – pessoas e idéias aglutinadas em instituições estratégicas, com forte capacidade de espriar seus pressupostos, que informam diagnósticos e proposições (gerais e tópicos) com vistas a conquistar espaços crescentes para o campo ultraliberal (no caso). Implica portanto num movimento denominado pela terminologia gramsciana como guerra de *trincheiras (ou posições) ideológicas*. Os *think tanks*, que atuam nos mais diversos países, podem ser mais precisamente definidos como:

²⁸ HELLEINER, Eric. “From Bretton Woods to Global Finance: A World turned Upside Down” In Stubbs, R. e Undershill, R (eds.). *Political Economy and the Changing Global Order*. St. Martins’s Press, New York, 1994, pág. 167.

“(…) tanques o usinas de pensamento que trascienden las fronteras del conocimiento en sí mismo y se proyectan a ámbitos de decisión política o económica (...) varios medios de comunicación funcionan como verdaderos promotores de ideas y que su influencia, aún a pesar de cierta ‘liviandad’ científico-académica, suele ser mucho mayor que la del pensamiento académico riguroso.”²⁹

Portanto, os *think tanks* têm a função de elaborar certas idéias estratégicas e influenciar sua inculcação em determinados grupos. Transitam da academia aos meios de comunicação, sempre com objetivos muito bem definidos. Na Inglaterra, o *Institute of Economic Affairs (IEA)*, o *Centre for Policy Studies (CPS)* e o *Conservative Party Sector Research Unit (CPSRU)* se constituíram em alguns dos principais *think tanks* que deram consistência ideológica a Thatcher³⁰.

A partir destas ações, dentre outras, é que a resistência contra-hegemônica ultraliberal deve ser compreendida, pois fora nesse contexto que Hayek articula a mais importante reunião internacional liberal³¹, ocorrida em 1947 na Suíça, denominada *Sociedade Mont Pelérin* (em referência ao local aonde se efetivara, mas que inicialmente se chamaria Sociedade Adam Smith), que reuniu intelectuais de peso do campo liberal, tais como Arthur Seldon, Stanley Dennison, Alfred Sherman, Lionel Robbins, Von Mises, Karl Popper, Wilhelm Röpke, Milton Friedman, entre outros. Este evento, realizado logo em seguida ao término da guerra é, por si só,

²⁹ THOMPSON, Andrés A. “*Think Tanks*” en la Argentina (*Conocimiento, Instituciones y Política*). Buenos Aires, Centro de Estudios de Estado y Sociedad, 1994, pág. 12.

³⁰ Cf. COCKETT, Richard. *Thinking the Unthinkable (Think-Tanks and the Economic Counter-Revolution, 1931-1983)*. London, HarperCollins, 1995.

³¹ Em verdade, na primeira metade dos anos de 1930 um importante ideólogo ultraliberal, o jornalista e divulgador Walter Lippmann, liderou a primeira reunião internacional que congregou os adeptos do pensamento liberal – reunião que ficou conhecida por ter lançado as bases do que os liberais considerariam a *Good Society*. Lippmann, em “A Reconstrução da Sociedade” (lançado em 1933), denunciara o que os ultraliberais consideravam o prenúncio de uma catástrofe, na medida em que o período ao qual era contemporâneo seria marcado pelo dogma da intervenção, que, por seu turno, estaria sendo aceito majoritariamente em diversos países. Cf. LIPPMANN, Walter. *A Reconstrução da Sociedade*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1961. É interessante observar que Karl Popper escreve, durante a Segunda Guerra, uma vulgarizante crítica a Marx, em *A Sociedade Aberta e seus Inimigos*, várias edições.

significativo tanto da apreensão dos ultraliberais acerca do consenso intervencionista como, principalmente, do intuito contra-hegemônico que se procurava estabelecer.

As reuniões da *Sociedade Mont Pelérin* realizam-se anualmente até hoje, tendo ocorrido no Brasil em 1993. O intuito dessas reuniões é, em se constituindo como “internacionais liberais”, espriar as idéias ultraliberais a partir de um *núcleo duro doutrinário*, à guisa do que fizeram os socialistas. Segundo Cockett:

“(...) in Hayek’s opinion, regularly and successfully acted as if they fully understood the key position of the intellectuals and have directed their main efforts towards gaining the support of the ‘elite’, which was certainly true of the Fabians and Keynes in Britain.”. [E continua o autor:] “For Hayek, ‘What to the contemporary observer appears as a battle of conflicting interests decided by the vote of the masses, has usually been decided long before in a battle of ideas confined to narrow circles’.”³²

Assim, constituindo-se num movimento internacional o ultraliberalismo paulatinamente foi minando as resistências dos modelos intervencionistas: a social democracia keynesiana, o socialismo, o nacional-desenvolvimentismo e todas as formas não liberais de gestão da economia. Vejamos como o próprio Hayek se colocou perante este embate, dado possuir absoluta convicção de que a contenda que travava era, antes de tudo, ideológica, pois voltada à constituição de uma nova hegemonia. Esta, para que se realizasse, se afirmaria caso demonstrasse e sobrevalorizasse as falhas e equívocos do então consenso dominante (keynesiano), bem como provasse a superioridade do (ultra)liberalismo. Por isso, este autor, na introdução de seu importante livro “Os Fundamentos da Liberdade” deixa claro a

³² HAYEK, F. V. “*The Intellectual and Socialism*” (1948) Apud COCKETT, R., *op. cit.*, págs. 104 e 105.

importância do referido embate, pois ganhá-lo implicaria a conquista dos corações e das mentes:

"Na luta pelo apoio moral dos povos do mundo, a falta de uma sólida filosofia deixa o Ocidente em grande desvantagem. Há muito que o estado de espírito de seus líderes intelectuais se vem caracterizando pela desilusão com seus princípios, pelo desprezo por suas realizações e pela preocupação exclusiva com a criação de 'mundos melhores' [leia-se socialismo e intervencionismo – FCPF]. *Não é com esse estado de espírito que se pode esperar ganhar adeptos. Se quisermos vencer a grande luta que se está travando no campo das idéias, devemos, antes de mais nada, saber em que acreditamos. Devemos também ter idéia clara daquilo que desejamos preservar, se não quisermos perder o rumo. (...) nossa própria sobrevivência pode depender de nossa capacidade de congregar uma parte suficientemente significativa do mundo em torno de um ideal comum.*"³³

[E continua o autor:]

"(...) devemos esperar que, aqui, ainda exista um amplo consenso com respeito a certos valores fundamentais. *Mas este consenso já não é mais explícito; e, para que tais valores voltem a predominar, há urgente necessidade de sua reafirmação e defesa.*"³⁴

Esta passagem ilustra cabalmente a crença renitente do autor, assim como de outros ideólogos ultraliberais, em seus princípios, o que fez com que estes intelectuais se tornassem inflexíveis e radicais. Mas, mais importante, explicita a clareza em relação tanto aos objetivos como aos meios para alcançá-los. Hayek fez questão de enunciá-los, demonstrando, portanto, a percepção ultraliberal quanto a um dos embates ideológicos mais marcantes do século XX. Pode-se, assim,

³³ HAYEK, F. A. von, *Os Fundamentos da Liberdade*, op. cit., pág. XXXII, ênfases nossas.

³⁴ Idem, ibidem, pág XXXIII, ênfases nossas.

compreender a linguagem relativamente simples de boa parte dos livros publicados por autores desta cepa, pois queriam atingir o público retransmissor de opinião, nos mais diversos campos, da universidade à imprensa ³⁵.

No Brasil, assim como em diversos outros países, o chamado modelo “nacional desenvolvimentista ³⁶” teve no Estado o agente que, além planejar, proteger e subsidiar o capital nacional e regular e induzir o desenvolvimento, participava do mesmo através de atividades empresariais; em outras palavras, surgira o Estado-empresário, para horror dos ultraliberais nacionais. Nos anos 40, portanto em pleno processo industrializante, a contenda entre intervencionistas e liberais fora personificada respectivamente por Roberto Simonsen e Eugênio Gudin. O primeiro, empresário e um dos criadores da Fiesp, concebia a intervenção e o planejamento estatais como forma de possibilitar o desenvolvimento, sobretudo num país como o Brasil, onde os capitais privados eram escassos. Já Gudin – um hayekiano adepto

³⁵ Também Keynes sabia da importância da luta ideológica para a obtenção da hegemonia, pois, afinal, a implementação de seu modelo dependeria, antes de tudo, da *conquista das mentes e dos corações à causa da reforma social por intermédio do Estado*. Já em 1926, num premonitório artigo, assim enunciou a importância da luta ideológica: “Através de um esforço da mente, precisamos esclarecer nossos próprios sentimentos. Atualmente, nossa simpatia e nossa razão estão sujeitos a ficar em lados diferentes, o que constitui um estado de espírito doloroso e paralisador. No campo da ação, os reformadores não terão êxito até conseguirem firmemente seguir um objetivo claro e definido, *formulado através da sintonia de seus intelectos e sentimentos*. Atualmente não existe um partido no mundo que me pareça estar querendo atingir os objetivos certos, pelos métodos certos. A pobreza material fornece estímulos à mudança precisamente em situações em que existe muito pouca margem para experiências. (...) *Precisamos de um novo conjunto de convicções que salte naturalmente de um exame ingênuo de nossos sentimentos interiores em relação aos fatos exteriores*.” KEYNES, J. M. “*O Fim do Laissez-Faire*”, Apud SZMRECSÁNYI, T. *Keynes – Coleção Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo, Ática, 1984, pág. 126, ênfases nossas. Como se observa, o conflito ideológico antecede o debate teórico.

³⁶ Pode-se definir tal modelo, *grosso modo*, como expressão da atuação do Estado com vistas a induzir o desenvolvimento econômico a partir de uma perspectiva que privilegie o Capital nacional. Para tanto, o Estado atua como empresário em diversas áreas consideradas estratégicas; investe no setor de infra-estrutura; financia o desenvolvimento privado nacional através de subvenções, subsídios e financiamentos públicos; e intermedeia (política, administrativa, financeira e normativamente) as relações privadas, de forma a conduzir o processo de industrialização, paralelamente ao apoio às atividades agrícolas.

das teses ultraliberais – arguia contra o hipertrofia do poder Executivo, contingência tida como inescapável devido à intervenção do Estado³⁷.

³⁷ Este histórico debate sobre o planejamento, protagonizado por ambos, encontra-se em. GUDIN, Eugênio e SIMONSEN, Roberto. *A Controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira*. Rio. de Janeiro, IPEA/INPES, 1978.

d) experiências históricas acerca do papel da imprensa para a formação do consenso

A grande imprensa possui um papel fundamental quanto ao embate entre intervencionistas e ultraliberais em todo o mundo capitalista no século XX, embora seu alcance seja condicionado tanto pelas circunstâncias como pelo papel que as outras instituições formadoras do consenso (tais como universidades, centros de pesquisa, entidades da sociedade civil, dentre outras) possuem em cada sociedade. Por isso, ao comparar a recepção do keynesianismo e do monetarismo (e da teoria do *supply-side*) nos Estados Unidos, Wayne Parsons enfatiza sobremaneira o papel da grande imprensa, sobretudo dos jornais financeiros no que tange ao segundo (o monetarismo), em contraste ao caráter fortemente acadêmico dos adeptos das idéias de Keynes. Para o autor:

“(...) the role of the Wall Street Journal was so important in providing the supply-siders with a medium through which to spread the message [notadamente de redução de impostos – FF].”³⁸ [Mais ainda:] “In the attempt to extradite the influence of Keynes from America, the political victory went to those who could, as Keynes himself had said, speak with the ‘greatest appearance of clear, undoubtinh conviction and could best use the accents of infallibility’.”³⁹ [Além do mais, a hegemonia das idéias monetaristas/*supply-side* implica:] “(...) an important place in American intellectual history since it was, perhaps, the first example of *the media popularizing and translating economic ideas and discourse for a (relatively) mass audience* as well as amongst the policy-making community.”⁴⁰

Portanto, a capacidade espraidora da grande imprensa se articula a iniciativas distintas, e complementares, caso em particular dos EUA e da Inglaterra, lugares de

³⁸ PARSONS, Wayne. *The Power of the Financial Press*. New Jersey, Rutgers University Press, 1990, pág. 152.

³⁹ Idem, *ibidem*, pág. 165.

⁴⁰ Idem, *ibidem*, págs. 168 e 169, ênfases nossas.

onde partiram o *corpus* doutrinário e ideológico de teorias ultraliberais, sobretudo, em termos de teoria econômica, do *supply-side*. Como veremos abaixo, este papel *divulgador e simplificador* apontado pelo autor será fartamente desempenhado pela grande imprensa brasileira.

Mas observar o papel da grande imprensa no que tange ao espraiamento de uma dada ideologia, sobretudo do ultraliberalismo, requer uma compreensão de suas características essenciais e seu tipo de inserção na sociedade capitalista. Assim, deve-se enfatizar que os jornais e revistas, além de sintetizarem linhagens ideológicas são **empresas capitalistas** que, portanto, objetivam o lucro. Foram analisadas, no tocante a estes dois aspectos por Max Weber, que afirma a necessidade de se observar a relação entre Capital e função ideológica, pois:

“Se ha dicho que el obvio cambio de opinión de determinados diarios franceses (...) puede explicarse simplemente por el hecho de que el importante capital invertido de forma fija por estas modernas empresas periodísticas justifica el aumento de su nerviosismo, y las hace depender del público, al detectarse cualquier inquietud entre éste, que suele traducirse en la anulación de pedidos, resultando esta situación comercialmente insoportable. (...)”

“(...) Debemos preguntarnos: qué significa el desarrollo capitalista *en el interior* de la propia prensa para la posición sociológica de la prensa em general, para el papel que desempeña en la formación de la opinión pública?”⁴¹

Ora, o papel empresarial da grande imprensa torna-se distinto de seus similares de outros setores, pois, não bastasse a função de modelar a opinião, sua mercadoria – a notícia – está sujeita a variáveis mais complexas e sutis. O fato de o capital fixo investido

⁴¹ WEBER, Max. “*Para una Sociología de la Prensa*” In *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, nº 57, jan-mar./1992, pág. 255, ênfases do autor. Centro de Investigaciones Sociológicas, Madrid. É interessante observar que este texto, resultado de uma palestra proferida em 1910, já sinalizava grandes problemas sobre o caráter da imprensa, sinalizações estas que, do ponto de vista do duplo papel dos jornais, são confluentes à perspectiva de Gramsci.

ser cada vez mais portentoso faz com que uma eventual perda de leitores e anunciantes cause verdadeiros estrondos nesta atividade “de risco” que é a produção de informação. O poder da imprensa implica, portanto, um instável equilíbrio entre formar opinião, receber as influências de seus leitores e de toda a gama de fornecedores e anunciantes, auferir lucro e – acreditamos – atuar como aparelho privado de hegemonia. A inversão de capital fixo apontada por Weber é, dessa forma, um elemento-chave neste equilíbrio.

Portanto, seja a elaboração de determinadas idéias seja a canalização delas, no caso, o ultraliberalismo, demonstram ser a grande imprensa peça chave ao entendimento do processo que levou à conquista da hegemonia ultraliberal. Para Gramsci, o duplo aspecto da imprensa (e sua contraparte, o leitor) é assim definido:

"(...) o elemento fundamental [além do aspecto comercial – FF] para a sorte de um periódico é o ideológico, isto é, o fato de que satisfaça ou não determinadas necessidades intelectuais, políticas.⁴²

[Em contrapartida:] "Os leitores devem ser considerados a partir de dois pontos de vista principais: 1) como elementos ideológicos 'transformáveis' filosoficamente, capazes, ducteis, maleáveis à transformação; 2) como elementos 'econômicos', capazes de adquirir as publicações e de fazê-las adquirir por outros. Os dois elementos, na realidade, nem sempre são destacáveis, na medida em que o elemento ideológico é um estímulo ao ato econômico da aquisição e da divulgação."⁴³

Como se observa, o papel simultâneo do leitor, isto é, o viés ideológico e econômico de sua recepção aos olhos da grande imprensa implica, para Gramsci, em compreender esta última como *aparelho privado de hegemonia* (entidades que, embora privadas, atuam com interesse político/ideológico e são independentes do Estado), como empresa capitalista e como ator político/ideológico (por vezes assemelhada até a um partido político).

⁴² GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985, pág. 179.

⁴³ Idem, *ibidem*, pág. 163.

Mas é possível também compreendê-la à luz da tipologia weberiana, sobretudo as conhecidas “ética da responsabilidade” e “ética da convicção”⁴⁴, pois também pertinentes – embora distintas da posição teórica gramsciana – à compreensão da grande imprensa, dadas as *funções político/ideológicas* desempenhadas pelos periódicos. De toda forma, o aspecto crucial diz respeito ao entendimento da imprensa como ator político/ideológico/econômico chave ao embate ideológico em direção a uma dada hegemonia.

Por outro lado, é importante observar que as idéias só se viabilizam se forem personificadas por grupos sociais relevantes, o que implica a existência de uma esfera pública – onde a imprensa se desenvolve – minimamente democrática. Para Habermas, que analisa este tema:

"A própria 'esfera pública' se apresenta como um esfera: o âmbito do que é setor público contrapõe-se ao privado. Muitas vezes ele aparece simplesmente como a esfera da opinião pública que se contrapõe diretamente ao poder público. Conforme o caso, incluem-se entre os 'órgãos da esfera pública' os órgãos estatais ou então os mídias que, como a imprensa, servem para que o público se comunique."⁴⁵

Ora, público e privado se defrontam numa relação complexa – e por vezes ambígua –, o que implica observar com grande denodo o comportamento da grande imprensa, sobretudo no que tange ao conceito aglutinador dos dilemas desta

⁴⁴ Segundo Max Weber, *ética da responsabilidade* implica fundamentalmente uma postura política que considera as possíveis conseqüências de uma ação (ou inação). O cálculo estratégico dos portadores desta ética requer portanto uma análise dos cenários possíveis em vista das ações a serem tomadas. Já os portadores da *ética da convicção* agiriam essencialmente em razão de suas crenças, despreocupando-se com as conseqüências das ações/inações. Importar-lhes-iam a tentativa de efetivar sua visão de mundo, independentemente dos cenários que adviessem. Cf. WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo, Cultrix, 1996.

⁴⁵ HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural na Esfera Pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984, págs. 14 e 15.

relação. Trata-se do “conceito” de opinião pública que, direta ou indiretamente, está presente no discurso dos jornais, que se colocam como representantes da mesma. Esta expressão deve ser descartada enquanto conceito explicativo, pois: a) há uma miríade de interpretações conceituais, o que a faz um conceito polissêmico, tal a divergência quanto às suas premissas⁴⁶; b) “opinião pública” para os grandes jornais brasileiros significa a “opinião de seus leitores”, isto é, cerca de 15 milhões (numa perspectiva superestimada) de pessoas num universo de 170 milhões de habitantes, isto é, as classes médias e proprietárias – trata-se, portanto de uma expressão absolutamente restritiva; e c) (mais importante) esta expressão é invocada pelos jornais, em inúmeras situações, simplesmente para identificar sua própria opinião, que, embora privada, pretende se passar por “pública”⁴⁷. Além do mais, segundo Pierre Laborie deve-se repelir o uso indiscriminado (e popularizado) desta expressão, pois representa uma verdadeira “armadilha”. Para ele:

- “(...) *élucider clairement et justifier l’usage retenu de la notion d’opinion ou d’opinion dominante, préférable à opinion publique car moins restrictive, moins contraignante et moins sujette à chicane. (...) La pluralité d’expression de l’opinion n’est pas incompatible avec l’existence d’un mouvement dominant, de durée et d’amplitude variables. (...)*

⁴⁶ Apenas para ilustrar a enorme controvérsia quanto ao seu significado, pode-se apontar algumas das vertentes que, por caminhos distintos, reinterpreta-na (inclusive de forma crítica), tais como as tradições: *iluminista* (em seu interior há diversas dissensões), *liberal* (igualmente há inúmeras dissensões), *kantiana*, *utilitarista*, *positivista*, *hegeliana* e *marxista*.

⁴⁷ O clássico mecanismo de ocultamento dos interesses privados, sobretudo de classe, por parte da imprensa, é discutido por M. H. Capelato, que estudou a imprensa paulista entre 1920 e 1945. Segunda a autora: “A imprensa procurava se legitimar como expressão da ‘vox populi’, mas representava acima de tudo a ‘vox domini’. (...) Ao pretenderem [os órgãos da imprensa] expressar e formar a opinião pública brasileira propunham-se a exercer um papel libertador, mas o propósito fica comprometido pelo domínio das consciências resultante dessa conduta, típica dos setores sociais que representavam.” CAPELATO, M. Helena. “*O Controle da Opinião e os Limites da Liberdade: Imprensa Paulista (1920-1945)*” In *Revista Brasileira de História* (Política & Cultura), vol. 12, nº 23/24, set.91/ago.92, págs. 64 e 65. Como veremos (o início da década 1990), embora numa época muito diferente o *modus operandi* da grande imprensa parece não ter mudado.

- *L'opinion est perpétuellement en état de changement, avec des rythmes saccadés, des régressions, des balancements, sans la progression linéaire d'une direction logique. (...)*

- “(...) Les représentations mentales, articulation essentielle entre le fait, les réactions provoquées et leurs conséquences, doivent donc devenir un objet d'histoire. Elles s'avèrent d'une importance primordiale dans l'étude de l'opinion. (...) ne pas vouloir interpréter ces logiques et ces modes de fonctionnement à partir des modèles d'explication habituels des mécanismes du politique (...)”⁴⁸

Como se observa, “opinião pública” implica movimento, dinamismo, transformação, e não cristalização, algo estático portanto, de uma dada opinião. Em razão das influências dos grupos que formam a opinião “dominante”, o seu caráter “público” quer dizer, em verdade, expressão desta dominância, e não discussão descompromissada de temas com vistas a extrair a “melhor posição”. É claro que a recepção nunca é automática, porém é inegável o poder dos que se voltam delibera e ostensivamente a “formar” a opinião⁴⁹.

Por tudo isso, “opinião pública” funciona como uma expressão estratégica e fundamentalmente voltada a encobrir – interesses particularistas e privados – do que a revelar. Daí a necessidade de desvendar seu uso estratégico por parte dos órgãos da imprensa analisados neste trabalho.

⁴⁸LABORIE, Pierre. “Histoire politique et histoire des représentations mentales” In PESCHANSKI, Denis et al (orgs.). *Histoire Politique et Sciences Sociales*. Paris, Editions Complexe, 1991, págs. 161 à 164, ênfases nossas.

⁴⁹ Para uma discussão sobre a complexidade do universo cultural, em que a opinião forma, ver MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações (comunicação, cultura e hegemonia)*. R. de Janeiro, UFRJ, 1997.

III. A AGENDA ULTRALIBERAL

Após observarmos o processo histórico e os pressupostos do ultraliberalismo, podemos agora definir os balizamentos do que se denomina por “agenda ultraliberal”, proveniente de idéias provindas das referidas Escolas Austríaca e de Chicago do seguinte modo:

- precedência da esfera privada (o indivíduo *livre no* mercado) sobre a esfera pública;
- máxima desestatização da economia, privatizando-se todas as empresas sob controle do Estado;
- desproteção aos capitais nacionais, que deveriam competir livremente com seus congêneres estrangeiros;
- desmontagem do Estado de bem-estar social, pois concebido (e estigmatizado) como ineficaz, ineficiente, perdulário, injusto/ autoritário (por transferir aos mais pobres parcelas de renda dos mais ricos ou bem sucedidos, que assim o seriam, estes, por seus próprios méritos), e indutor de comportamentos que não valorizariam o mérito e o esforço pessoais;
- forte pressão pela quebra do pacto corporativo entre Capital e Trabalho, em nome da liberdade de escolha individual e da soberania do consumidor;
- desregulamentação e desregulação da produção, da circulação dos bens e serviços, do mercado financeiro e das relações de trabalho;

- ênfase nas virtudes do *livre-mercado*, em dois sentidos: como instrumento prodigioso por aumentar a riqueza, gerando em consequência uma *natural* distribuição de renda, em razão do aumento da produtividade; e como único mecanismo possível de refletir os preços reais dos produtos e serviços, possibilitando aos indivíduos o exercício de cálculos em relação à atividade econômica;
- concepção de liberdade como “*liberdade de mercado*”, isto é, ausência de empecilhos à relação Capital/Trabalho e à *livre* realização dos fatores produtivos;
- concepção “negativa” da liberdade, isto é, caracterizada como ausência de constrangimentos (que não apenas os imprescindíveis à vida em sociedade) e interferências da esfera pública em relação à esfera privada;
- aceitação da democracia apenas e tão-somente se possibilitadora do mercado livre e da liberdade individual;
- concepção de que a sociedade deve oferecer a cada indivíduo (no aspecto fiscal e mesmo quanto a eventuais equipamentos públicos) apenas e tão-somente o quanto este contribuíra para a mesma. Trata-se da inversão do lema socialista, pois *valoriza-se a desigualdade*, que, desta forma, deve refletir méritos distintos;
- hiper-valorização do sistema jurídico (nomocracia), pois estruturante e avalista de uma sociedade composta por indivíduos autônomos em suas ações em virtude de seus interesses.
- crença de que o Estado interventor é, *intrinsecamente*, produtor de inúmeras crises: fiscal, burocrática, de produtividade, entre outras; daí o tema das “reformas do Estado orientadas para o mercado”; daí a defesa da diminuição de impostos e dos gastos governamentais;

- ênfase nas mínimas, porém importantes, funções do **Estado**, que deveria possuir os seguintes papéis: a) garantir a ordem e a paz; b) garantir a propriedade privada; c) garantir os contratos livremente elaborados entre os indivíduos; d) garantir o livre-mercado, através da proibição de práticas anti-concorrenciais e da elaboração de “normas gerais e abstratas”; e e) desregulamentar, desregular e flexibilizar os mercados (de capitais, produtivo e de trabalho).

Embora este conjunto de proposições jamais possa ser observado na íntegra, dada a radicalidade deste receituário, trata-se, de certa forma, de um “tipo ideal” em que sua ocorrência é maior ou menor dependendo da correlação de forças e de fatores estruturais de cada sociedade. Certamente no Brasil, como veremos a seguir, a grande imprensa lutou para que parte significativa desta agenda fosse implementada, sobretudo num momento de possível refluxo: o Governo Itamar Franco.

IV. O PAPEL DA GRANDE IMPRENSA EM PROL DA MANUTENÇÃO DA AGENDA ULTRALIBERAL NO – AGORA EFETIVO – GOVERNO ITAMAR

Se, mesmo na interinidade, o Governo Itamar fora pressionado para que mantivesse a agenda iniciada por Collor, tão logo ficou claro – em termos jurídico/políticos – que o então vice-presidente terminaria o mandato iniciado pelo presidente afastado, a grande imprensa aprofundou sua pressão para que não se misturasse o problema da corrupção com a mudança no modelo de desenvolvimento implementada por Collor. Sobretudo no que tange à **privatização** – aqui enfatizada –, no contexto da abertura da economia ao capital estrangeiro, do reconhecimento da lei das patentes e da desregulamentação da economia, dentre inúmeros outros temas que compuseram a agenda ultraliberal provinda do “Consenso de Washington” – e desenvolvida por entidades multilaterais como o FMI, o Bird, o BID e os países do G-7 –, é que podemos compreender o papel dos órgãos de comunicação perante o Governo Itamar Franco, agora efetivado.

A privatização foi tida pelos periódicos como uma verdadeira panacéia, pois, não apenas resolveria inúmeros problemas – isto é, acabaria com o *déficit* público, e todas as suas implicações, com a corrupção e com os privilégios dos funcionários das empresas estatais –, como abriria espaço para o desenvolvimento da iniciativa privada (nacional e estrangeira), o que carrearia mais empregos, tecnologia de ponta e desenvolvimento econômico. Tudo isso teria, ainda, o condão de permitir que o Brasil adentrasse ao seleto grupo de países de “primeiro-mundo”, oportunidade que estaria sendo aberta pela “globalização” dos mercados, o que faria com que, caso não adotássemos a agenda ultraliberal, perderíamos o “bonde da história”, dada a inevitabilidade da “onda neoliberal” que estaria varrendo o mundo, o que incluiria até os impensáveis, até 1991, países (ex)socialistas. Vejamos como a grande imprensa construiu imagens poderosas para pressionar o Governo Itamar a manter e mesmo acelerar tal agenda, a começar pela urgente privatização/desestatização da economia brasileira, o que inclui, por vezes, interesses empresariais da própria

grande imprensa⁵⁰. Iniciaremos pelos periódicos claramente identificados com a doutrina liberal, isto é, o *Jornal do Brasil*, o jornal *O Estado de S. Paulo* e a revista *Veja* (seguiremos esta ordem), para, em seguida, analisarmos os posicionamentos dos jornais “pragmáticos” (*OG* e *FSP*). Note-se que estas tipificações funcionam como um tipo ideal em que é possível se aproximar mais ou menos de seu “tipo puro”. Nenhum dos órgãos aqui analisados estão nesta categoria “pura” – nem poderiam estar em razão do papel político que desempenham – mas o *JB*, *OESP* e *Veja* se aproximam mais do doutrinário, numa escala progressiva, o que, aliás, é coerente com suas próprias histórias. Idem em relação à *FSP* e *OG* no que tange ao pragmatismo, pois jamais tiveram uma linha de atuação definida.

Assim, para além dos papéis aqui pressupostos da grande imprensa – isto é, como aparelho privado de hegemonia, como empresa e, por vezes, como partido político –, observa-se a combinação que seus órgãos efetuam entre estas características e as éticas (weberianas) da responsabilidade e da convicção. Mas ambas as éticas não se ajustam coerentemente, pois, embora os jornais possuam perfis que de certa forma os aproximam de uma e outra, tais éticas por vezes convivem num mesmo jornal, configurando um movimento complexo que se explica devido às múltiplas inserções dos órgãos em tela. Assim, na fronteira próxima a ambas as éticas é que se pode definir os órgãos da grande imprensa como perfilhados às referidas atuações pragmática ou doutrinária. É importante notar que não se trata de uma correspondência simples e direta entre estas duas atuações e as éticas weberianas, pois, embora possa parecer, ética da responsabilidade não é sinônimo de pragmatismo, o mesmo sendo válido acerca da ética da convicção em relação ao doutrinário. Afinal, jornais doutrinários – casos do *JB* e de *OESP* – podem adotar ao mesmo tempo ambas as éticas; o mesmo pode acontecer com os pragmáticos, casos de *OG* e da *FSP*. Por isso, o doutrinário *OESP*, por exemplo, não deixa de se preocupar, isto é, ter *responsabilidade* – em determinados momentos – perante as

⁵⁰ É inegável que motivações empresariais por parte dos órgãos de comunicação, sobretudo financiamentos e renegociação de dívidas com agências governamentais, representam uma variável que jamais pode ser negligenciada. Não consideramos, contudo, que tais motivações – dadas a complexidade e as funções dos periódicos – possam se constituir em *explicação* suficiente para que compreendamos os (re)posicionamentos da grande imprensa, embora se constituam, em determinadas conjunturas, em explicação *necessária*.

conseqüências de determinadas ações, mesmo que vinculadas a questões de princípio, caso do temor dos efeitos do câmbio livre, por exemplo. No sentido inverso, o *pragmático OG* demonstra *convicção* quando de sua adesão à agenda ultraliberal, o que implica uma militância privatista muito próxima da de seus congêneres *doutrinários*. Estas definições expressam por si só a complexidade em se compreender o papel e a atuação da grande imprensa, na medida em que voltada a responder às vicissitudes das conjunturas de forma que ora sua visão de mundo é corroborada ora é rejeitada. Numa palavra, a complexidade da grande imprensa exige-nos alargamento de visão no sentido de criar instrumentos metodológicos eficazes e sofisticados de análise. Vejamos então como a grande imprensa brasileira processa estas combinações metodológicas e como se posiciona perante o possível refluxo da agenda ultraliberal durante o Governo Itamar Franco.

Para o *Jornal do Brasil* que, de todos os periódicos, foi o que mais apoiou o Governo Itamar (ou, de outra forma, o que adotou postura mais moderada em suas críticas), o novo governo teria a virtude de possuir um comportamento ético. Mas o aspecto crucial diz respeito ao papel do jornal na defesa de Itamar com vistas ao seu governo dar prosseguimento à agenda instaurada por Collor. Daí aceitar a revisão das regras da privatização (proposta por Itamar) desde que tornassem mais transparentes o processo privatizante. Embora este argumento não fosse típico do jornal, aceitou-o como forma de, estrategicamente – mesmo que tal revisão implicasse num certo atraso no ritmo da venda das estatais –, manter a agenda. Em outras palavras, por mais sinuoso que fosse o percurso, o importante seria a efetivação das privatizações. É este “realismo político” que, desde Collor, o *JB* vem adotando. Mas, como veremos, este apoio não dispensará críticas, sobretudo quando, para o jornal, Itamar “titubeara” na implementação da agenda, notadamente no que tange à privatização, dado o seu governo ser composto por alas liberais e nacionalistas. Assim, para o *JB*: “Seguindo a absoluta necessidade de transparência para eliminar as práticas escusas nos negócios públicos, o presidente Itamar Franco determinou a revisão do PND [Programa Nacional de Desestatização – FF] (...) A moralização do programa compensa largamente eventuais prejuízos pelos atraso no saneamento das estatais.” (*JB*, 04/01/93). É importante observar que este editorial data do início do mandato efetivo do novo governo, superada portanto a

transitoriedade do cargo, o que indica a disposição do jornal em apoiar o Governo Itamar como forma de (reitere-se) não deixar com que este se distancie da agenda ultraliberal. Afinal: “O país só tem a ganhar se a privatização for depurada de imperfeições”. (*JB*, 10/01/93).

O realismo do jornal, contudo, é teleológico, pois sabe exatamente o que pretende. Por isso, temas como a lei das patentes, a abertura da economia, a desregulamentação, dentre tantos outros, compõem de fato uma agenda integral que será defendida pela grande imprensa como um todo, pois, sua implementação implicaria: “(...) não perder o trem da história, em matéria de liberalismo econômico e modernização tecnológica”. (*JB*, 28/04/93). Embora este excerto refira-se especificamente à lei das patentes, tendo em vista a pressão internacional por sua aprovação, sintetiza a posição do *JB* e mesmo de seus congêneres em termos do que o Governo Itamar deveria fazer quanto à economia política. É notável como a expressão “modernidade” permanece no imaginário da grande imprensa e como um momento *circunstancial* da história – a chamada “onda neoliberal” – fora absolutizado como inescapável.

Mas o *JB* oscilará entre a defesa do Governo Itamar, sobretudo da própria figura do presidente – notadamente no que tange ao aspecto ético, à transparência de suas ações e às suas boas intenções –, e a crítica, de modo geral moderada, à lentidão na implementação da agenda ultraliberal, sobretudo as privatizações. Um tênue equilíbrio demarcará este posicionamento do jornal. Vejamos como esta oscilação se manifesta: “*No campo filosófico, o mais importante foi a firmeza do governo em prosseguir com vigor no trabalho de limpeza do Estado, buscando a eliminação de custos para a sociedade. A privatização intensificada, com a inclusão da energia elétrica nas prioridades, e a entrega da manutenção de algumas rodovias ao setor privado apontam o futuro privatista do país ao investidor nacional e estrangeiro*”. (*JB*, 27/04/93, ênfases nossas). Enfatize-se que a idéia que o Governo Itamar daria continuidade à agenda iniciada por Collor – sobretudo o binômio privatização/capital estrangeiro – é defendida pelo jornal, para quem:

“Por formação, o presidente Itamar Franco admite a presença do Estado na vida brasileira. *Razões de governo o convenceram, porém, a aceitar a continuidade do programa de desestatização, do qual divergia.* [Contudo] (...) O anúncio de 33 empresas a serem privatizadas em 1994 não é suficiente para apagar a impressão de que o governo não está convencido da necessidade de reduzir o tamanho e o papel do Estado no país” (*JB*, 15/12/93, ênfases nossas).

Vê-se, portanto, que o jornal aponta as duas tendências no Governo Itamar: a relativa à resistência do presidente à agenda ultraliberal em razão de seu passado nacionalista, e o da História que, como veremos mais abaixo, imporia esta agenda. Mas toda esta controvérsia conflui para o aspecto crucial da contenda, isto é, a manutenção da agenda iniciada por Collor, pois: “A *modernidade* pregada pelo candidato Fernando Collor perdeu-se na sua administração, em meio à corrupção e ao tráfico de influência. *Mas a idéia manteve a atualidade e precisa de continuidade para reformar a economia que ficou à sombra do Estado, incubando os vícios*”. (*JB*, 05/08/93, ênfases nossas). A passagem enfatizada sintetiza a posição do jornal e, como veremos, de toda a grande imprensa.

Assim, quando Itamar mudou certos procedimentos para a privatização com vistas a torná-los mais transparentes e conseqüentemente menos sujeitos a controvérsias, caso do setor hidrelétrico, o *JB* mostrou-se reticente, mesmo que por vezes aceitasse ajustes no programa como um todo, pois: “A criação de uma comissão com participação de setores da sociedade para definir o modelo de privatização das hidrelétricas estatais agiu como uma ducha de água fria nas esperanças de uma firme decisão do governo em relação à reforma do papel do Estado na vida nacional”. (*JB*, 16/11/94). Como se vê, o jornal, como porta-voz do Capital Global⁵¹, nutria expectativas – como, aliás, toda a grande imprensa – de que a agenda iria e deveria deslanchar, e não refluir. Ressalte-se que a entrada de **capital estrangeiro** será vigorosamente requerida no processo de privatização, pois atingiria dois objetivos cruciais: desestatizar e internacionalizar a economia

⁵¹ Entende-se por Capital Global a defesa do capital em si, independentemente de sua origem ou setor.

brasileira. Assim, de forma pendular as medidas crescentemente tomadas pelo Governo Itamar acerca da revisão da modelagem das privatizações foram, em momentos distintos, consideradas um excesso de zelo, pois, para o jornal: “(...) é preciso verificar se as intenções [privatizantes, sobretudo após a eleição de Fernando Henrique – FF] não poderão ser inviabilizadas por exigências que não cabem nos tempos da economia sem fronteiras.” (JB, 16/11/94). É importante notar que, no contexto da agenda ultraliberal, as privatizações em particular serão defendidas **de forma principista** pelo JB, mas raramente assumidas como tal, pois afirmadas como uma ação “pragmática”, exceto em determinados momentos, como o que veremos abaixo:

“Quando os governos optam pela privatização, não se pode esperar que toda a venda de patrimônio represente razoável arrecadação. *A desestatização não é só uma decisão ideológica do tipo*, ‘o Estado reconhece sua ineficiência em relação à iniciativa privada no campo empresarial e prefere concentrar sua atuação no campo social’. Ela resulta da avaliação serena de que certos patrimônios públicos há muito perderam valor por falta de utilidade prática. (...)”

“A transferência da administração de estradas e ferrovias, através de licitações, para o setor privado (...) pode assumir *importância didática extraordinária* para provar à sociedade a eficiência do setor privado em áreas onde há muito o Estado perdeu eficiência (...)” (JB, 08/06/94, ênfases nossas).

Como se observa, o JB considera a privatização também uma decisão ideológica, a ponto de sua efetivação em setores como o de prestação de serviços assumir um caráter didático, por ser mais simples de se efetivar, demonstrando rapidamente seus efeitos. O fato de assumi-la como ideológica é, vez por outra, de certa forma uma auto-delação, pois o jornal preferiu argumentos “naturalizantes”, tais como a crise fiscal, o esgotamento do ciclo de intervenção do Estado etc para requerê-la. Mas, deste naipe de justificativas, uma delas deve ser ressaltada: a que faz referência aos acontecimentos internacionais resultantes da agenda ultraliberal como uma “onda inescapável”, pois: “(...) sem dar seguimento à privatização, o Brasil continuará na *construção da História*, assumindo a *vanguarda do atraso*. Perderá ainda a chance

de captar capitais estrangeiros, que, no atual estágio de internacionalização da economia, circulam sob a forma de investimentos de risco.” (*JB*, 28/07/93, ênfases nossas). A imagem ácida utilizada, dada a grave possibilidade de o país ficar à margem dos acontecimentos internacionais, demonstra a aceitação integral e acrítica, por parte do *JB*, da referida “onda”. Mas demonstra, igualmente, a importância que o **capital estrangeiro** assume para o jornal, que representa – assim como seus congêneres – o Capital Global, reitere-se. Afinal, a adesão à agenda ultraliberal, no bojo da “onda” que a carregou, é reiterada à exaustão, pois, para o jornal: “(...) É indispensável que o Estado brasileiro se ajuste e se modernize, de acordo com a *tendência mundial de redução de atuação no campo empresarial*, para concentrar-se na área social”. (*JB*, 30/06/94, ênfases nossas). Por “tendência mundial” se baterá toda a grande imprensa, pois a concebeu como sinônimo de modernização, o que, ademais, implicaria o passaporte ao “primeiro-mundo”: estas imagens são repetidas *ad infinitum*. Já o argumento de que a reversão da atividade empresarial do Estado deveria levá-lo a atuar nas áreas sociais é muito mais retórico do que efetivo, pois, ao diagnosticar a crise da previdência, o *JB* afirma ser o Brasil “(...) o único país que continua a adotar a aposentadoria por tempo de serviço, incompatível com a situação populacional do país, que registra aumento crescente da expectativa de vida. *A saída é privatizar a previdência social*.” (*JB*, 16/12/94, ênfases nossas). Ora, este é apenas um, dentre inúmeros exemplos, que demonstram que o jornal, embora não assumisse claramente, aderira em verdade à agenda ultraliberal na íntegra, o que significa não apenas requerer a privatização e a abertura da economia, mas também a ação apenas compensatória – não ativa, portanto diminuta – do Estado na arena social. No caso da grande imprensa, as palavras podem não significar o que parecem, a começar pelo *JB*.

É importante notar que o *JB* se esmerou em criar **imagens** através de uma retórica que, como vimos acima, freqüentemente mais confunde do que esclarece acerca de seus reais objetivos. Veja-se o caso da comparação feita entre o Brasil e a ex-União Soviética no que tange ao funcionalismo público: “O Brasil virou um país em que se trabalha para sustentar a burocracia. A União Soviética era assim, e desmoronou”. (*JB*, 08/06/93). Esta comparação, dentre outras, foi desenvolvida exaustivamente por todos os periódicos, e demonstra a **vulgarização do debate** sobre a reversão do

modelo de desenvolvimento no Brasil, pois comparou-se o incomparável, isto é, um país capitalista em que seu mercado interno fora fortemente protegido (incluindo-se as empresas multinacionais), como o Brasil, com um país socialista, sem mercado privado. Aquilo que, *aparentemente*, guardaria semelhança (a burocracia), na verdade contém tantas diferenças estruturais que sua utilização como exemplo indica fortemente o caráter ideológico de quem manuseia experiências tão distintas apenas para criar imagens fortes, mas, no fundo, caricaturais.

Mas, além de se utilizar de tais imagens, o *JB* procurou desqualificar os que se opuseram seja à forma seja ao conteúdo da agenda ultraliberal, pois: “Quem, depois de todas as evidências, continua defendendo a presença irrestrita do Estado no campo empresarial deixa transparecer que o seu compromisso não é propriamente com o futuro do país, mas com a manutenção dos privilégios do corporativismo encastelado nas estatais.” (*JB*, 20/06/94). Portanto, os que se opõem à agenda ultraliberal seriam oportunistas, pois requerentes de benefícios pessoais; por extensão, os que apóiam tal agenda pensariam no “bem comum” – expressão ideológica normalmente utilizada –, pode-se inferir. A questão central, portanto, refere-se à intransigência para com o debate de idéias. Afinal, não se trataria – por parte dos setores majoritários oponentes à referida agenda – de defesa “irrestrita” da ação estatal, e sim de intervenção em determinados setores, como, aliás, ocorreu em boa medida com a experiência européia e em larga escala com os chamados “tigres asiáticos”, como aludido anteriormente. Como veremos, este *modus operandi* será de toda a imprensa.

Para finalizar o posicionamento do *JB* – transformado novamente em governista, pelo que se pode inferir, no Governo Fernando Henrique⁵² –, este jornal procurou revalorizar o fato de o partido do presidente eleito ter a inscrição “social democrata” para criticar a doutrina ultraliberal. O paradoxal, uma vez mais, é que, como veremos, por mais que expressasse tal crítica, do ponto de vista do conteúdo de suas posições continuou a defender na íntegra a agenda ultraliberal, ao afirmar que:

⁵² Note-se que, de todos os veículos de comunicação, o *JB* é o que teve, durante todo o período em foco e mesmo antes, a menor estabilidade econômico/financeira.

“A social democracia, tal como defendida pelo presidente eleito, não abre mão da regulação da economia no plano político-institucional, embora repudie o rígido dirigismo centralista e planificador e pregue a negociação entre os interesses das empresas e de seus assalariados.

“(...) a social democracia procura compatibilizar mercado, democracia política e promoção do bem estar social.” (*JB*, 09/10/94)

Esse *ethos*/compromisso social democrata que o *JB* afirma estar presente no partido do presidente eleito, e suposta e aparentemente apoiado pelo jornal, será rapidamente contrastado dois meses depois deste último editorial, pois, para o *JB*, deve-se “(...) garantir o espírito de mercado: as demissões por necessidade econômica são a face empresarial da justa causa. (...) não se pode pretender garantir o emprego mediante indenizações irrealistas. (...) [Deve-se] mudar o foco social e econômico da Constituição que quis perpetuar o passado e suprimiu o advento do futuro”. (*JB*, 19/12/94). Portanto, a suposta compatibilização entre mercado e interesses sociais se desvanece quando o tema em foco são medidas concretas, tais como a ordem social e econômica da Constituição de 1988, que o jornal se bateu para que fosse alterada, processo que, aliás, é semelhante, como veremos, a todos os periódicos. Assim, ao postulado apregoado da social democracia se sobrepõe a lógica e a agenda do ultraliberalismo.

Quanto a Fernando Henrique Cardoso, fora saudado (na verdade, por toda a grande imprensa) tão logo assumiu o Ministério da Fazenda como a verdadeira cabeça pensante da modernização do país, em contraste às vinculações e titubeios de Itamar. Por isso, após a vitória de Fernando Henrique nas eleições de 1994, que fora recebido (e apoiada) com júbilo pelos jornais, o *JB*, nos estertores do Governo Itamar afirmou que: “As discussões que procuram desviar o assunto e a continuidade da abertura, da privatização, da estabilização, enfim, das medidas liberalizantes da economia, são inócuas. Como o grande sócio de Fernando Henrique Cardoso (...), Itamar Franco não pode perder a oportunidade de garantir a continuidade do Plano Real [que estaria comprometido se as reformas liberais não fossem levadas adiante – FF]” (*JB*, 10/11/94). O que se vê é uma clareza meridiana

por parte do jornal quanto aos objetivos da economia política brasileira, o que implica associar o Plano Real à agenda ultraliberal.

Vejamos, agora, os posicionamentos do secular representante da linhagem ideológica liberal: o jornal *O Estado de S. Paulo*.

Diferentemente do *JB*, *OESP* mostrou-se impaciente e em boa medida intransigente com o novo governo tão logo Itamar Franco fora confirmado no cargo. Exercendo um papel de “denunciador” das posições “nacionalistas” e por isso consideradas “atrasadas” do presidente, logo no início do novo governo assim se manifestou num editorial provocativamente denominado “A volta da estatização”:

“Ao contrário do que tem afirmado em seus discursos, o presidente Itamar Franco não só se opõe à privatização, como também mostra, agora, sua disposição de realentar a estatização da nossa economia. É o que se pode concluir da solução que pretende dar ao problema dos preços dos produtos farmacêuticos. Essa solução poderá servir de parâmetro para aplicação em todos os setores que, procurando preservar o princípio da liberdade de fixação dos preços, não agradarem ao presidente da República (...).

“Mas cumpre alertar quanto a outro inconveniente: o custo dos subsídios. A modernidade que o presidente (...) até agora não entendeu visa justamente a eliminá-los, pelo simples fato de que têm um custo inflacionista (...) A solução estatizante e populista é a pior que se possa escolher”. (*OESP*, 08/01/93)

Como se observa, a visão – e conseqüentemente a expectativa – do jornal quanto ao novo governo, agora efetivo, era a pior possível, pois representaria um retrocesso em relação ao Governo Collor⁵³. O fato de Itamar querer que o país produzisse medicamentos através tanto dos laboratórios estatais como das indústrias privadas

⁵³ Sobre o papel da grande imprensa durante o Governo Collor, ver o relatório de minha autoria “A agenda da transformação: a grande imprensa e a hegemonia neoliberal no Brasil (a imprensa e o Governo Collor)”, nº 50/2001, Série Relatórios de Pesquisa, NPP. Quanto à “Nova República, ver “A agenda da transformação: a grande imprensa e a hegemonia neoliberal no Brasil (a imprensa paulista e a ‘Nova República’)”, nº 55/2001, Série Relatórios de Pesquisa, NPP.

nacionais (via subsídios, neste caso) contraria vigorosamente a agenda ultraliberal, que tem na divisão internacional do trabalho um de seus pressupostos. A implicação desta divisão refere-se ao fato de que, como os investimentos para a produção de medicamentos são volumosos, caberia aos países centrais fazê-lo. Por conseguinte, o Brasil deveria pagar patentes aos laboratórios internacionais em vez de se aventurar num empreendimento tão custoso.

Mas esta posição será apenas uma, dentre inúmeras outras, quanto à crítica ácida ao Governo Itamar e particularmente ao presidente, pois, afinal: “O presidente (...) não gosta de algumas palavras. ‘Modernidade’ foi riscada do atual vocabulário planaltino porque a palavra e o conceito, na visão presidencial, foram incapazes de eliminar a miséria em dois anos [no Governo Collor – FF]” (*OESP*, 16/01/93). Observe-se que o termo “modernidade” – decorrente da agenda ultraliberal – também está vigorosamente presente em *OESP* com uma força impressionante. Itamar estaria, portanto, atentando contra a “modernidade”. Não bastasse isso, para *OESP* o atual governo não teria a dimensão dos benefícios trazidos pela privatização, pois: “(...) A privatização no Brasil não tem apenas o objetivo de mobilizar recursos, mas sim de abater a dívida, de exonerar o Estado do peso das empresas deficitárias, atrair investimentos externos e expandir a produção” (*OESP*, 30/05/93). Portanto, mais do que simplesmente privatizar **estaria em jogo uma nova postura do Estado** perante o desenvolvimento, postura esta a qual o governo não estaria a altura. Haveria, portanto, “Urgência para privatizar”, título de um importante editorial que demonstra como o jornal – na verdade toda a grande imprensa, a começar pelo *JB*, como vimos – aderiu à **onda internacional** propugnadora da agenda ultraliberal em que a privatização tornou-se central, política e ideologicamente:

A onda de privatizações, inaugurada por Margaret Thatcher no início dos anos 80, ganha impulso atraindo para suas hostes socialistas desiludidos, populistas deslocados e nacionalistas arrependidos. O tema da desestatização, que há pouco mais de uma década atrás era tabu e freqüentava apenas os debates de restritos círculos de especialistas, atualmente se constitui em agenda obrigatória de programas políticos de quaisquer candidatos a cargos públicos. Embora os argumentos técnicos quanto à ineficiência e ao corporativismo das empresas estatais tenham sido expostos há décadas pelos liberais, só a

partir dos claros sinais de esgotamento das economias estatizadas, sobretudo da Europa, é que se colocou na ordem do dia a necessidade da privatização. (...)

“Os extraordinários resultados demonstrados pelas privatizações *conquistaram mentes e adeptos nos mais diferentes países*. (...) Como os efeitos de pedra atirada no lago, as ondas de privatização se propagam em todas as direções. Na Ásia (...) Na América Latina, o processo de privatização já se consolidou em todos os países que estabilizaram ou estão estabilizando suas economias (...)

“O processo de privatização no Brasil está passando por altos e baixos, pois, embora tenha sido iniciado de maneira consistente e sistemática em 1990 com o governo Collor, sofreu atrasos no governo Itamar. (...) *Apesar das posições de alguns poucos que insistem em conduzir o Brasil para trás, verifica-se uma firme convicção nacional em favor da privatização da economia*. Seguir por este caminho é fundamental, na medida em que, no mundo como um todo, percebe-se um excesso de oferta de empresas estatais a ser privatizadas e faltariam recursos para adquiri-las.” (OESP, 04/10/94, ênfases nossas)

Esta extensa passagem sintetiza em boa medida as posições de OESP, pois expõe sua concepção da hegemonia ultraliberal. Afinal, ao afirmar, embora de forma sinuosa, que “restritos círculos de especialistas” começaram a discutir o tema da privatização, aponta para o fato de os think-tanks⁵⁴ terem formulado o corpus doutrinário que iria conquistar mentes e “adeptos” (leia-se “corações”) em todo o mundo, o que, como estamos observando, teria na grande imprensa um veículo de enorme importância. Ao sinalizar para a formulação da “agenda” (ultraliberal), o jornal faz loas à vitória desta até àquele momento, embasando-se contudo numa suposta neutralidade dos “argumentos” ultraliberais, referidos como “técnicos”, o que encobre o vigoroso processo ideológico de construção do discurso ultraliberal. Apesar de o Brasil de Itamar Franco ser considerado uma exceção no contexto das reformas “orientadas para o mercado”, ocorridas estas em diversos quadrantes, sobretudo na América Latina, a crença de que a hegemonia ultraliberal estaria se fazendo – inclusive no Brasil, embora **mais lenta** – **é claramente observável. Por fim, os que teriam aderido a esta agenda são saudados, desqualificando-se contudo suas supostas opções anteriores (os sarcasticamente referidos**

⁵⁴ Conceito este que vimos anteriormente na seção dedicada às experiências históricas acerca da hegemonia ultraliberal.

“socialistas, nacionalistas, populistas”). Esta desqualificação é infinitamente maior, no entanto, ao se referir aos que continuam se opondo agenda em foco, pois considerados “retrógrados”. Trata-se aqui de uma postura antipluralista e anti-democrática do jornal, na medida em que divergir tornou-se sinônimo de atraso, dentre inúmeros outros adjetivos esgrimados pelo *OESP* e por seus congêneres como forma de deslegitimar as outras vozes.

Dessa forma, **o jornal não dará tréguas ao Governo Itamar**, opondo-se veementemente a alterações que buscassem rever o processo de privatização, pois: “Não adianta tão-só dizer que se vai privatizar, enquanto houver uma lei definitivamente antiprivatizante”. (*OESP*, 11/03/93). A inserção internacional do país – no que tange ao capital e à tecnologia – será então obcecadamente perseguida pelo jornal, pois, ao versar sobre o contraste entre os setores liberal e protecionista no governo, afirma que o primeiro, representado pelo então ministro da Fazenda, Eliseu Resende: “(...) já teve, mais de uma vez, ocasião de verificar como seu trabalho pode ser dificultado pelos cacoetes dos que, *apesar do que sucede em toda parte*, ainda agem como inimigos da liberdade de empreender. (...) [pois o presidente] demonstra que *é um homem submetido ao que se pensava nos anos 50* (...) Esta é a hora e a vez da internacionalização da economia.” (*OESP*, 01/04/93, ênfases nossas). Portanto, o presidente procuraria quixotescamente obstar a inescapável onda internacional, atitude a qual o jornal se oporia com todas as forças. A diferença de postura em relação ao *JB* torna-se, dessa forma, evidente, até porque o grau de irritação de *OESP* para com o presidente tornou-se radicalizado, a ponto de afirmar que “(...) o governo Itamar Franco apenas (...) [existe] por conta de um surto de moralismo que acometeu os políticos brasileiros (...)” (*OESP*, 31/05/93), em referência ao *impeachment* de Collor. O que dá margem para se entender que seria preferível Collor, pois liberal (embora corrupto), do que Itamar, dado seu nacionalismo (embora honesto)! Trata-se de uma inferência.

Observe-se, contudo, que em se tratando de privatização havia diversos modelos possíveis – sem contar a forma de viabilizar cada um deles, objeto, aliás, de modificações instituídas pelo Governo Itamar –, o que fora discutido pelo jornal ao

comentar as sugestões do Banco Mundial no que tange ao setor de infra-estrutura. Diz *OESP* que, para o Bird:

“(...) o setor público mostrou-se incapaz de administrar a infra-estrutura dos diversos países em desenvolvimento. (...) A solução, assim, seria a privatização da infra-estrutura das nações do Terceiro Mundo.

“(...) sugere quatro opções, sendo a primeira propriedade estatal mas com administração a cargo de um departamento especial com ampla autonomia (...) A segunda opção é a propriedade estatal num regime, porém, de concessão ao setor privado. A terceira é a propriedade e a administração privadas, sendo a quarta, finalmente, reservada a pequenos projetos, com responsabilidade da construção e administração a cargo dos usuários. O Banco Mundial não esconde suas preferências pelas opções dois e três, sendo esta privilegiada.” (*OESP*, 27/06/94).

Portanto, embora o jornal tente enxergar no Bird um veio exclusivamente privatista, o fato é que o próprio Bird – agência fortemente influenciada pelos interesses dos EUA, embora com responsabilidades internacionais em razão dos vultosos empréstimos que faz – aceita o papel do Estado no setor de infra-estrutura, concedendo-lhe, em quatro alternativas, espaço em duas. A postura ideológica do jornal se sobrepõe à própria lógica das idéias expressas, como se vê. Mas quando o objeto de análise é um fato concreto, o posicionamento do jornal é ainda mais severo. Vejamos, então, como *OESP* trata o tema em outro editorial, ao se referir ao modelo de privatização do setor elétrico. O modelo, típico do Governo Itamar, seria “(...) farisaico, [pois] pretende ‘atrair’ o setor privado para a conclusão das obras paradas, num regime de parceria, desde que o Estado continue no comando... Seus seguidores não conseguirão levantar um só centavo”. (*OESP*, 30/11/93, ênfases nossas). Ora, esta ácida crítica do jornal à possibilidade do Estado permanecer, como parceiro, no setor de infra-estrutura, em sendo aceita pelo insuspeito Bird demonstra como *OESP* atuou como aparelho ideológico, pois procurou simplificar ao extremo a relação Estado/Capital privado, tornando-os dicotômicos. O fato de este editorial ter sido publicado pouco mais de seis meses antes do que relata a posição Bird não significa que o jornal não sabia da posição do Banco, pois estes modelos eram previamente conhecidos, sobretudo por parte da grande imprensa, que

congrega um volume brutal de informações em seus centros de pesquisa e documentação. Mesmo que não soubesse, em seis meses – e em pleno Governo Itamar – não passaria a aceitar outras posições que destoassem das até então apregoadas. A solução, então, foi “interpretar” o significado das posições do Bird de forma a promover um privatismo que não estava *completamente* presente neste caso concreto. Neste particular, **assumiu um papel mais ostensivo** do que o *JB* em prol da agenda ultraliberal.

Essa postura ideológica do jornal convive, contudo, com o que se pode chamar de “ética da responsabilidade”, isto é, a preocupação com as conseqüências das ações e mesmo de certas inações em cada situação específica. Em outras palavras, a “ética da convicção” – isto é, a crença no liberalismo – convive com a “ética da responsabilidade”, produzindo uma atuação complexa e por vezes ambígua. Vejamos dois exemplos deste perfil de *OESP*. O primeiro se refere à taxa de câmbio, pois, para o jornal: “(...) *a taxa cambial não pode ser deixada totalmente ao arbítrio do mercado*. Tem-se o exemplo externo: nos grandes países industrializados, os bancos centrais estão sempre presentes num mercado em que predomina o ‘dirty floating’, e intervêm sempre que necessário para evitar a especulação”. (*OESP*, 11/08/94). Portanto, o jornal não aceita o livre cambismo, que, como se sabe, é um pressuposto ultraliberal. Mas vejamos o segundo exemplo, acerca da abertura econômica na Argentina:

“Enquanto o Brasil reluta em alargar suas fronteiras às instituições financeiras estrangeiras, a Argentina parece cair no excesso contrário, criando sérias apreensões no seu sistema financeiro privado. *O governo (...) não somente decidiu abrir totalmente suas fronteiras à implantação de bancos estrangeiros, como eliminou um princípio – o da reciprocidade – que, adotado praticamente em todos os países, representa um freio à expansão excessiva dos empreendimentos alienígenas.* (...)”

“(...) Impõe-se considerar, porém, que a *excessiva abertura da Argentina* pode representar inconvenientes ao Brasil no quadro do Mercosul, em que os capitais da área não sofrerão restrições. (...) Cumpre-se exigir que, no Mercosul, (...) *mesmo no quadro de uma política liberal, a Argentina mantenha o princípio da reciprocidade.*” (*OESP*, 26/02/94, ênfases nossas)

Ora, o que esta passagem reafirma é que o liberalismo de *OESP* claramente tem limites, e que estes limites se referem, em primeiro lugar, à referida “ética da responsabilidade”; em segundo lugar, referem-se aos interesses por ele expressos, isto é, o Capital Global, o que implica uma associação dos capitais privados nacionais com os estrangeiros, e não o predomínio absoluto de um sobre o outro (no caso em que o capital nacional se sobressai, o jornal se opõe por considerar uma postura nacionalista; já no caso em que o capital estrangeiro se sobrepõe, como na passagem acima, enxerga-se uma dependência indesejada ao exterior, dadas as conseqüências negativas potenciais). Portanto, por mais que criticasse o Governo Itamar, o fez sempre tendo em vista as **possíveis conseqüências** que tanto as posturas protecionistas como as ultraliberaís poderiam acarretar.

Note-se que, como afirmamos no início desta seção, o caráter dos periódicos, no caso de *OESP* o viés “doutrinário”, representa um “tipo ideal” que ora se aproxima do tipo “puro” ora se distancia dependendo de inúmeras circunstâncias (que, na verdade, se traduzem em “variáveis”) e dos interesses que o jornal representa. Mais ainda, a atuação em prol do Capital Global, o próprio efeito do câmbio livre para as empresas nacionais e para o próprio jornal enquanto empresa, dentre outras variáveis, faz com que o seu “doutrinarismo” liberal seja amenizado. Com isso, percebe-se como as diversas características apontadas em relação aos periódicos convivem num equilíbrio instável.

A relação de *OESP* com o Capital é mais ostensiva, no governo Itamar, do que seu congênere ideológico carioca (o *JB*), pois procurou defender o capital privado – nacional e estrangeiro, o Capital Global – toda vez que o Estado quis impor-lhe controles, sobretudo quando da alteração de uma lei que punia o chamado “abuso econômico”. Para o jornal: “(...) o chefe do governo anunciou que pretende alterar em profundidade as leis vigentes sobre o abuso do poder econômico, esquecendo-se de que viola direitos e invade esferas que até agora os governos mais intervencionistas tinham respeitado. (...) e investe contra as elites com (...) rancor (...), o chefe de Estado e seus novos aliados atirarão contra esses setores a sanha

popular (...)” (*OESP*, 28/02/93). O **veio conservador do jornal** aparece na íntegra, pois se preocupa não apenas com a questão da intervenção do Estado nas relações econômicas como com as “elites” – no caso, os empresários –, a quem representa. O periódico, portanto, **rejeita controles mais efetivos sobre a liberdade do Capital**, menos (possivelmente) por ideologia – por mais que esta justifique sua posição – e sim em razão da representação do Capital Global. Dessa forma, para o jornal: “(...) a lei sobre o chamado abuso de poder econômico terá por primeiro efeito afastar o capital estrangeiro de nosso país”. (*OESP*, 14/06/94). A lei em questão refere-se à coibição do truste, mas, para o jornal, assume o caráter de intervenção indevida do Estado na liberdade do Capital, cujo combate se dará com argumentos supostamente pragmáticos – a fuga de capitais –, submetidos contudo à formulação ideológica do ultraliberalismo. Formulação esta que permanentemente requer a junção entre os capitais nacionais e estrangeiros, pois, afinal: “(...) reconhecem os industriais [nacionais] que (...) a abertura certamente salvou a indústria. (...) Caberia ao governo se conscientizar que, se ainda temos problemas, originam-se na sua intervenção antieconômica”. (*OESP*, 13/06/94). Assim, o velho discurso antiestatal permanece em cena.

Mas a abertura comercial, por mais que fosse requerida, também será alvo de críticas quando se constata que o chamado capitalismo desenvolvido continua protegendo seus mercados, isto é, que apenas um lado – o mundo periférico – se abriria. Por isso, paradoxalmente compara os EUA e a Argentina, para requerer, ao que parece, uma postura intermediária. Num importante editorial intitulado “Mercados protegidos” – que, aliás, contraria o ultraliberalismo doutrinário –, assim o jornal analisa o problema:

“(...) o governo americano decidiu subsidiar com US\$1 bilhão a indústria de telas planas para computadores. (...) o objetivo é meramente mercantil: aumentar a fatia (...) do mercado controlada pela indústria americana (...)

“Os argentinos estão agora experimentando o gosto amargo da retribuição ao seu alinhamento político com os EUA. Apontada pelo governo americano como modelo de país que liberalizou seu comércio, a Argentina entrará na lista negra da famigerada 301

[retaliação comercial – FF] porque não conseguiu produzir uma lei de proteção da propriedade intelectual que satisfaça ao setor farmacêutico americano.” (*OESP*, 02/05/94).

Portanto, *OESP* expõe toda a sua **contrariedade com a ordem econômica internacional**, dado o protecionismo, sobretudo norte-americano e europeu, em contraste às aberturas abruptas e totais, caso da Argentina – eis aqui mais um exemplo de combinação entre “ética da responsabilidade” e “ética da convicção”, ou mesmo da convivência entre “pragmatismo” e “doutrinarismo”. O jornal demonstra assim quão difícil é **equilibrar-se entre a euforia da hegemonia ultraliberal e suas contradições e riscos**. Apesar disso, cobrará que o Brasil promova reformas estruturais, eufemismo de adesão – mesmo que avaliados, seus itens, *ad hoc* – à agenda ultraliberal, pois, ao apoiar abertamente a candidatura de Fernando Henrique à presidência, afirma que o Brasil deveria “(...) ativar seu programa de privatização e (...) efetuar, em 1995, reformas estruturais que demandem uma revisão constitucional (...). (*OESP*, 01/10/94). Por fim, o apoio aberto à candidatura de FHC pode ser observado quando, ao comentar – pela enésima vez – que a privatização estava em perigo, devido a postergações consideradas injustificadas, afirma que, apesar disso: “(...) ainda há quem insista em dizer que a máquina do governo está auxiliando o senador Fernando Henrique Cardoso.” (*OESP*, 01/09/94). Ou seja, a “irracionalidade atrasada” de Itamar estaria prejudicando a ala liberal e “moderna” de seu próprio governo, isto é, justamente o candidato FHC. Como se pode observar, o jornal se equilibra em posições difíceis, elaborando um verdadeiro malabarismo para afirmar posições e defender os interesses do Capital Global, assim como das classes médias, sólidas bases da grande imprensa.

Observemos agora a **revista *Veja***, que aderiu fortemente ao ultraliberalismo, a ponto de constituir-se – em contraste à sua história – em radical militante desta doutrina. É por isso, aliás, que a analisamos logo após os dois jornais que se perfilham ao liberalismo. Dadas as características da revista, que possui editoriais muitos pequenos, mas matérias (coberturas jornalísticas) extremamente opinativas,

exporemos os posicionamentos de *Veja* tanto através dos editoriais como das matérias. Começamos com um editorial de janeiro de 1992, quando Collor ainda era presidente, pois nos dá a dimensão do apoio da revista às teses ultraliberais:

“(…) parece-me claro que o Brasil está passando por uma transformação tão grande que é, paradoxalmente, difícil de perceber. *Graças, de um lado, aos ventos de mudança que sopram no mundo inteiro e, do outro, à visão do governo Collor, estamos reformulando os alicerces econômicos do país.* A liberalização nas frentes interna e externa, através de um ambicioso plano de privatização, da queda de barreiras alfandegárias, da desregulamentação geral e – talvez principalmente – da redução do intervencionismo governamental, está preparando o terreno para uma economia de mercado mais produtiva, competitiva e eficiente.

“(…) *há o quase consenso nacional a respeito da direção a seguir.* Felizmente os intermináveis debates quanto ao ‘modelo’ [de desenvolvimento – FF] a adotar acabaram. *Não há mais dúvidas sobre a necessidade de reduzirmos o tamanho do Estado (…)*” (*Veja*, editorial, 01/01/92, ênfases nossas)

A passagem acima é muito clara quanto ao apoio ao Governo Collor em razão deste esposar a agenda ultraliberal, assim como é ostensiva – tal como o fora no *JB* e em *OESP* – a visão sobre os efeitos positivos da “onda internacional”, a qual o Brasil estaria seguindo e deveria fazê-lo ainda mais. A **afirmação de que praticamente não haveria mais vozes divergentes quanto à reversão do modelo** na verdade oculta sua existência, apontando para a indução da hegemonia ultraliberal no país. Se assim a revista se posicionou no Governo Collor, com maior energia o faria no Governo Itamar, dadas as modificações que este fez no processo de abertura e sobretudo de privatização, no que, portanto, seguirá os periódicos precedentes, sobretudo *OESP*.

Inúmeras vezes a revista destacou matérias – sempre fortemente opinativas, o que, aliás, faz de *Veja* um semanário em que **opinião e cobertura jornalística se confundem** – que enfatizassem aspectos negativos ou positivos daquilo que se queria respectivamente atacar ou defender. Assim foi, por exemplo, dentre inúmeros outros, ao curiosamente comparar – dado que os objetos da comparação eram muito

distintos – o Departamento de Economia da Escola de Chicago, coordenada pelo ultraliberal Milton Friedman (como vimos anteriormente na seção destinada às escolas ultraliberais), e Cuba, liderada por Fidel Castro. A revista assim apresenta, em editorial, esta comparação do incomparável: “Nesta edição, VEJA convida o leitor a visitar um sucesso e um fracasso notáveis.” (*Veja*, 13/01/93, editorial). A revista dedicou 11 páginas, em duas reportagens, para demonstrar o “bem” e o “mal”, travestidos em “sucesso e fracasso”, o que, subliminarmente, quer dizer ao leitor qual o caminho a seguir, sobretudo por já estarmos no Governo Itamar.

Assim, as mesmas dúvidas dos jornais doutrinários quanto ao desejo privatizante de Itamar serão lançadas pela revista, que, na primeira oportunidade, isto é, a venda da companhia siderúrgica Acesita, ainda em 1992, assim expõe sua visão sobre o novo governo:

“Em seu passo acanhado, o governo andou para frente na semana passada. (...) Se nenhuma liminar judicial cancelar a venda, terá sido bom para os contribuintes. Eles se livraram de mais um sumidouro de dinheiro (...)

“(...) A sensação que se tem pelas declarações de Brasília é que o governo vê as privatizações com grande desconfiança, gostaria mesmo de acabar com elas, mas não tem coragem de contrariar frontalmente um programa que já recebeu a aprovação do país inteiro, a começar pelo voto favorável dos próprios funcionários das estatais.

“Na (...) véspera do leilão, o governador Leonel Brizola ligou para o presidente (...) com uma proposta engatilhada. ‘Esse programa está errado e é hora de acabar com ele’, recomendou o governador. Resposta de Itamar: ‘Não posso. Em outros tempos, até poderia concordar. Mas, se fizesse isso agora, quais seriam as manchetes da Folha de S. Paulo, de O Estado de S. Paulo e O Globo?’ (...)

“É útil discutir a forma de pagamento nos leilões, mas isso não deve ser encarado como um fator essencial. Essencial é vender o patrimônio do governo que não está vinculado às funções obrigatórias do Estado”. (*Veja*, 28/10/92, matéria, páginas 92 à 94, ênfases nossas)

Esta longa passagem é cristalina quanto aos posicionamentos de *Veja*, pois: a) acredita que o Governo Itamar seria titubeante quanto à privatização; b) expressa

toda a **euforia quanto à hegemonia ultraliberal**, pois, ao afirmar que o “país inteiro” é favorável às privatizações, reitera a desvalorização das vozes discordantes ao sequer citá-las, assim como omite que pesquisas de opinião, com alguns exceções circunstanciais, mostraram uma opinião de modo geral majoritariamente contrária à venda das estatais (veremos estes dados ao final deste trabalho na parte relativa à *FSP*); c) demonstra toda a sua militância ideológica pró-ultraliberalismo ao afirmar que querelas quanto à modelagem das privatizações, notadamente o preço a ser pago às empresas estatais, seria algo de somenos, dado que o essencial seria “vender o patrimônio do governo”, ocultando que, em verdade, o patrimônio pertencia ao país, isto é, aos cidadãos; d) a descrição da conversa entre Itamar e Brizola, em que o presidente teria mantido o leilão da Acesita em razão das manchetes da *FSP*, de *OESP* e de *OG* peca, em primeiro lugar, por não inserir a própria *Veja*, além do *JB*, isto é, toda a grande imprensa. Em segundo lugar, demonstra como esta imprensa de fato possui poder e o exerceu de forma ideologicamente ostensiva, influenciando a formulação da agenda ultraliberal no país; por fim, dá-nos uma amostra do que veremos mais abaixo sobre os posicionamentos dos jornais “pragmáticos”: os periódicos *OG* e *FSP*.

Em prosseguimento a essa postura, *Veja* lança, em janeiro de 1993, portanto no início de fato do Governo Itamar, uma edição intitulada (na capa, portanto) “Por que o governo deve vender as estatais”. Em editorial, afirma que:

“O mundo todo já descobriu que o governo piora quando se mete a produzir aço, pólvora ou adubo, como acontece no Brasil. (...) O povo, em nome do qual se refestelam a oligarquia estatal e muitos grupos econômicos, nunca foi dono das empresas estatais. (...) Apenas é chamado para pagar a conta (...)

“Convive-se, desde a semana passada, com as *novas regras que tratarão da privatização no governo Itamar e já se pode esperar um atraso no programa. A pretexto de aperfeiçoar o processo, o governo o complicou, num decreto amadorístico. Parece destinado à preservação da moralidade e até é positivo nesse aspecto, mas é difícil conceber operações de compra e venda debaixo de tamanho controle governamental. (...) Age como o guardião do templo sagrado e o que tem na mão é um punhado de empresas incompetentes. (...)*

“O governo (...) Não sabe fazer negócios sem misturá-los com barganha, empreguismo e, muitas vezes, corrupção. O Estado deveria se livrar desse encargo auto-imposto e aplicar seu dinheiro e sua energia na educação do povo e nos outros programas sociais”. (*Veja*, 27/01/93, editorial, ênfases nossas).

Como se observa, a crítica à revisão da *modelagem* das privatizações, apesar destas continuarem adquirir o sentido de um “fogo cruzado” em *Veja* – e de toda a grande imprensa –, que, tal como *OESP*, viu em Itamar o exemplo da “anti-modernidade”. Mais ainda, a visão radicalmente negativa das empresas estatais, em que só se enfatiza seus supostos aspectos problemáticos, implica a adoção de uma **estratégia de descontextualização e desistoricização do papel do Estado no Brasil**. Parece que, do nada, o Estado e suas empresas passaram a sugar a economia e os indivíduos e, mais, que este processo teria sido apercebido, de repente, no mundo todo. Trata-se, portanto, de uma estratégia que, no que tange ao debate público das idéias, nada mais representa do que ideologização, isto é, divulgação, com vistas à obtenção da hegemonia ultraliberal. Na cobertura que retrata matéria, sempre em tom opinativo e de desdém, assim a revista se coloca: “(...) O Brasil talvez tenha sido o último país a adotar um programa de privatização. Nisso, perde para o México, Chile, Venezuela, Argentina e Rússia. (...) A China, país que continua comunista, está liquidando estatais deficitárias. O Brasil não chegou a esse requinte.” (*Veja*, 27/01/93, matéria, pág.18). Em sentido pejorativo, a matéria intitula-se “No ritmo de novela mexicana”, e, como se vê, compara países muito diferentes, dos capitalistas semi agrícolas, caso do Chile, passando pela ex-socialista Rússia e pela semi-capitalista China, até chegar ao México e ao Brasil, países capitalistas industriais periféricos. A estratégia de comparar o incomparável permanece portanto, e não é exclusividade de *Veja*, como vimos.

A revista manterá esta linha de atuação, embora, por vezes, criticará o empresariado nacional – mas de maneira bem menos ostensiva que o *JB* – por ter se locupletado das empresas estatais, pois, ao comentar a construção de um polduto pela Petrobrás em Paulínia, interior de São Paulo, afirma que:

“Pode estar se dando em Paulínia um fenômeno muito conhecido no mundo estatal brasileiro – a privatização apenas dos benefícios de uma empresa estatal. *Gravita em torno das empresas do governo um enxame de empresários ávidos por vender caro e comprar barato. Por muito tempo, as siderúrgicas venderam chapas de aço a preços subsidiados para a indústria automobilística* sem que houvesse a contrapartida do preço mais baixo para o consumidor final”. (Veja, 27/01/93, matéria, pág. 24, ênfases nossas).

Ora, o reconhecimento de que o Capital se beneficiou do Estado-empresário não se constitui em argumento central na grande maioria das matérias da revista, dado que a exposição deste aspecto abriria um flanco para que se questionasse seja as razões da crise das empresas estatais – que não apenas o tradicional “empreguismo”, “politicagem” e “corrupção” –, seja a característica dos Estados em outros países, sobretudo os de capitalismo central. Quanto a esta comparação – papel do Estado nos países periféricos e nos centrais –, dada a finalização da chamada Rodada Uruguaí do Gatt o tema do protecionismo dos governos centrais veio à tona, tendo em vista ter se tornado um óbice às negociações desenvolvidas neste fórum multilateral. *Veja* não se furtou a discorrer sobre este fato, sem que, com isso, abandonasse sua pregação ultraliberal. Intitulada “Façam o que eu digo”, a matéria, num equilíbrio tênue – da mesma forma que os jornais acima –, afirma que:

“Muitos países pobres e em desenvolvimento resistem a reduções totais de tarifas porque não desenvolveram internamente mecanismos eficientes de proteção da indústria local contra práticas abusivas e manobras de exportadores muito agressivos. Sem dispositivos como as *cotas de importação ou leis antidumping que países como os Estados Unidos usam para retaliar unilateralmente parceiros comerciais considerados injustos*, países pobres com tarifa baixa ficam vulneráveis. *Isso não significa que nações como o Brasil não lucrariam com o incremento do comércio exterior. Significa apenas que não se prepararam convenientemente para ele*”. (Veja, 14/07/93, matéria, pág. 82, ênfases nossas)

Ora, o equilíbrio instável de que falávamos se manifesta integralmente, pois a revista ao mesmo tempo em que constata a contragosto a existência de práticas protecionistas por parte dos países capitalistas centrais, apressa-se em dizer que a abertura comercial, apesar dos protecionismos e intervencionismos, é boa para os países periféricos, sobretudo para o Brasil. Trata-se, tal como o *JB* e *OESP*, do mesmo papel por eles desempenhado no que tange à defesa do Capital Global e de uma **ordem econômica internacional que permita a integração entre os capitais**, sem portanto o peso excessivo do centro sobre a periferia, até porque inúmeras conseqüências nefastas poderiam advir. Um misto entre convicção ultraliberal e “ética da responsabilidade” – semelhante a *OESP* – aparentemente explica este posicionamento da revista. Ainda quanto ao protecionismo de outros países, alguns deles considerados “liberais”, *Veja* terá outros argumentos que, contudo, confluem à mesma ênfase pró-liberalização dos mercados: “Muitos países desenvolvidos, como a França e os Estados Unidos, protegem seus agricultores com subsídios nos preços e tarifas de importação. O problema é que, no Brasil, o subsídio, em vez de incentivar a produção, freqüentemente serviu para premiar a ineficiência e a corrupção.” (*Veja*, 03/11/93, matéria, pág. 100). Sem perceber, a revista mostra que, em termos concretos, o subsídio, dependendo de como é aplicado, pode ser bom. Em outras palavras, toda vez que há um exame mais sério e aprofundado dos problemas da economia mundial e sobretudo do papel do Estado nas diversas sociedades, a retórica ultraliberal torna-se comprometida. Daí, uma vez mais, o eterno equilíbrio instável que vimos enfatizando.

Por outro lado, é interessante observar como a revista combate seus adversários, pois afirma que a atuação destes é ideológica – semelhantemente, como se observa, como ela própria, *Veja*, atua. No tocante ao tema do fim do monopólio estatal em diversas áreas, sobretudo no setor de telecomunicações, a revista assim se coloca tendo em vista a possibilidade – requerida por ela e por toda a grande imprensa – de se fazer a revisão constitucional ainda no Governo Itamar. Afirma que:

“Como toda disputa ideológica, ela está chegando aos ouvidos dos brasileiros cheia de imprecisões e deformações. (...) No Brasil a elite

burocrático-monopolista-conservadora ainda propaga a tese de que o Brasil tem poucos telefones porque é um país pobre. Essa interpretação equivocada (...).

“(...) *Nove em dez especialistas apontam o monopólio do Sistema Telebrás como o grande obstáculo.* Estabelecida pela Constituição de 1988, a presença monopolista pétrea do Estado não faz e não deixa ninguém fazer o que é preciso.

“(...) Países em desenvolvimento como o Brasil precisam vencer suas dificuldades estruturais de monopólios e baixos investimentos para se encaixar na crescente onda de globalização que varre o planeta.” (*Veja*, 20/04/94, matéria, páginas 58 à 64, ênfases nossas)

A luta pela hegemonia assume, portanto, contornos definidos, sobretudo tendo em vista a revisão constitucional – que acabou não se realizando no Governo Itamar, mas que fora demandada insistentemente por toda a grande imprensa. *Veja*, ao procurar atuar como agente didático, esclarecedor das “verdadeiras” razões que levaram à crise da telefonia no país, está simplesmente demonstrando também seu papel como aparelho privado de hegemonia. Ao afirmar que a maioria esmagadora de “especialistas” aponta o monopólio como a causa central do baixo índice de telefones no país, em verdade procura esgrimir argumentos “técnicos”, e conseqüentemente legitimidade, para a posição que defende. De quebra, ataca a Constituição de 1988 como obtusa ao capitalismo, por mais que, vez por outra, como vimos, exponha a existência de legislações intervencionistas em outros países. Por fim, a idéia e a imagem da chamada “globalização”, a qual seria inescapável a todos os países aderirem, está presente em suas posições, vinculando-se à idéia – anteriormente discutida – de uma “onda internacional liberal”, igualmente inescapável, além de desejável. Este é o universo ideológico de *Veja*.

No que tange aos benefícios da privatização, para *Veja* – igualmente aos jornais que vimos – parecem panacéicos, pois, as estatais: “(...) Se elas forem vendidas a um ritmo constante, todos lucrarão. A dívida do governo vai diminuir, assim como a

necessidade de injetar dinheiro em fábricas de plástico e usinas de aço deficitárias”. (Veja, 17/03/93, matéria, pág. 89). É interessante observar que, na mesma página, ao lado da matéria de onde retiramos esta passagem, a revista apresenta uma outra matéria sobre a corrupção na Itália, em que afirma que “(...) descobriu-se que as ricas empresas estatais constituíam o coração do esquema de ladroagem” (Veja, idem matéria acima). Logo, associa-se o que há de mais negativo com as empresas estatais, procurando, com isso, **criar uma imagem de que o Estado, seja pela ineficiência, seja pela corrupção, é immanentemente ruim, em todos os lugares portanto.** Trata-se realmente de uma estratégia ideológica em que os **elementos subliminares** são definidores.

Em relação ao Capital estrangeiro, como se pôde perceber todo o apoio será dado ao mesmo para que viesse ao Brasil. Afinal, a defesa do Capital Global permeia a grande imprensa, reitere-se, pois: “(...) A abertura do mercado seria uma ótima atitude se andasse de braços dados com o estímulo ao investimento, que fortaleceria a indústria do país e daria melhores condições de concorrência para o produto brasileiro. Não é isso que ocorre”. (Veja, 07/04/93, matéria, pág. 82). Portanto, embora o tema da proteção às economias não tenha podido sair da agenda mundial, paralelamente ao esforço da Rodada Uruguai do Gatt, o fato é que *Veja* clama pela vinda do capital estrangeiro como forma de inserir o país no mundo “globalizado” e obter tecnologia, em razão da nova divisão internacional do trabalho, infere-se, pois a revista aparenta mostrar-se resignada com esta. É isso o que se pode depreender de diversas passagens, entre as quais a que afirma que: “A política de abertura do mercado aos produtos estrangeiros está produzindo efeitos positivos numa economia que não sabia se podia viver sem o superprotecionismo [caso do Brasil – FF]” (Veja, 28/04/93, matéria, pág. 79). Mas, nesta mesma matéria, intitulada “A injeção estrangeira”, a revista expõe, embora de forma tímida, sem grande ênfase, os efeitos da abertura brasileira, pois:

“Até 1989, 95% das peças de um aparelho de televisão da Gradiente eram nacionais. Hoje, 80% dos componentes são importados. Essa substituição reduziu o custo de produção, melhorou a qualidade e baixou o preço dos aparelhos nas lojas. O processo foi bom para a

companhia, mas *teve uma conseqüência desagradável: milhares de empregos foram cortados*. A Gradiente já teve mais de 9.000 empregados. Hoje, tem 2.700. (...) Um detalhe: *os novos empregos que surgirem serão muito mais seguros*. ‘Serão empregos numa empresa muito mais competitiva’, diz [Eugênio] Staub” (*Veja*, idem, ênfases nossas)

Como se observa, a redução drástica, em mais de 2/3 dos empregos, é deixada em segundo plano pela revista, que rigorosamente aponta com **estardalhaço os efeitos da abertura**, mas apenas cita o que – eufemisticamente – denomina como “conseqüência desagradável”, e que poderia ser descrita como verdadeira catástrofe ao país. Mais ainda, ao apoiar-se na fala do proprietário da empresa demonstra ao mesmo tempo sua própria vinculação patronal assim como sua atuação ideológica, na medida em que procura convencer seu leitor de que, futuramente, os empregos possivelmente criados lhes seriam mais seguros. Não tem, contudo, como provar tal assertiva, além de não se aprofundar no fato de que os 2/3 de empregos extintos muito possivelmente não seriam mais criados na mesma proporção.

Ora, mas os que discordassem da agenda ultraliberal, seja no tocante ao seu conteúdo seja em relação à forma de operacionalizá-la, serão – tal como nos jornais que vimos acima – desqualificados, pois, para *Veja*, no exemplo da privatização: “Fora da Brizolândia e das alas mais radicais da (...) CUT, parece haver consenso em relação à privatização”. (*Veja*, 15/09/93, matéria, pág. 38). Portanto, a revista parece decretar que tanto Brizola como a CUT não teriam legitimidade para discordar, não sendo então contados como vozes que teriam uma posição que, embora *Veja* divergisse, poderiam fazê-lo: trata-se aqui de antipluralismo e de uma postura antidemocrática.

Mas *Veja* deixou claro quem seriam seus ídolos, tal como deixa evidente em editorial: “Firmeza de propósitos, decisão nas ações. Uma cartilha – o *neoliberalismo* – solidamente definida, e a convicção de que seu objetivo máximo não é *equilibrar as contas* do governo ou *baixar impostos*. Estes são instrumentos para que a vida de toda a sociedade melhore. *Dá até uma ponta de inveja de países*

que têm conservadores como a ex-primeira-ministra inglesa Margaret Thatcher.” (Veja, 16/03/94, editorial, ênfases nossas). A revista deixa claro, portanto, que as idéias e a práxis de Thatcher são modelos paradigmáticos e que, conseqüentemente, gostaria de vê-los aplicados ao Brasil, isto é, o neoliberalismo de estilo conservador, que, como se sabe, teve no governo autoritário de Thatcher sua expressão internacional, pois marcado pela baixa disposição em negociar, sobretudo com os segmentos organizados da sociedade inglesa.

Por fim, e coerente com que pregou no período observado, *Veja* propôs “Uma agenda mínima para 1994”, com vistas a influenciar o Governo Itamar a realizar mais em prol da agenda ultraliberal do que teria realizado. Nesta agenda, pregou, entre outros temas, a revisão da Constituição, notadamente quanto à ordem econômica, pois:

“(…) Deveríamos (…) aproveitar para dar mais um passo na eliminação dos monopólios estatais que impedem o desenvolvimento de sistemas mais modernos e mais eficientes, e abrir caminho para o redimensionamento e a racionalização de todo o confuso, inchado e inoperante setor público. Deverá ser possível chegar a um acordo de bom senso que desestatize, descentralize, elimine privilégios, abra as portas para investimentos internacionais e libere o Brasil para voltar a crescer.” (*Veja*, 05/01/94, editorial).

Portanto, a agenda de *Veja* é esta, ou melhor, continua sendo a mesma de antes do Governo Collor, mas que possivelmente se completaria, segundo as expectativas nutridas pela grande imprensa, no Governo FHC, dado o Governo Itamar ter sido considerado “claudicante”. Além destes pontos, a revista também destaca o equilíbrio fiscal como meta central a ser perseguida. Mas é curioso observar, contudo, que, ao final de seu mandato, Itamar foi aplaudido tanto por *Veja* como pelo *JB* e por *OESP*, pois, no cômputo geral, teria não apenas iniciado o processo de estabilização da moeda (o Plano Real), como, mesmo que aos “trancos e barrancos”, dado prosseguimento à agenda iniciada por Collor. Não bastasse tudo isso, ainda

teria feito candidato e sucessor Fernando Henrique Cardoso, a quem a grande imprensa em uníssono apoiou fortemente. Para *Veja*, portanto, o mandado de Itamar fora retratado da seguinte forma: “Enfim, um presidente que deu certo”, título de uma matéria publicada em 16/12/94. Ocorre, contudo, que este “apoio” ao Governo Itamar somente ocorreu em razão do Plano Real e da agenda sintetizada – aos olhos de *Veja* – sem hesitações por FHC. Além do mais, a revista não poderia ficar muito distante da média de seus leitores, que, justamente por causa do Real, apoiou a fase final do Governo Itamar e a candidatura de FHC.

Partamos agora para a análise dos dois jornais que historicamente não se vincularam a nenhuma doutrina, e por isso serão chamados de *pragmáticos*: respectivamente o **jornal *O Globo*** (marcado por uma histórica atuação *governista*) e a *Folha de S. Paulo* (caracterizada pela capacidade de mudar de posição doutrinária com uma certa rapidez, sendo portanto *volátil* neste sentido).

Começamos por *OG*, que, ao comentar a crise econômica (recessão) à qual o país passava, crê ser necessário, para superá-la: “(...) uma forma de consenso mínimo. Que é possível e necessário. Por exemplo, a consciência de que o tamanho excessivo do Estado e as restrições ao capital estrangeiro compõem uma fórmula letal.” (*OG*, 02/04/93). Portanto, estas primeiras passagens já demonstram que, embora jamais vinculado a uma doutrina, sobretudo ao liberalismo, o jornal vem aderindo (desde o final da “Nova República”) progressivamente à mesma. Assim, as cobranças ao Governo Itamar serão justificadas em razão da **crise do Estado e da nova ordem internacional**, tal como os seus congêneres que vimos. Mas *OG* fará incursões históricas – a seu modo – acerca da crise do Estado, pois afirma que o Brasil deveria descartar o “(...) mito do planejamento mundial da economia – ou nova ordem econômica internacional – depois da derrocada dos países de economia centralizada no Estado. Ou na teoria da dependência, como obstáculo estrutural ao desenvolvimento, que faz os países se refugiarem no protecionismo, além da planificação”. (...) *Não se faz desenvolvimento científico e tecnológico sem capital, venha este de onde vier* (...) “(*OG*, 16/01/93, ênfases nossas). Portanto, será a

agenda ultraliberal a saída para a crise, dado **descartar outras alternativas**, embora o jornal só tenha elencado estas duas, quando, em verdade, havia diversas outras possibilidades denominadas neo-keynesianas, por exemplo, o que implica parcerias entre o Estado e o capital privado.

Sendo assim, o Governo Itamar será criticado – assim como o fizeram os órgãos vistos acima – seja por excesso de zelo quanto à modelagem do programa de privatização, seja por supostamente não demonstrar uma adesão decidida à desestatização, pois:

“O chamado ‘decretão’, que passou semanas sendo alinhavado (...) mostra com nitidez que o atual Governo continua perdido em matéria de privatização. O ato chove no molhado na maioria de itens; em outros, estabelece restrições desnecessárias ou institui regras destinadas a disseminar a insegurança entre investidores.

“Não se justifica, por exemplo, excluir inteiramente do processo os fundos de previdência complementar. (...)

“O ‘decretão’ mostrou que o Governo continua sem entender que a redução de dívida tem como contrapartida um aumento do patrimônio público. (...)

“Com o seu empenho de estabelecer normas originais para o programa, o atual Governo ameaça produzir pouca privatização e muita insegurança no mercado. Se não der provas reais de suas convicções privatistas, muito pouco de desestatização se conseguirá nos dois anos de seu mandato.” (OG, 22/01/93, ênfases nossas).

Eis, então, o posicionamento de OG perante as primeiras modificações do Governo Itamar quanto à modelagem e ao processo de privatização. Para além de supostos equívocos técnicos, a questão fundamental refere-se ao fato de o jornal não sentir no novo governo uma intenção clara, peremptória, quanto à privatização. Daí o tema do consenso mínimo – isto é, a busca da hegemonia que tivesse o condão de **impedir o refluxo previsto** da agenda iniciada por Collor, em razão das posturas de Itamar.

A **privatização**, por vezes denominada desestatização (tomadas portanto como sinônimos⁵⁵), será também por *OG* vista como panacéica, somente trazendo **benefícios diretos e indiretos ao país**. Vejamos alguns destes argumentos que afirmam que a privatização: “(...): permite matar vários coelhos de uma cajadada: saneamento de passivos governamentais; cortes de subsídios; nova vida gerencial; fortalecimento do mercado de capitais; comprometimento de capitais privados em investimentos produtivos etc” (*OG*, 13/09/93). Logo, as vantagens de se privatizar, preferencialmente todo o ativo nacional – bancos estaduais, setor siderúrgico e de mineração, infra-estrutura, dentre outros –, serão demonstradas pelo jornal à exaustão. A articulação entre capitais privados nacionais e estrangeiros transparece igualmente nas páginas do jornal, o que, tal como os seus congêneres, aponta para a defesa do Capital Global⁵⁶. Mesmo no caso de empresas lucrativas, como a Vale do Rio Doce, *OG* apoia sua privatização porque esta:

“(...) certamente terá participação intensa do mercado de capitais, abrindo oportunidade para mobilização de poupança externa, até agora tímida demais diante do programa brasileiro de desestatização. Também seria uma forma de atrair para a mineração investidores estrangeiros, que se retraíram quase totalmente depois de promulgada a Constituição em (...) 1988. (...)”

“Para o Tesouro Nacional, a venda do grupo terá o efeito de um ajuste fiscal (...)”

“(...) privatizada, a Vale não deixará de ser uma das alavancas do desenvolvimento brasileiro. Ao contrário, ganhará ainda mais impulso.” (*OG*, 19/05/93)

Para um grupo, como o *Sistema Globo*, que historicamente se beneficiou empresarialmente do Estado, trata-se de uma postura fortemente doutrinária. Tanto

⁵⁵ O uso do termo desestatização amenizaria a carga ideológica que o termo privatização adquiriu para certos grupos, facilitando sua aceitação.

⁵⁶ Não se pode esquecer que o *Sistema Globo de Comunicações*, do qual o jornal *OG* é apenas uma parte, possui vinculações com o capital exterior, participando de empresas jornalísticas de diversos países e comprando e vendendo produtos de entretenimento; além disso, o *Sistema Globo* como um todo importa tecnologia. Tudo isso o torna extremamente ligado ao capitalismo internacional.

que **raramente demonstra haver qualquer “contra-indicação” às privatizações**, pois, além do mais, não comenta as críticas, sobretudo à modelagem do programa de desestatização – tais como a utilização das chamadas “moedas podres”, a exigência de participação do capital estatal dependendo da área, dentre outros – e, quando o faz, volta-se à desqualificação dos adversários, mesmo os que se opõem simplesmente ao “modo” de vender as empresas estatais brasileiras (como veremos abaixo). Mas um outro aspecto deve ser ressaltado: as críticas do jornal à Constituição de 1988, notadamente à “ordem econômica”, donde sobressai o tema do capital estrangeiro. Parte-se do pressuposto de que, **em sendo privada, uma empresa até então estatal estaria fadada ao sucesso**, como se privatismo fosse sinônimo de eficiência e lucro. A revisão constitucional – tomada igualmente como panacéia em razão de poder desfazer o protecionismo nacionalista hegemônico havido em 1987/88 – será tida como fundamental ainda no Governo Itamar, pois completaria os cinco anos previstos em outubro de 1993. Assim, *OG* pressionou fortemente pela privatização rápida e maximizada, dado que:

“(...) o ambiente se tornará (...) bem mais propício para a revisão da Constituição necessária à reordenação das funções do Estado.

*“O Brasil tem pela frente uma solução plausível para a prolongada e extenuante crise econômica: a privatização acelerada de *empresas que permanecem estatais unicamente devido a um ranço ideológico*. É necessário privatizá-las, porque *o ranço é de uma ideologia que a História já arquivou*. E fazê-lo em ritmo acelerado, porque o desequilíbrio das finanças públicas mantém a economia girando em círculos, enquanto os problemas sociais se agravam a cada dia”.*(*OG*, 01/04/93)

Ora, *OG* como aparelho privado de hegemonia deixa clara a estratégia que vincula privatizações, sobretudo no início do novo governo – pois preparariam o terreno ideológico – à revisão constitucional. Trata-se de um círculo que se fecha. O sentido de atuação tática e estratégica é, portanto, evidente. Mas o jornal vai além ao associar as empresas estatais à ideologia, sobretudo a uma ideologia que julga estar morta, o socialismo, de onde as empresas estatais são tomadas como referência,

inclusive para vinculá-las às empresas estatais brasileiras, vinculação esta semelhante à formulada pelos periódicos que vimos acima, e que tem como intuito a construção de uma imagem fictícia, fortemente descontextualizada. OG procurou conceber tal processo como “natural”, “pragmático”, tal como a passagem acima dá a entender. Além do mais, deixa a entender que privatização seria garantia de investimentos sociais por parte do Estado, desonerado que estaria das funções empresariais, sem, contudo, demonstrar como isso ocorreria, tendo em vista a existência de dívidas e a necessidade de se ter recursos orçamentários para tanto, dentre outros fatores. Nada disso aparece nas páginas de *OG* que, simplificada, no limite da vulgarização de idéias dicotômicas, afirma serem as ações sociais corolário necessário da privatização. Assim, o jornal pratica o que afirma ser característica de seus adversários: a ideologização do tema da privatização e da agenda ultraliberal como um todo.

Mas os adversários, seja da privatização, seja do modelo adotado para viabilizá-la serão criticados ostensivamente (acima vimos uma amostra importante), pois, ao rejeitar os argumentos de que empresas de porte como a Ultrafértil teriam sido subavaliadas, afirma que tais oponentes: “(...) nunca se preocuparam realmente com esses valores – comportamento natural em quem anteriormente não se sensibilizara com os prejuízos e o endividamento registrados pelas estatais.” (*OG*, 29/06/93). Logo, seriam “corporativistas”, pois só queriam se locupletar das estatais. É interessante observar que **o jornal, em vez de discutir os argumentos levantados pelos opositores do programa, procurar deslegitimar “quem” os esgrima**, vetando por completo o debate – o que, reitere-se, é extremamente semelhante à prática dos veículos doutrinários. Logo, **doutrinários e pragmáticos se equívalem em suas posturas**, infere-se (no que será confirmado pela *FSP*, que veremos abaixo). Mas não bastassem esses adversários serem taxados de “atrasados”, portadores de “ranços ideológicos” e “corporativistas”, também usariam “pretextos demagógicos”. (*OG*, 06/04/93). Assim, o jornal usa todo o seu arsenal retórico/imagético/ideológico para evitar que o Governo Itamar enveredasse pelo refluxo da agenda iniciada por Collor, que, nunca é demais lembrar, teve (Collor) sua candidatura patrocinada justamente pelas *Organizações Globo*.

Assim, o historicamente governista (pragmático portanto) *OG* aprofunda sua postura doutrinária em termos ultraliberais – tratar-se-á possivelmente de apenas mais uma fase do jornal? –, a ponto de afirmar que: “(...) O programa econômico, com ênfase na privatização, pode ser um fator de redemocratização política: *a História ensina que liberdade econômica e liberdade política respiram o mesmo ar*”. (*OG*, 16/07/92). Trata-se de uma afirmação fortemente doutrinária, mas que não discute o caso chileno, dado ser saudado como exemplo de liberalismo em plena ditadura de Pinochet. Afinal, os exemplos internacionais também marcam, em *OG*, seu discurso, isto é, vê – da mesma forma que seus congêneres doutrinários – países paradigmáticos, que, para o jornal, seriam vários, pois: “(...) *o Brasil terá de imitar o México ao pé da letra no que se refere à liquidação do Estado proprietário, substituído pelo Estado solidário – que não é populista ou paternalista. O equilíbrio das finanças públicas, usando-se o poderoso instrumento da privatização, é por onde se começa*”. (*OG*, 15/03/93, ênfases nossas). O jornal é claro quanto à imitação de países que aplicaram a agenda ultraliberal. Não é necessário expor outros exemplos, dado que este sintetiza o que *OG* falou sobre os países aos quais o Brasil deveria seguir. Cabe, contudo, uma outra passagem, pois demonstra como o jornal movia-se no campo ultraliberal. Trata-se da demonstração de quais exemplos seguir e quais rejeitar, na medida em que, ao comparar a corrupção na Itália, em que as empresas estatais eram parte da rede (exemplo que vimos acima, na revista *Veja*), afirma que tais empresas seriam entidades paralelas ao próprio Estado, argumentando que: “*Não se trata de preconceito neoliberal, ou de hipótese meramente teórica. Prova-o o exemplo da Itália: na raiz da crise que o país vive atualmente, está o jogo de estatais que se tornaram Estados dentro do Estado.*” (*OG*, 22/03/93, ênfases nossas). Logo, tal como a revista *Veja*, *OG* associa empresas estatais à máfia, que, no Brasil, seria travestida de corporativismo, o que implica a construção de uma imagem extremamente forte, pois estigmatiza funcionários públicos como marginais. Além do mais, confunde o leitor ao comparar exemplos completamente distintos; mas o faz de forma deliberada em razão da contenda ideológica.

Mas a comparação entre países conflui para o tema da ordem econômica internacional, e mais precisamente para o que vimos chamando de “onda liberal”, assim as contradições desta, que, também em *OG*, serão tratadas de forma ambígua.

Para o jornal, referindo-se ao que alega fazer parte de suas posições públicas desde 1990: “Exigíamos, refletindo os legítimos anseios nacionais, o abandono da retórica terceiro-mundista, *para nos lançarmos na aventura do alinhamento entre os países do Primeiro Mundo*”.(OG, 23/09/93, ênfases nossas). Portanto, seguir a nova ordem internacional seria seguir o caminho – também imagetivamente construído – do “primeiro mundo”, tal como o fizeram, sobretudo o *JB* e *OESP*, como se houvesse alguma garantia de que isso aconteceria. O jornal, contudo, afirma a seus leitores que esta inserção seria possível, pois: “A abertura da economia brasileira será a superação da política externa de viés terceiro-mundista.” (OG, 23/12/94), o que, portanto, seria o pressuposto para adotarmos a agenda ultraliberal e, conseqüentemente, fazermos parte do seleto clube dos países centrais. Mas, como praticamente todos os países, os mais distintos, estavam efetuando reformas orientadas para o mercado, possivelmente só haveria países deste “mundo” desejado. A tal silogismo, impossível de se realizar, *OG* não faz qualquer comentário.

Esse cenário de uma ordem liberal, em que os países se desenvolveriam se adotassem a agenda ultraliberal é, vez por outra, contrastado pelo anúncio de que esta ordem não é tão liberal quanto se imaginava...e se pregava, pois, ao final da rodada Uruguai do Gatt, o jornal apontou, em editorial de primeira página, o que considera ser a “Contradição do Grupo dos Sete” (título do editorial): “Cercada de enorme expectativa, *a declaração final da reunião do G-7 (...) tornou-se mais uma frustração para as nações fora daquele fechado clube, particularmente as do Terceiro Mundo. (...) o protecionismo continua válido* apenas para garantir empregos nos países industrializados, mesmo à custa de restrições às exportações dos países em desenvolvimento (...)” (OG, 15/07/93). Portanto, **o jornal constata a assimetria da ordem internacional**, que, a partir do centro do capitalismo imporia um discurso que os países deste mesmo centro não praticam, o que demonstra que toda a cantilena sobre **a liberalização dos mercados é um tema muito mais complexo do que a grande imprensa como um todo afirmou ser**. Mais uma vez será a luta ideológica o que explica a posição dos órgãos aqui analisados que, embora soubessem da assimetria mundial, preferiram bater na tecla do ultraliberalismo como forma de **dissuadir opositores internos e conquistar a**

hegemonia, que, além do mais, seria necessária para **derrotar o alegado refluxo de Itamar** – trata-se de mais um exemplo de como as características dos periódicos se entrecruzam num equilíbrio tênue e conjuntural. Por isso, a resolução do Gatt será aos poucos reinterpretada pelo próprio jornal, para quem:

“O mundo custou a encarar o livre comércio como uma poderosa alavanca do desenvolvimento. Ainda que o protecionismo não tenha desaparecido de todo, a adesão à nova Organização Mundial do Comércio (OMC), em substituição ao antigo (...) (Gatt), mostra que a maioria dos países já aposta na liberalização. (...)”

“A liberalização do comércio parece ser, felizmente, um caminho sem volta. (...) Barreiras e tarifas alfandegárias estarão sendo reduzidas nos próximos anos de modo a permitir um aumento global no comércio internacional”.(OG, 20/04/94)

Portanto, agora o jornal considera que, apesar do protecionismo, o sentido que move a ordem internacional seria o da liberalização e conseqüentemente do liberalismo; o protecionismo seria uma espécie de óbice a ser removido com o tempo. Assim, a forte proteção dos países de capitalismo central demonstra como *OG* teve de se desdobrar retoricamente para pressionar pela implementação da agenda ultraliberal – o que inclui prioritariamente o Governo Itamar – num mundo marcado pela convivência entre *certas* liberdades de mercados e muito protecionismo. Em outras palavras – e isso sintetiza a posição de toda a imprensa aqui analisada –, havia um *front interno* (o modelo de intervencionista ainda vigente e o Governo Itamar) e um *front externo*, o protecionismo do G-7. É este o equilíbrio instável ao qual a grande imprensa se moverá.

Por fim, ao comentar o embate ideológico entre Lula e FHC em vista das eleições presidenciais de 1994 (falaremos mais abaixo sobre isso), o jornal afirma que: “O debate é tanto mais necessário quanto, até agora, não se conhecem muito bem as alternativas à proposta que tem sido chamada desdenhosamente de ‘neoliberal’.” (OG, 28/07/94). Assim, o jornal se assume como “neoliberal”, ou pelo menos aceita as propostas desta doutrina, dado afirmar não existirem outras – como dissemos

anteriormente, outras houve, mas o jornal preferiu o discurso do chamado “pensamento único”. Apesar desta alegada adesão ao receituário ultraliberal, não é incomum observar *OG* assumindo posições distantes desta corrente – o que também pode ser explicado pela sua baixa aderência histórica a qualquer doutrina, pois o pragmatismo, sobretudo governista, sempre caracterizou o *Grupo Globo*, reitere-se. O apoio a determinadas formas de subsídio à agricultura nacional é um destes casos, pois: “(...) O Governo não vacilou em subsidiar os juros do crédito rural (...) *Não se trata de subsídio benevolente, como era comum no passado. A agricultura é uma atividade econômica que envolve risco superior às demais (...) e precisa de algum tipo de amparo e estímulo*”. (*OG*, 14/08/94, ênfases nossas). Ora, pode-se inferir que, na prática, o jornal sabe que as relações comerciais são eivadas de protecionismo e que a agenda ultraliberal poderia ter alguns (talvez poucos) de seus pontos aplicados, mas jamais efetivada na íntegra e em toda a sua profundidade. Portanto, o “doutrinarismo” expresso pelo “pragmático” *OG* pode também ser interpretado a partir de outras variáveis, que se combinam: para convencer seus leitores da necessidade de reverter o modelo de desenvolvimento brasileiro; para conquistar segmentos importantes da sociedade brasileira à causa de um modelo *mais* liberal – o que certamente é diferente de um modelo ultraliberal –; para denunciar a existência de uma crise profunda na economia brasileira para a qual o chamado “Consenso de Washington” oferecia solução. Por tudo isso, possivelmente, é que podemos compreender as razões pelas quais um jornal não doutrinário aderiu tão vigorosamente à doutrina ultraliberal, mesmo com os reparos que fizemos⁵⁷.

Vejamos agora o balanço e também o legado do Governo Itamar por *OG* – afinal, a questão do *refluxo da agenda* ocupou centralmente a atuação da grande imprensa que, possivelmente por isso, sentiu ser necessário radicalizar – estrategicamente portanto – suas posições tendo em vista dar prosseguimento à abertura/privatização da economia brasileira. Ao final de 1993, o jornal assim se colocou, ao comparar uma vez mais o que ocorreu no Brasil em relação aos outros países que levaram adiante a agenda ultraliberal, sobretudo no que tange à privatização:

⁵⁷ Enfatize-se que não se pode excluir os interesses empresariais, sobretudo em relação ao mercado exterior, do *Sistema Globo*.

“O Brasil continua a ter papel tímido nesse quadro, embora se deva reconhecer que alguns tabus foram quebrados em 1993, como foi o caso da venda da Companhia Siderúrgica Nacional e das indústrias de fertilizantes abrigadas no grupo Petrobrás. (...)”

“Há um calendário com quase 30 privatizações previstas para 1994. O número de participantes do programa precisa ser ampliado, inclusive com a presença de investidores estrangeiros. Diferentemente do que aconteceu em outros países, eles estiveram praticamente ausentes da privatização no Brasil. *A determinação política por parte do Governo é imprescindível para que o programa prossiga em 1994 dentro do ritmo desejado, alinhando o Brasil com o que está sendo feito no resto do mundo.*” (OG, 31/12/93, ênfases nossas).

A avaliação do jornal conclui que o Governo Itamar teria sido ambíguo quanto à efetivação da agenda ultraliberal, pois aponta avanços – do ponto de vista de *OG* – como a privatização de uma empresa símbolo do país, a CSN, mas, ao reclamar da baixa participação do Capital estrangeiro sinaliza para a necessidade desta agenda continuar no próximo governo. Daí a ênfase com que afirma a urgência do próximo governo em fazer como os outros países supostamente teriam feito, o que implicaria aprofundar o programa de privatização e imprimir-lhe um ritmo mais rápido. Esta associação entre balanço do governo com proposições peremptórias definirá, assim, a agenda para o mandato que se iniciaria em 1995, o que significa forçar a manutenção dos temas componentes da agenda desde Collor, e continuada de uma forma não desejada por Itamar. *OG*, contudo, irá render solenes homenagens a Itamar ao final de seu governo, através de caminhos transversos, ter mantido a agenda e, mais, ter iniciado o processo de estabilização da moeda.

Por outro lado, *OG* apoiou *ostensivamente* a candidatura de FHC, pois: “Fernando Henrique tem condições, por sua trajetória política, de dar um sentido pragmático ao programa de privatização, livrando-o da artificial disputa ideológica que hoje ainda ameaça paralisá-lo”. (*OG*, 23/05/93). Embora esta passagem se refira ao *ministro* FHC, quase que imediatamente estendeu-se ao *candidato* FHC. A tentativa de “naturalização” deste tema – ainda mais sendo capitaneado por um intelectual com passado “esquerdista” – é, portanto, permanente em *OG*, dado ser a privatização

definidora da agenda dos três presidentes: Collor, Itamar e FHC. Quanto a este último, também caberia, segundo o jornal, implementar a fase final da reversão do modelo brasileiro de desenvolvimento (pois a primeira fase, abertura comercial e início das privatizações, fora iniciada), na medida em que: “A inauguração de uma nova era não pede, pois, apenas a mudança no modelo econômico desenvolvimentista autárquico. Pede a reforma do Estado que foi sua matriz. Em nome da democracia e do controle do Estado pela sociedade”. (*OG*, 18/12/94). Logo, a agenda ultraliberal deveria orientar estas mudanças, o que implicaria diversos tipos de reformas, a começar pela reforma da Constituição. O apoio do jornal a FHC justificou-se por ser ele o portador destas bandeiras.

Finalizando os posicionamentos de *OG*, cabe um breve registro de seu veio patronal – aliás acompanhado em maior ou menor grau pelos outros órgãos, dos quais se destacam particularmente *OESP* e a *FSP* –, pois, além de sistematicamente se opor a greves, considera que: “O melhor remédio contra a fome é a geração de empregos.” (*OG*, 05/03/94). Logo, a retórica de que a privatização deixaria o Estado com mais recursos para investir nas áreas sociais é contrastada por esta afirmação, dado vincular a distribuição ao crescimento. O desemprego, além do mais, seria inerente ao processo produtivo, pois: “(...) as empresas brasileiras têm incorporado avanços gerenciais significativos, racionalizando atividades administrativas e produtivas. *Esse processo, inevitável, afeta diretamente o mercado de trabalho no país*”. (*OG*, 04/01/94, ênfases nossas). Portanto, poupar trabalho seria inevitável em virtude dos novos modelos gerenciais, o que permite inferir que, para o jornal, o ultraliberalismo deveria se aplicar inteiramente aos trabalhadores, e apenas parcialmente ao Capital Global, pois, quanto a esse, dependeria das circunstâncias, como vimos.

Vejam, finalmente, o também pragmático, e porque não dizer volátil ideologicamente, **jornal *Folha de S. Paulo***. A *FSP*, que fora nacional-desenvolvimentista até meados da década de 1980, aderirá, como toda a grande imprensa, à agenda ultraliberal. Um dos pressupostos de sua orientação anterior

dizia respeito à existência de setores estratégicos aos quais o Estado deveria atuar. Dada a sua nova adesão doutrinária – que, tal como *OG*, ocorrera ao final da “Nova República” –, assim se coloca perante este tema:

“(…) O conceito de ‘setor estratégico’ não tem qualquer fundamento na teoria econômica. O que existe em economias capitalistas modernas são falhas de mercado (...) Para saná-las, e assegurar a saudável competição, é preciso empreender análises criteriosas de custo-benefício. Seus resultados indicam, com frequência, que o ônus da intervenção direta do setor público supera em muito os custos associados ao funcionamento imperfeito dos mercados. (...)”

“Cumpra advertir para o equilíbrio de condenar a orientação liberalizante a partir exclusivamente do balanço da gestão, sabidamente desastrosa, de Fernando Collor (...)”

“Urge manter o processo de modernização da economia (...) através de políticas consistentes e bem articuladas, apenas implementáveis por uma administração que disponha de *um mínimo de legitimidade*. A ausência de tais quesitos no período recente não devem, de modo algum, provocar a rejeição de reformas imprescindíveis para o desenvolvimento.” (FSP, 05/01/93, ênfases nossas).

Observa-se, portanto, que o jornal abandona uma das idéias mais fortes provenientes das doutrinas não liberais e que, por mais que reconheça a imperfeição do mercado, será este o grande balizador do desenvolvimento, restando ao Estado uma atuação somente em áreas “sociais” (veremos a configuração desta para o jornal). Mais ainda, ao enfatizar a separação entre os escândalos que levaram ao impeachment de Collor e a agenda proposta e iniciada por este, quer com isso afirmar a validade desta última, que portanto, deveria ser levada adiante pelo Governo de Itamar Franco. Aliás, sublinhamos exatamente a consideração do jornal no sentido de que, mesmo com baixa legitimidade de Collor, as reformas liberalizantes deveriam ser continuadas, o que implica uma postura economicista, à guisa do *liberismo*⁵⁸, em detrimento de uma análise mais ampla da relação entre reformas econômicas e regime político.

⁵⁸ Como vimos anteriormente na seção sobre as escolas doutrinárias.

Assim, tal agenda será associada à idéia – freneticamente reiterada pelo jornal – de “modernização” que, para a *FSP* significa: “(...) privatização, desregulamentação, abertura da economia. Desde que Itamar Franco assumiu o governo, porém, conceitos que tinham sido varridos pelo passado, por serem ineficientes e despropositados [controle de preços e nacionalismo – FF], voltaram a ser usados. *O programa de privatização foi paralisado por uma discussão moralista e descabida sobre o uso das chamadas moedas ‘podre’.*” (*FSP*, 26/03/93, ênfases nossas). Esta passagem encerra posturas muito importantes do jornal, pois demonstra cabalmente como a imagem de “**modernização**”⁵⁹ expressa a agenda ultraliberal, e, mais, expõe sem retoque a acidez com que tratará o Governo Itamar – na realidade, a *FSP*, ao lado de *OESP*, foram os periódicos mais críticos e mordazes do novo governo, tratando-o como a síntese do “atraso”, o que só fez aumentar a militância de ambos os jornais em prol da continuidade da agenda iniciada por Collor. É importante ressaltar que a concordância entre jornais tão distintos – isto é, *OESP*, vinculado a um doutrinário liberal, e a *FSP*, marcada pelo pragmatismo volátil – põe a nu que, diferenças à parte, a grande imprensa atuou em uníssono no tocante à implementação da agenda ultraliberal. Por fim, deve-se ressaltar que a consideração de que a controvérsia acerca da utilização das chamadas “moedas podres” seria “moralista e descabida” demonstra como o jornal procurou simplificar – no limite da vulgarização – o debate, **desqualificando mesmo as críticas dos que se opunham apenas ao modelo da privatização, e não à existência desta.** Assim, desde o início do Governo Itamar a *FSP* agiu de forma radicalizada em prol da **agenda ultraliberal** (por mais que afirmasse que o Estado deveria voltar-se exclusivamente à área social), o que implicou uma crítica constante e sem tréguas ao novo governo. Mas a crítica ácida não será apenas ao governo e sim também àqueles que de fato se apusessem à agenda ultraliberal. Assim, da mesma forma que seus congêneres, a *FSP* expressará sua ira, marcada pelo antipluralismo:

⁵⁹ A *Folha* foi o jornal que levou ao limite a imagem da “modernização” a partir da agenda ultraliberal, superando, em intensidade, seus congêneres.

“O processo de desestatização constitui uma das reformas mais urgentes no país. A saída do Estado de atividades produtivas que não lhe dizem respeito (...) abre espaço para uma reorientação que privilegie o combate às carências sociais da população.

“No entanto, as privatizações têm sido contestadas no tocante à avaliação das empresas e quanto às moedas aceitas em pagamento. *Esse questionamento não raro serve apenas como pretexto para interesses corporativos e retrógrados. É crucial, assim, impedir que falsos argumentos sejam utilizados à cada venda de estatal para obstaculizar o processo.*” (FSP, 10/05/93, ênfases nossas)

A desqualificação dos adversários se radicaliza na *FSP*, que tacha os que se opõem à mesma seja por esposar idéias consideradas “atrasadas”, seja por não terem legitimidade, em razão de defenderem interesses que o jornal julga “corporativos e retrógrados”. Assim, os que se opuseram à agenda ultraliberal, tanto em relação à forma como ao conteúdo, serão desqualificados, enfatize-se, pelo jornal, que, apesar desta ostensiva posição, fará loas à sua linha editorial pluralista⁶⁰. Mas é importante observar também que o jornal se utiliza de um sofisma – aliás também utilizado pelos outros órgãos com maior ou menor intensidade –, que é vincular a retração do Estado das atividades produtivas vinculando-o a um papel social, como se necessariamente isso ocorresse. Esta “naturalização” do investimento social é, como aludido anteriormente, enganosa, pois tanto não se teria garantia de que isso

⁶⁰ Uma das características mais marcantes da *FSP* é o cabotinismo, que se expressa na consideração que volta e meia faz de sua contribuição à democracia e ao debate das idéias. Assim, afirma que: “Coerente com a política editorial que norteia a Folha, a série [trata-se de uma série especial sobre um tema apoiado freneticamente pela *FSP* e por toda a grande imprensa: a revisão constitucional – FF] tenciona estimular a discussão e contribuir para o seu aprofundamento, *abrindo espaço, sempre, para argumentos e posições as mais variadas. Sem prejuízo desse pluralismo intransigente*, e também de acordo com sua tradição, *este espaço vai continuar a se manifestar e tomar posição sempre que considerar uma questão importante* para o país.” (FSP, 13/06/93, ênfases nossas). É curioso que, embora afirmadora deste pluralismo e apesar de o jornal, comparativamente aos outros periódicos, ter aberto mais espaço a outras posições, na realidade, em nada, do ponto de vista ideológico, a *FSP* se distinguiu de seus congêneres. Mais ainda, como vimos acima desqualificou os adversários da mesma forma como seus congêneres. Seu discurso auto-referente encobre, na verdade, uma militância pró-agenda ultraliberal, através contudo de uma retórica democrática e pluralista, mas que não resiste a uma análise pormenorizada. Além do mais, mesmo o fato de ter aberto mais espaço a artigos e colaboradores externos ao jornal (e mesmo possuir colunistas contrários a esta agenda), de forma alguma demonstra ser pluralista, pois, não bastasse tratar-se de um espaço bastante minoritário, fora literalmente submerso pelo mar de manchetes, editoriais, fotos, coberturas e matérias especiais voltados ao proselitismo ultraliberal e à dicotomização vulgarizante entre Estado e Mercado.

ocorresse como, na prática, como veremos, trata-se mais de retórica do que de uma postura conseqüente por parte do jornal.

Assim, a *FSP* pressionou para que fossem criadas as condições ideológicas para “Prosseguir na abertura”, título de um editorial que resume a posição, militante, da *FSP*, pois: “Espera-se (...) que se aprofunde a abertura, fazendo com que seja acompanhada por outras mudanças fundamentais para debelar a crise, como a privatização corajosa e o saneamento radical das contas do Estado.” (*FSP*, 10/06/93). Este é o ponto: a *FSP*, assim como toda a grande imprensa, teve a clareza de que, num momento que poderia ser de *refluxo* da implementação da agenda, **procurou radicalizar suas posições ultraliberais com vistas a produzir um macro-ambiente ideológico** capaz de impedir que o governo e as forças antiliberais pudessem barrar o prosseguimento da agenda ultraliberal. Esta tarefa foi, portanto, perseguida pelos periódicos, e com clareza, reiterou-se. Nas páginas da *Folha* o Governo Itamar aparece invariavelmente como um óbice à modernização da economia/sociedade brasileiras, pois a revisão da modelagem das privatizações e todas as ressalvas interpostas ao processo de abertura e de privatização são atacadas e de forma exagerada⁶¹, dado o objetivo político/ideológico de fazer prosseguir a agenda e, se possível, aprofundá-la. Daí a caricaturização, presente em todos os periódicos. Vejamos o balanço que o jornal faz do primeiro ano do Governo Itamar:

“Quanto às privatizações, não há muito o que comemorar em 93. É verdade que o cronograma de leilões, bem ou mal, acabou sendo cumprido, mas, em contrapartida, nada se avançou na abertura de novos setores à desestatização. Em todo caso, o ano passado marcou o fim da presença estatal na siderurgia, mas é necessário que o processo seja acelerado e ampliado no ano que começa. (...)”

“É preciso ressaltar que a maior parte do pouco que há a comemorar em 93 no campo econômico não se deveu a esforços do presidente. Na verdade, as questões levantadas ou já estavam na agenda política há muito ou se devem

⁶¹ O exagero é, portanto, um recurso estratégico, depreende-se, pois, em certos momentos, os jornais expressam a complexidade dos processos em foco, assim como o reconhecimento de que a agenda ultraliberal não fora paralisada.

exclusivamente ao setor privado. Ao atual governo, coube mais o papel de espectador, quando não o de complicador”.(FSP, 01/01/94, ênfases nossas)

Observe-se que esta passagem é ambígua, pois reconhece certos avanços do Governo Itamar assim como a continuidade das privatizações iniciadas no Governo Collor na área de siderurgia, mas os enxerga como estando aquém do que se deveria fazer. Mais, ao afirmar que Itamar simplesmente continuou uma agenda já constituída, procura, com isso, pressionar o presidente no sentido de que este a aplique em sua totalidade. O papel do jornal como *aparelho privado de hegemonia* se expressa aqui integralmente. Assim, a FSP adota uma posição fronteiriça entre a crença na agenda ultraliberal e a atuação estratégica com o objetivo de forçar o Governo Itamar a implementar esta agenda. Afinal, para o jornal: “Falta um projeto global que aponte para uma nova forma de Estado que seja eficiente, legítimo e consistente”.(FSP, 31/01/94). Esta passagem refere-se à tentativa do governo de introduzir contratos de gestão nas empresas estatais com o objetivo de cobrar-lhe maior eficiência, mas foi vetado pela FSP, que só viu um único caminho possível: a privatização. Esta, que só traria benefícios, tais como: “(...) poupar o Tesouro de notável sangria de recursos, permitir maior eficiência em áreas onde o Estado se revelou péssimo empreendedor e, não menos importante, sinalizar uma disposição modernizante por parte do governo.” (FSP, 22/02/93). Mais ainda – e aqui o argumento é fortemente ideológico –, a privatização seria um instrumento para que “(...) o empresário, o contribuinte e o trabalhador voltem a acreditar na viabilidade de *atitudes cooperativas*, plasmadas ou não em pactos formais.” (FSP, 02/06/93, ênfases nossas). Portanto, **a privatização permitira benefícios públicos e privados, além da harmonia social**. O jornal só não explica como uma tal harmonia poderia se efetivar numa sociedade em que rege o conflito distributivo – característico, aliás, das sociedades capitalistas – e a profunda desigualdade social. Trata-se de uma vigorosa imagem ideológica, mas que ladeia a face patronal de todos os órgãos da grande imprensa.

No tocante aos modelos de privatização, também a FSP fez vistas grossas ao fato de a privatização na França ter mantido ações estatais na maioria das empresas

privatizadas. O jornal assim retrata a venda (parcial) da empresa petrolífera Elf-Aquitaine: “(...) Além da participação acionária que o governo irá manter, terá uma grande representação na diretoria da empresa, com poder de vetar a compra de ações por grupos considerados indesejados. Com isso, pode interferir sobre setor tão importante sem continuar majoritariamente com a empresa. *Enquanto a França se prepara para uma venda desse porte, o processo de privatização brasileiro caminha muito aquém do desejado*”.(FSP, 24/01/94, ênfases nossas). Ora, em vez de o editorial enfatizar que o modelo adotado na França difere da venda pura e simples de ativos estatais – o que significaria uma contribuição importante ao debate –, prefere mostrar que até os franceses, tradicionais avessos ao “mercado-livre”, privatizam, enquanto o Brasil patinaria neste quesito. Enfatize-se que este desfocamento do objeto tratado é uma estratégia ao mesmo tempo ostensiva e subliminar com vistas ao embate ideológico.

Mas os exemplos internacionais serão utilizados à exaustão também pela FSP – o que demonstra, uma vez mais, que, em se tratando da reversão do modelo de desenvolvimento brasileiro, a grande imprensa como um todo optou clara e deliberadamente pela divulgação e vulgarização da agenda ultraliberal, com um baixo compromisso com o debate de idéias e alternativas. Assim, a Argentina foi tida, também para a FSP, como um exemplo, pois, ao comentar a privatização da estatal petrolífera daquele país, afirma que:

“(...) Independentemente do resultado, a privatização de um símbolo do Estado-empresendedor como a YPF tem o efeito de consolidar o processo de mudança radical por que passa aquele país. O avanço obstinado da desestatização, de fato, contribuiu de modo decisivo para expressivos progressos que a Argentina vem obtendo na rota do ajuste e da modernização da sua economia – um caminho que o Brasil infelizmente ainda trilha com relutância e timidez”. (FSP, 13/06/93)

Antes de tudo, chama atenção a sanha privatista do jornal ao afirmar que “independentemente do resultado” o importante seria privatizar, mesmo em se tratando da empresa estatal de petróleo, uma espécie de Petrobrás dos argentinos.

Para além deste aspecto, não há nenhuma inovação no tocante ao posicionamento da *FSP* em relação aos seus congêneres, pois o jornal tem na Argentina um exemplo próximo ao Brasil e portanto perfeitamente imitável, embora também tenha feito loas a todas as reformas pró-mercado ocorridas nos mais diversos quadrantes. Mas a volatilidade ideológica do jornal, que sempre se adaptou, com grande rapidez, às transformações mundiais e às mudanças ideológicas, logo colocará ressalvas – tais como vimos no doutrinário *OESP* – na abertura radical promovida pela Argentina, pois:

“Já são notórias as dificuldades em curso na Argentina. O Plano Cavallo enfrenta problemas de ordem fiscal, o déficit comercial incomoda, assim como o custo social da estabilização e os desequilíbrios da previdência. (...) vários riscos da opção argentina têm sido apontados no Brasil. Fala-se em desindustrialização, ausência de base fiscal sólida (...) e até de vulnerabilidade financeira frente às instabilidades globais. (...) O risco maior é transformarem essa cautela justificada em obstáculo à mudança e à estabilização” (*FSP*, 19/12/94).

É interessante observar que o jornal receia não ser mais a Argentina um modelo, assim como teme que o Brasil paralise ou retroceda em sua agenda. Posição difícil se encontra o jornal, pois necessita, mesmo sendo historicamente “pragmático”, se equilibrar em variáveis opostas. Da mesma forma, no tocante à crise mexicana – também até então um modelo de reformas – o jornal diz que “Resta torcer para que o Brasil saiba tirar do episódio os ensinamentos adequados”. (*FSP*, 24/12/94). A ordem internacional e o paradigma hegemônico de estabilização/reversão do modelo de desenvolvimento começara então a entrar em colapso, fazendo com que os periódicos tivessem de produzir argumentos que justificassem essa contradição. Mas a defesa da liberalização dos fluxos de capitais, inclusive os financeiros (voláteis), foi marcante na *FSP* que, antes das crises mexicana e argentina, afirmara que: “A liberalização dos movimentos de capitais é certamente condição necessária para a atração de investimentos externos e mesmo um estímulo ao reinvestimento pelas empresas estrangeiras já presentes no mercado.” (*FSP*, 28/05/93). Aqui, a *FSP* representante do Capital Global, assim como toda a grande imprensa brasileira, se

revela, porém sempre zelosa tanto em relação às conseqüências do excesso de liberalização como, inversamente, a ações protecionistas. É realmente complexo o universo da grande imprensa, dado o conjunto de variáveis que enfrenta à luz dos interesses que representa. Vejamos mais dois exemplos: “(...) no mundo todo as novas formas de organização capitalista prescindem cada vez mais da proteção do Estado.” (FSP, 02/04/94); por outro lado, “(...) Nas atuais condições do mercado de produtos agrícolas (...) o apoio de recursos governamentais não constitui um privilégio. Ao contrário, *tende a equalizar as condições de concorrência do agricultor brasileiro face aos pesados subsídios destinados a esse setor na maior parte do mundo.*” (FSP, 12/08/94, ênfases nossas). Logo, os dois pólos – abertura e proteção – se equilibram numa combinação de *adesão à agenda ultaliberal com realismo*, isto é, a constatação de que o capitalismo central é protecionista, o que implica ao mesmo tempo denunciar tal protecionismo internacional e pressionar internamente para que o Brasil se abra, porém com uma certa cautela. Afinal: “A abertura da economia à concorrência externa é um processo saudável (...) Mas uma liberalização excessivamente rápida da economia poderia levar ao sucateamento de alguns setores da indústria nacional. (...) [Deve-se adotar] uma política ‘responsável’ (...) [Deve-se] estabelecer uma trajetória segura de abertura da economia nacional”.(FSP, 09/09/94). Esta “ética da responsabilidade” não deveria representar, contudo, proteção excessiva e indiscriminada ao capital nacional, ao contrário. Afinal, o jornal a bateu-se – igualmente como seus congêneres, sejam doutrinários ou pragmáticos – pela não discriminação do capital estrangeiro, pois estabelecido na Constituição, alteração esta que deveria ser efetivada pela revisão constitucional, pois “(...) é evidente que os efeitos positivos do *investimento independem da nacionalidade do capital.*” (FSP, 02/07/93, ênfases nossas).

Essa defesa do capital global, em que a parceria entre capitalistas nacionais e estrangeiros se efetivasse convive com o desconforto de não poder comemorar a existência de uma ordem internacional liberal, pois, finalizada a rodada Uruguai do Gatt, afirma que: “Embora os ganhos para os países em desenvolvimento, e para o Brasil em especial, não tenham sido tão grandes quanto alguns esperavam, os avanços não devem ser subestimados. (...) o saldo total [da abertura] vai depender da capacidade da economia nacional de manter-se ou tornar-se competitiva”.(FSP,

30/08/94). Logo, o equilíbrio de que falávamos tornou-se ainda mais instável após a finalização da rodada Uruguai, interpondo mais problemas do que soluções aos tradicionais argumentos da grande imprensa. Desnecessário dizer que a “onda neoliberal”, produtora de uma ordem econômica mundial ainda mais assimétrica, foi, nesta altura dos acontecimentos, sobretudo 1994 – momento em que o país passava pela estabilização da moeda –, reinterpretada pelos órgãos aqui analisados de forma ao mesmo tempo ideológica e pragmática: daí, uma vez mais, a complexidade de suas posições.

Ao final do Governo Itamar a *FSP* fez alguns balanços importantes dos dois anos em que o novo governo assumiu, pois, para além de narrar certos acontecimentos demonstrou como os fundamentos do ultraliberalismo que esposou, ao menos em alguns aspectos, estariam se desmoronando; demonstrou, também, como encarava as transformações econômicas ocorridas no país desde Collor:

“(…) o ponto mais delicado para avaliar o período Collor refere-se à sua contribuição (ou não) para uma mudança no que se deu por chamar de ‘agenda nacional’.

“(…) Collor não foi o agente da mudança, mas seu instrumento. O mundo inteiro já debatia e até implementava a nova agenda, inclusive a América Latina. (...)”

“Independentemente do juízo de valor que se faça sobre a agenda, é indispensável reconhecer que a velocidade com que se move o mundo tornou-a insuficiente. (...)”

“Parece disseminado o reconhecimento de que reformas liberalizantes, embora constituam um pré-requisito para uma economia mais eficiente, não bastam. *Uma nova agenda inclui, obrigatoriamente, o ataque às desigualdades sociais.*

“*No caso do Brasil (...) Não resta dúvida de que é preciso modernizar a economia, mas é ainda mais necessário resgatar a sua dívida social.*” (*FSP*, 04/12/94, ênfases nossas)

O jornal explicita a hegemonia ultraliberal no mundo, sendo Collor um mero viabilizador desta⁶². Ao adotar a expressão “agenda nacional”, dado sê-la, em verdade, internacional, está se referindo ao ultraliberalismo. O mais importante, contudo, é a demonstração de que, embora continue aceitando os termos gerais desta agenda, conclui que o *déficit* social não é levado em conta nesta, e que no caso brasileiro tal descompasso teria potenciais destrutivos, infere-se. À combinação destes dois lados da agenda, procurou, em períodos anteriores, denominar sem grande propriedade como “liberalismo-social”, sem se dar conta de que ambos os termos são, doutrinariamente, antitéticos. Mas o jornal por vezes enfrentou o próprio termo “neoliberal”, na medida em que:

“Houve um momento da história recente, na esteira da falência do comunismo e da queda do muro de Berlim, em que parecia haver um forte consenso no sentido de que o receituário neoliberal era a alternativa restante para a humanidade.

“Na América Latina, governo após governo recorreu a fórmulas do gênero para reorganizar a economia.

“Privatização e abertura comercial tornaram-se quase que sinônimos inescapáveis de modernidade, num jogo pendular em relação ao modelo anterior (...)

“O Reino Unido de Margaret Thatcher, emblema-mor do neoliberalismo, produziu estatísticas reveladoras sobre o aumento da pobreza e da desigualdade. (...)

“Não se trata, é óbvio, de condenar a abertura e a privatização, eixos das políticas neoliberais. Até porque deixaram de ser uma questão ideológica e se transformaram em uma necessidade.

“Trata-se, isto sim, é de alertar para o fato de que o dogmatismo tende a ser perigoso. Assim como o dogma do Estado que tudo pode matou a União Soviética, o *dogma do mercado onipotente* feriu o México.” (FSP, 25/12/94, ênfases nossas)

⁶² Esta amenização da importância de Collor para a mudança da agenda brasileira não deixa de guardar também um certo ressentimento político por parte do jornal tendo em vista o resquício do episódio da “invasão” da Polícia

Esta extensa passagem é reveladora de que a *FSP* mantém-se vinculada à agenda ultraliberal, a ponto de considerar que “abertura comercial e privatização” devem prosseguir, apesar dos problemas causados. Mais, ao *naturalizar* tais políticas como “necessárias”, aplicadas porque não haveria outra solução disponível, sendo, portanto, resultado do “pragmatismo” e não de princípios ideológicos, o jornal não explica por que uma ideologia tão militante em termos de elaboração de uma nova agenda teria simplesmente sido pragmática. Nenhuma razão haveria para se pensar desta forma. O receio dos efeitos econômicos e sociais desta nova agenda, cada vez mais comprováveis na Inglaterra e sobretudo na Argentina e no México, parece ter erigido um sinal amarelo no ufanismo ultraliberal. A *FSP*, dada sua volatilidade que a faz atenta às mudanças mundiais, auscultou problemas também neste caso: daí também aderir a um misto de “ética da convicção” e “ética da responsabilidade”. Notadamente a questão social, tão aguda no Brasil, passou a ser vista como menos dependente do crescimento econômico – diferentemente dos outros órgãos, que mantiveram uma postura mais inflexível quanto ao núcleo duro do ultraliberalismo –, o que implicaria políticas redistributivas e, logo, uma maior desconfiança no mercado, embora sempre a partir de uma lógica de diminuição Estado, pois requer “(...) uma mudança radical na Previdência, como (...) [a] privatização (...)” (*FSP*, 11/06/93)⁶³.

No que tange às eleições presidenciais, o jornal, que embora fizesse renitentemente questão de afirmar sua postura “neutra” nas eleições, deixa claro sua preferência ao afirmar que:

“FHC, por exemplo, defende a flexibilização do monopólio do petróleo, enquanto Lula prega sua manutenção. O programa do PT no geral favorece um poder público muito mais ativo e intervencionista na economia do que o do PSDB, que o quer mais como regulador e coordenador de políticas econômicas, enxugado por privatizações. A distinção maior entre

Federal à sede da *Folha* quando da edição do Plano Collor.

⁶³ É importante ressaltar que a *FSP* – assim como toda a grande imprensa – bateu-se pela “livre-negociação” entre empresários e trabalhadores, mesmo numa economia em crise e com a brutal concentração de renda no país, pois “(...) as regras [do plano Real – FF] prevêm que o mercado de trabalho, como os demais, funcione livremente. (...) O amadurecimento do movimento sindical, ainda que tímido, permite que as negociações se façam diretamente, dispensando a intermediação do Estado (...)” (*FSP*, 07/09/94). O veio patronal da grande imprensa, sem exceção, mas com graus distintos de radicalidade, se expressa integralmente nesta passagem, sintetizando o comportamento de empresarial destes órgãos, mas que se imiscuem ao papel de *aparelhos privados de hegemonia*.

os dois programas talvez seja exatamente essa visão da ação do Estado na economia. A escolha é do eleitor.” (*FSP*, 25/09/94)

Na verdade, os posicionamentos do jornal, aqui retratados, já seriam mais do que suficientes para sabermos qual seria sua opção eleitoral, o que impacta inegavelmente toda a linha editorial – de manchetes a coberturas jornalísticas – do periódico. Assim, a agenda de FHC seria a mesma que o jornal pressionara nos governos Collor e Itamar, porém mais sofisticada, tendo em vista que as reformas liberalizantes foram efetivadas, mesmo que aquém do que a *FSP* desejara; além do mais, o tema da estabilidade da moeda (o plano Real) fora fortemente vinculado à chamada “reforma estrutural”, que seria o outro aspecto da agenda para o governo FHC, que, num pronunciamento deste após eleito, teve a total concordância da *FSP*, pois: “Do rigor contra bancos estaduais perdulários à parceria com a iniciativa privada no campo da infra-estrutura, da igualdade de tratamento entre capital nacional e estrangeiro à flexibilização do monopólio do petróleo, da reforma do Estado à privatização, as posições defendidas por FHC acenam (...) com avanços significativos no sentido da modernização do país.” (*FSP*, 07/10/94). Portanto, a agenda que a grande imprensa pressionou para que se efetivasse encontrou em FHC seu desaguadouro natural, pois os temas acima referidos implicavam enorme concordância com os que os periódicos, de forma radicalizada como vimos, vinham pregando nos últimos anos, sobretudo no Governo Itamar, em razão do anunciado “refluxo da agenda”, o que pode ser comprovado no balanço final que a *FSP* faz deste governo: “O processo de privatizações não foi, lamentavelmente, uma prioridade do governo Itamar Franco. (...) [Houve um] pífio resultado (...) grupos dentro e fora do governo retardaram as reformas necessárias à modernização da economia e à estabilidade monetária.” (*FSP*, 15/12/94). Assim, diferentemente do *JB*, de *OG* e da revista *Veja*, e mais próximo de *OESP*, a *FSP* permaneceu fortemente crítica do Governo Itamar ao final de seu mandato.

Para finalizar, é de extrema importância observar que a análise aqui feita acerca do papel da grande imprensa pode ser paradoxalmente demonstrado nas páginas da própria imprensa, num dos poucos espaços que esta concedeu à divergência. Trata-

se da pesquisa feita pelo jornal *Folha de S. Paulo* em setembro de 1993 sobre a opinião da população brasileira em relação ao setor estatal no país. Para surpresa do jornal, **55% dos entrevistados julgaram ser a participação do Estado pequena na economia, e 87% defenderam o controle do governo sobre os preços dos produtos e serviços**, apenas para ilustrar os dois dados mais marcantes. A *FSP*, perplexa, afirmou em editorial que comenta a pesquisa, intitulado “O Leviatã bem-amado”, que: “(...) Tudo indica que uma sociedade civil frágil, como é a brasileira – com entidades pouco representativas, tanto no ambiente sindical como no político-partidário, – leva inexoravelmente a que uma parcela majoritária prefira entregar-se à tutela do Estado.” (*FSP*, 19/09/93). Portanto, a explicação do jornal procura reforçar a sua própria proposição privatista do mundo. Procurou, contudo, fazer críticas muito amenas a estes dados, pois não poderia se distanciar radicalmente do pensamento médio nacional, sobretudo de seus leitores. Lutaria, contudo – assim como todos os seus congêneres –, vigorosamente para que estas resistências ao privatismo fossem removidas, o que implica a luta ideológica por excelência.

Por outro lado, alguns dias depois da pesquisa, na seção “Opinião Econômica”, Paul Singer, conhecido intelectual de esquerda, publicou um artigo na própria *FSP*⁶⁴ que em boa medida sintetiza questões que discutimos neste trabalho. Vejamos:

⁶⁴ Reitere-se, pois fundamental no caso da *FSP* em razão de sua insistente “independência editorial e ideológica”, que este jornal foi possivelmente o “menos fechado” a contribuições de intelectuais não vinculados à hegemonia ultraliberal, o que é diferente de ser “mais aberto” no sentido do pluralismo. As seções “Opinião Econômica” e “Tendências e Debates” foram ocupadas, embora minoritariamente, por este perfil de intelectual e político, mas foram obnubiladas pela avalanche ideológica sobre o “mal” representado pelo Estado, em contraste com o “bem” a ser produzido pelas reformas orientadas para o mercado. Nada disso, contudo, foi suficiente, como não poderia deixar de ser, para que o jornal aderisse, com todas as suas armas, ao ultraliberalismo.

Pode-se compreender esta maior abertura da *Folha*, em termos comparativos aos seus congêneres, seja em razão de seu descompromisso doutrinário seja porque, desde a campanha pelas diretas, em 1984, aproximou-se – incluindo-se motivos comerciais – das demandas democráticas da sociedade, tornando-se a partir daí o maior, em vendas, jornal brasileiro. Serviria, assim, a dois senhores: aos históricos interesses do Capital Global e às demandas democráticas (em termos econômicos e sobretudo políticos) de uma sociedade que lutava para se democratizar após duas décadas de ditadura militar. Esta ambigüidade acompanha o jornal que, por obter êxito comercial e representar largos setores das classes médias, pôde ser mais autônoma, ou melhor, menos dependente de uma doutrina rígida, como, aliás, é sua marca histórica.

“Esses resultados surpreendem porque, durante anos já se apregoa que entre os que entendem de economia, haveria um consenso de que a causa da crise brasileira seria a ‘falência do Estado’, causada pelo seu tamanho excessivo e por mazelas (...) que seriam intrínsecas às atividades estatais enquanto tais. Ora, se este consenso fosse verdadeiro, haveria um divórcio inacreditável entre os formadores de opinião e a opinião da grande maioria dos brasileiros. *Na realidade, este consenso não existe. (...) Os que sempre defenderam estas posições [liberais – FF] e os recém convertidos a elas (...) resolveram celebrar o novo ‘consenso’, deixando de lado todos os que continuam discordando.* (...) a queda do ‘socialismo real’ foi interpretada como prova de que o Estado deve mesmo se limitar à manutenção da ordem pública e à provisão de alguns poucos bens públicos, *tratando a todos os que sustentam opinião diferente como anacrônicos e por isto pouco representativos. O falso consenso apresentado pela imprensa desfigurou a verdadeira opinião pública, que a pesquisa do Datafolha finalmente trouxe à tona.*(...)”

“É simplismo demasiado sustentar, como gostam de fazer certos liberais, que a alternativa à economia pura do mercado é somente a economia centralmente planejada. Na realidade, o limite entre o público e o privado, entre o coletivo e o individual, entre gestão governamental e disciplina de mercado pode ser traçado de muitas formas.(...) *parece evidente que não há consenso sobre a necessidade de diminuir o Estado brasileiro, nem mesmo entre as elites empresariais.*

“*O empenho em mostrar que entre intelectuais, empresários, meios de comunicação e políticos há virtual consenso sobre o que fazer com o Estado no Brasil impede na verdade que um autêntico consenso se construa por meio de negociações entre os que representam interesses e posicionamentos divergentes.* (...)”

“Não há vantagem em deixar que o cenário se polarize entre os que querem entregar tudo à disciplina do mercado. (...) e os que querem deixar tudo como está.” (Paul Singer, artigo “O falso consenso”, seção “Opinião Econômica, FSP, 24/09/93, ênfases nossas)

Esta extensa passagem sintetiza em larga medida o comportamento da grande imprensa, como procuramos demonstrar ao longo deste trabalho. Como se pode notar, o embate pela fabricação de um consenso, “falso” porque fortemente enviesado, como afirma Paul Singer, mobilizou todos os órgãos aqui retratados em sua luta radicalizada para simplificar os termos da crise – complexa por excelência –, vulgarizando e divulgando idéias dicotômicas, tais como as que opunham Estado ao Mercado, e as que comparavam a crise brasileira à crise soviética e depois russa, por exemplo. Este artigo sintetiza, pois, com perfeição, o papel da grande imprensa e sua postura perante a contenda ideológica central no Governo Itamar Franco.

V. OUTRAS TEORIAS E INTERPRETAÇÕES ACERCA DO PAPEL DA MÍDIA E DA IMPRENSA

Tendo em vista ser a comunicação um processo extremamente complexo, que envolve, dentre outros, elementos psicológicos, mentais, culturais, políticos e sociais, dever-se-ia, segundo diversos teóricos da comunicação, compreendê-la nessa perspectiva ampla. Afinal, a complexidade desse processo implica observar inúmeras variáveis que, dessa forma, só fariam sentido se articuladas.

Por isso, inúmeras teorias da comunicação tentam captar esta complexidade ao privilegiar aspectos distintos tendo em vista possuírem premissas por vezes inconciliáveis. Como existem inúmeras macro-interpretações possíveis, que por seu turno se desdobram em inúmeras outras, exporemos a seguir algumas destas possibilidades na tentativa de identificar como distintas teorias da comunicação interpretariam – alternativamente à visão que desenvolvemos acima – o papel da grande imprensa brasileira na referida conjuntura. Note-se que a exposição a seguir não tem por objetivo esgotar todas as perspectivas teórico/metodológicas na área da

comunicação, e sim delinear algumas das possibilidades já consolidadas a partir de algumas escolhas tipológicas.

Segundo diversas teorias da comunicação, o processo comunicacional ocorreria em *contextos distintos*, embora não excludentes, e poderiam ser assim definidos:

Contexto interpessoal. Nesta modalidade, a comunicação ocorreria através da interação face-a-face, isto é, cada pessoa possui uma percepção das outras e há níveis diversos de atração entre elas. Não se aplica diretamente, como se pode observar, ao caso da grande imprensa, embora pessoas influenciadas pelos periódicos possam se relacionar com outras tendo-se a mídia, mesmo que de forma indireta, o papel de mediadora das informações emitidas e recebidas pelos interlocutores.

Contexto de grupo (que é um subproduto da comunicação interpessoal). Trata-se do processo em que a comunicação é efetuada no contexto de um pequeno grupo. Dado que os indivíduos se identificam com grupos diversos, em âmbito profissional e/ou sócio-emocional, a comunicação via grupo oferece análises empíricas sobre como os membros de um dado segmento emitem e recebem informações. Especificamente no caso da grande imprensa, as pesquisas de opinião, realizadas pelos próprios periódicos com seus leitores, ilustram o perfil deste (como aludido acima), e podem nos mostrar como, no interior de um pequeno grupo, a informação é codificada⁶⁵.

Contexto da organização. É aquele em que a organização é concebida como sistema de grupos, isto é, redes que interagem por intermédio da comunicação. Tanto as organizações privadas como as públicas têm na comunicação um elemento estruturante, inclusive para a

⁶⁵ É interessante observar que Pierre Bourdieu nos fornece um cabedal teórico/metodológico importante acerca de como determinados grupos, cujos membros interagem em *campos* específicos de atuação, competem pela dominação e pela legitimação pessoal/profissional. Cf. BOURDIEU, Pierre, dentre outros textos, sobretudo *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro, Difel, 1989; *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 1974; “Champ intellectuel et projet créateur” In *Les temps Modernes*, nº246, nov/1966; e *Le trois états du capital culturel. Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 30, nov./1979.

tomada de decisão. No que tange à comunicação intra-organizacional, e tendo em vista a relação emissor (periódicos)/receptor (leitores), presente neste trabalho, este contexto não se aplica aos jornais acima analisados, exceto no interior dos próprios periódicos. Neste caso, e sobretudo no terreno da análise do funcionamento dos meios de comunicação, já há uma vasta bibliografia⁶⁶.

Contexto de massa. Através de organizações diversas, este contexto comunicacional volta-se para a massa de receptores, em diversos âmbitos. Sobretudo em sociedades que avançaram em termos urbano-industriais e sócio-educacionais, envolve interação simbólica, mas vinculada a grandes audiências. No caso dos jornais brasileiros, discutidos neste trabalho, embora a massa de leitores seja pequena comparativamente aos telespectadores e ouvintes, pode-se inseri-los no contexto de massa, pois são agregados que se contam aos milhões (em termos agregados). A comunicação deve assim atingir um público diverso e por vezes bastante heterogêneo – mesmo no interior de um perfil *social* semelhante, caso dos leitores dos grandes periódicos no Brasil –, o que implica tornar a mensagem inteligível, através de estratégias comunicacionais facilitadoras. Em outras palavras, mesmo para um público mais culto, a linguagem jornalística tende a ser homogeneizante, por vezes didática – tendência, aliás, em voga no jornalismo brasileiro –, e fundamentalmente dicotômica e simplificadora, embora através do uso de mecanismos subliminares. Como exemplo, a *Folha de S. Paulo* particularmente tem como estratégia estabelecer uma certa disjunção entre as manchetes (de capa e no interior das editorias) e as matérias às quais se referem. Assim, o leitor apressado que apenas lê as manchetes, mesmo as internas, terá uma impressão muito distinta, por vezes contrária, ao conteúdo da matéria. Há, no entanto, estratégias e estilos os mais diversos no jornalismo no que tange ao contexto de massa. *OESP* e o *JB*, por seu turno, historicamente adotaram perfis mais

⁶⁶ Dentre outros, ver RIBEIRO, Jorge Cláudio. *Sempre Alerta. Condições e contradições do trabalho jornalístico*. S. Paulo, Brasiliense/Olho D'água, 1994; LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. *Mil Dias. Os bastidores da revolução em um grande jornal*. São Paulo, Trajetória Cultural, 1988. De modo geral, a história dos grandes jornais (nacionais e estrangeiros) revela muito tanto sobre o referido contexto organizacional como em relação ao papel dos meios de comunicação nas sociedades onde estão envolvidos. Ver, dentre outros, *Dicionário Histórico-Biográfico do Centro de Pesquisa e Documentação da FGV/RJ (CPDOC)*, 2002.

elitistas se o compararmos com *OG* e mesmo a *FSP* (e mais ainda se tomarmos como comparação o extinto *Última Hora*).

De acordo com diversos teóricos da comunicação⁶⁷, existem, além dos contextos, alguns processos básicos relacionados à comunicação. Dentre outros, podem ser assim sintetizados e aplicados à análise da grande imprensa brasileira:

Codificação. A interação simbólica é um processo de emissão e recepção de mensagens codificadas. Codificar implica sintetizar conceitualmente a relação entre símbolos, eventos e objetos. Por isso, a comunicação tem na codificação um pressuposto. No caso deste trabalho, a codificação implica, em primeiro lugar, a criação de imagens relativas à crise do Estado (diagnóstico) e, em segundo, a elaboração de um receituário (proposição) voltado às reformas orientadas pelo liberalismo. Assim, temas como eficácia, eficiência, modernização, justiça, progresso, dentre inúmeros outros (como vimos na exposição sobre os periódicos), são codificados pela grande imprensa de uma tal forma que o leitor comum compreenda, mesmo que genericamente, do que se tratam (estes símbolos) e a que se referem.

Significado (que complementa a codificação). Um signo é um estímulo que implica significado, significação, para as pessoas; isto é, os signos possuem funções no processo comunicativo. Em relação à grande imprensa, este significado dá sentido a afirmações, vetos e proposições de temas altamente complexos – caso da agenda liberal – para o leitor dos periódicos. Começam nas manchetes e fotos, e espalham-se por todo o órgão de imprensa, tais como editoriais, artigos, matérias e reportagens. Sobretudo quanto às fotos e manchetes, o significado é ora ostensivo ora subliminar (dependendo do tema em foco), mas claramente permite a

⁶⁷ Baseamo-nos aqui, dentre outros, em LITTLEJOHN, Stephen W. *Fundamentos Teóricos da Comunicação Humana*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982; PENTEADO, J. R. Whitaker. *A técnica da comunicação humana*. S. Paulo, Pioneira, 1982; BERLO, David K. *O processo de comunicação*. R. de Janeiro, Fundo de Cultura, 1960; ROGERS, Everett. *The diffusion of innovations*, New York, Free press, 1995; MATTELART, Armand e Michèle. *História das Teorias da Comunicação*. São Paulo, Loyola, 1999; e DEFLEUR, Melvin L. e BALL-ROKESCH, Sandra. *Theories on Mass Communication*. New York, Longman, 1989.

compreensão e mesmo a identificação do leitor às mensagens enviadas pelos periódicos. Os leitores, por seu turno, interagem com os órgãos de comunicação através de cartas, de pesquisas de opinião feitas por institutos e pelos próprios jornais (pesquisas sobre o perfil do leitor). O jornal *Folha de S. Paulo* foi o periódico que mais desenvolveu esta técnica de identificação e conhecimento do leitor.

Pensamento (relaciona-se aos dois tópicos precedentes). As mensagens, que são signos formados pelos pensamentos humanos, são por eles conceitualizadas, pois pensar tem como premissa uma lógica relacional. Assim, neste trabalho a perspectiva de se relacionar – na análise dos periódicos – temas como “progresso” à diminuição do Estado faz-se através do pensamento relacional (em termos conceituais, num primeiro momento). O leitor capta, através de uma lógica conceitual, as mensagens enviadas pelos periódicos, relacionando-as à sua realidade, o que faz com que tais mensagens adquiram concretude. Tratar-se-ia de um processo complexo mas altamente eficaz, segundo esta perspectiva.

Vejamos, agora, outras perspectivas discutidas pelos teóricos da comunicação. Segundo Venício Lima, as teorias da comunicação – com imbricações diversas, da matemática à sociologia – podem ser assim definidas em termos de *macro-teorias*, isto é, num quadro-síntese através das seguintes perspectivas:

- a) *Manipulação*. Esta perspectiva entende que os meios de comunicação são instrumentos de manipulação. De acordo com Lima, ficaram conhecidos, por exemplo, como “teoria da agulha hipodérmica”, como “buttlet theory” (Wolf, apud Lima), como “teoria da bala mágica” e como “teoria da correia de transmissão” (DeFleur, apud Lima)⁶⁸. A premissa central é que os indivíduos comportam-se como autômatos, isto é, seriam presas fáceis aos meios de comunicação. Como contraponto relativo, esta perspectiva unilateral foi

⁶⁸ LIMA, Venício (2002:41).

substituída – e tornada complexa – por Harold Lasswell, que formulou um conjunto de indagações sobre o processo de comunicação, isto é: *quem diz?, o quê diz?, através de qual canal?, diz para quem?, qual o efeito surtido?* Estas indagações implicam um processo que envolve os emissores, o conteúdo das mensagens, os meios pelos quais as mensagens são enviadas, a audiência obtida, e os efeitos alcançados. Dessa forma, a perspectiva simplista da manipulação pura se desvanece. No entanto, trata-se de uma abordagem que privilegia a “função” de cada ato ou etapa do processo comunicacional, inscrevendo-se assim no chamado “funcionalismo”, que, contudo, teria outros desdobramentos, mais abaixo observados.

No trabalho com os quatro periódicos brasileiros, acima analisados, procurou-se examinar a postura dos mesmos perante a agenda ultraliberal. Não se teve portanto como premissa nem o unilateralismo da manipulação pura e simples, nem o acompanhamento do processo comunicacional como um todo – que implicaria responder a todas as perguntas formuladas por Lasswell, o que só seria possível através de um trabalho em equipe e de longo prazo. Procurou-se, assim, observar o papel da grande imprensa enquanto emissora, o que significa responder apenas parte das perguntas formuladas por Lasswell, embora com um viés não funcionalista.

- b) *Persuasão* (influência). Esta perspectiva, que implica uma visão alternativa às teorias unidirecionais vinculadas à idéia de manipulação, introduzem os conceitos de “líderes de opinião” e de “grupos de referência”, que fariam o papel de intermediadores da relação entre as mensagens emitidas e os receptores (telespectadores, ouvintes, leitores). O foco central aqui diz respeito aos “efeitos” produzidos pela mídia na sociedade.

Como um primeiro desdobramento desta perspectiva, há que se destacar a chamada Teoria dos “Uses and gratifications” (Teoria dos Usos e Gratificações), que discute a questão da satisfação dos usuários de produtos culturais. Assim, o receptor “negociaria” com o emissor, demonstrando o papel ativo do receptor, o que levaria o pesquisador a se perguntar sobre o que o receptor faz com os produtos midiáticos. No trabalho com os periódicos brasileiros, não foi nosso objetivo

observar o papel do receptor e sim do emissor (dentre outros motivos porque analisar simultaneamente quatro jornais e sua recepção seria um trabalho hercúleo, como aludido acima), embora tivéssemos a preocupação de demonstrar como a imprensa procurou não se afastar demasiadamente de seus leitores, o que prova que a comunicação não é um processo unilateral.

Um segundo desdobramento da perspectiva da persuasão diz respeito ao que se chama de “difusionismo”, entendido como processo cujo objetivo é difundir informações, sobretudo nos meios considerados arcaicos ou atrasados de uma dada sociedade, com vistas a promover a “modernização” destas. A informação seria, portanto, um mecanismo de persuasão para que os comportamentos fossem alterados. É interessante observar a homologia desta abordagem com as teorias sociológicas que se voltaram para o estudo da “modernização”, isto é, da substituição das sociedades “atrasadas” (sobretudo vinculadas ao universo rural) por sociedades “modernas”, notadamente urbano/industriais⁶⁹. O difusionismo implicaria “jogar sementes” que paulatinamente iriam frutificar. Nesta teoria, sobretudo em seu veio (*model*) conhecido como *two-step flow*, o papel do líder (*leadership*) é destacado como intermediador da relação entre os meios de comunicação e o indivíduo. Seriam as lideranças que, ao sintetizar os conteúdos provenientes da mídia, influenciariam a massa de indivíduos, seja através da difusão de determinadas idéias, seja por influenciar seu comportamento. Embora haja uma maior complexidade neste modelo, é interessante observar que suas premissas encontram-se em boa medida sediadas em pensadores do final do século XIX reativos à emergência das massas populares no cenário político, caso sobretudo de Gabriel Tarde, que em seu livro *The Laws of Imitation* expõe, de forma impressionista, os pressupostos da formação da opinião através do líder em contraste à mera imitação por parte das massas. A grande imprensa brasileira, segundo esta interpretação, seria lida por lideranças que estabeleceriam com as

⁶⁹ Sobretudo na teoria sociológica o tema da modernização encontrou terreno fértil – em cujas conseqüências se inclui a própria “modernização” da mídia. Ver a respeito da clássica problemática da modernização, embora com abordagens distintas: LIPSET, Seymour M. *The Political Man*. New York, Doubleday, 1960; MOORE JR., Barrington. *Social Origins of Dictatorship and Democracy: Lord and Pesant in the Making of Modern Word*. Boston, Becon Press, 1966; e HUNTINGTON, Samuel. P. *Political Order in Changing Societies*. New Haven, Yale University Press, 1968.

massas uma relação de influência, mediando portanto o papel dos emissores em relação aos receptores finais.

Por fim, de um ponto de vista mais próximo ao funcionalismo, pode-se dizer que, segundo E. Rogers, *persuasão* refere-se a um processo de comunicação que implica indução de mudanças (de valores, atitudes e comportamentos), embora também se aplique a resistências às mesmas, e reside tanto nas pessoas como nas mensagens. No que tange à grande imprensa brasileira, a persuasão – com claro caráter de transformação em prol da agenda liberal – foi um instrumento utilizado fartamente. Envolve elementos os mais diversos, como simplificação, convencimento, elaboração de dicotomias e criação de imagens caricaturais, sobretudo em relação ao Estado.

- c) *Função*. Inspirado na tradição sociológica funcionalista de T. Parsons, esta perspectiva examina a mídia em conjunto, de forma integrada, voltando-se as pesquisas às “funções” exercidas na sociedade pelos meios de comunicação. Lasswell, Merton, Lazarsfeld e sobretudo C. Wrigth são os seus principais formuladores e influenciaram o próprio “difusionismo”, acima discutido, assim como a idéia de que a comunicação é premissa ao desenvolvimento social e econômico. Trata-se de uma perspectiva empírica e funcionalista dos meios de comunicação e, como tal, fora descartada na análise que fizemos dos quatro jornais brasileiros neste trabalho, que privilegiou o papel ideológico dos mesmos. A utilização da idéia de “função” como instrumento de análise, contudo, pode ser útil às pesquisas dos meios de comunicação, o que difere da perspectiva funcionalista, que entende ser a sociedade um todo integrado – e, no interior dela, os meios de comunicação –, articulada através das funções que cada parte exerce, compondo assim uma totalidade orgânica.
- d) *Informação*. Vinculada originalmente a um modelo formal, dada sua proveniência da engenharia de telecomunicações, objetiva a “eficácia” na transmissão de dados, sobretudo entre máquinas, mas também entre estas e o homem, assim como entre os homens. Pode ser concebida como teoria

matemática da comunicação e tem como seu principal mentor a figura de David Berlo. Por razões óbvias, esta perspectiva não contempla a análise dos periódicos, realizada acima. Alternativamente, as mensagens que se traduzem em informação, sobretudo no que tange à diminuição das incertezas (em sentido amplo), contribuem para que haja um sentido à vida de cada um. Em particular no que tange a temas públicos – tratados pela grande imprensa –, mas que afetam direta ou indiretamente os indivíduos, os cálculos individuais são realizados como forma de reduzir o desconhecimento do que não se tem certeza ou não se controla. Assim, poder-se-ia manter o *status quo* ou alterá-lo através da informação. Em relação à grande imprensa brasileira, esta procurou informar seus leitores com vistas a promover uma mudança no modelo de desenvolvimento brasileiro, o que causaria impactos diretos e indiretos na vida de cada leitor. Esta mediação seria feita portanto pelo processo – por excelência complexo, reitere-se – de informação.

- e) *Linguagem*. Trata-se de uma abordagem fundada no campo de estudos da linguística, o que implica circunscrever a comunicação como linguagem, embora se reconheça distinções entre a emissão e a recepção tendo em vista a existência de tradições linguísticas próprias. Tem como pressuposto a significação das mensagens e as diversas formas de interpretá-las. A semiótica e as diversas correntes que se apropriam da chamada “análise do discurso”, em que se aplicam métodos de análise estrutural do texto (muitas vezes quantificadoras dos elementos linguísticos) são desdobramentos naturais desta perspectiva. Embora em campos opostos, as tradições provindas de Saussure e Pierce são fundadoras desta abordagem. Quanto ao trabalho com os periódicos aqui efetivado, este tipo de análise é perfeitamente possível – embora tenhamos optado por não o utilizarmos –, pois procura compreender a fala da imprensa, por exemplo, à luz das

estratégias discursivas, tais como as que sobrepõem as adjetivações aos substantivos, dentre inúmeras outras⁷⁰.

- f) *Mercadoria*. Esta perspectiva, também conhecida como “teoria crítica”, é proveniente da chamada Escola de Frankfurt, cujo principal expoente é Theodor Adorno. Volta-se ao estudo da economia política da comunicação, pois enfatiza o papel mercantil que a informação e a produção cultural como um todo assumem no capitalismo. Estudos sobre os meios de comunicação enquanto conglomerados capitalistas que se desenvolvem com o objetivo de divulgar seus produtos em prol da formação de cultura de massas é o elemento chave desta abordagem. Em nosso trabalho sobre os periódicos, de certa forma utilizamos esta perspectiva ao procurarmos compreender a atuação dos mesmos enquanto empresas, embora não fosse nosso objetivo discutir o problema da cultura de massas⁷¹.
- g) *Cultura*. Trata-se de uma abordagem que enxerga a comunicação como cultura, isto é, como compartilhamento cultural de valores, voltando-se assim ao que se chama de “cultural studies”. Colocada numa perspectiva “compreensiva”, busca analisar a *construção de significados* por parte da sociedade no que tange à mídia. Como consequência desta perspectiva, pululam estudos sobre a recepção das mensagens. Daí as análises sobre a recepção de informações no cotidiano e sobretudo a já aludida teoria dos “usos e gratificações” do chamado “consumidor cultural” (cultura entendida em sentido lato). Aqui, o receptor é visto como consumidor e concebido como agente ativo e elaborador de mediações, portanto num pólo oposto ao unilateralismo da emissão, pois é valorizado o papel soberano deste consumidor de símbolos. No que tange ao nosso trabalho com os periódicos,

⁷⁰ Um trabalho muito bem feito nesta perspectiva pode ser encontrado em MOSCA, Lineide do Lago Salvador. *A Subjetividade no Editorial: Uma Análise Retórico-Argumentativa da Adjetivação*. Tese de Doutorado, FFICH-USP, 1990

⁷¹ Como exemplo da utilização desta abordagem sobre a formação da sociedade de massa no Brasil através de um complexo jornalístico, há o importante estudo de TASCHNER, Gisela. *Folhas ao Vento. Análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 1992.

não tivemos o intuito de abordar a recepção e sim a forma como a emissão – no caso, ideológica – se configurou, como já aludimos.

- h) Mais especificamente quanto às *teorias acerca da recepção*, embora as tangenciássemos acima, cabe dizer que estas vêm se desenvolvendo como um campo próprio, relativamente autônomo, de reflexão e pesquisas. Casos notórios, dentre inúmeros outros em campos os mais distintos das comunicações, são as obras de Jesus Barbero. Para Barbero, “(...) a comunicação se tornou para nós questão de *mediações* mais que de meios, questão de *cultura* e, portanto, não só de conhecimentos mas de reconhecimento. Um reconhecimento que foi, de início, operação de deslocamento metodológico para re-ver o processo inteiro da comunicação a partir de seu *outro* lado, o da recepção, o das resistências que aí têm seu lugar, o da apropriação a partir de seus usos.” (BARBERO, 1997:16). Para este autor, que interpela especificamente a cultura latino-americana, a recepção é mediada por lutas e resistências, o que faz com que o conhecimento da dominação seja por excelência mais complexo. Já Michel De Certeau critica a razão técnica que arrogantemente imaginaria saber como melhor se organiza as pessoas e suas vidas, pois, para ele, o homem comum silenciosamente escaparia a esse mundo conformado na medida em que “inventaria” o cotidiano. Para tanto, se utilizaria de estratégias sutis, alterando assim os códigos dominantes, o que implicaria uma reapropriação dos espaço (em sentido amplo, sobretudo o simbólico). A própria língua e as diversas linguagens expressariam estas astúcias que passariam ao largo da cultura dominante. Assim, os cidadãos inventariam “trilhas” que: “(...) circulam, vão e vêm, saem da linha e derivam num relevo imposto, ondulações espumantes de um mar que se insinua entre os rochedos e os déladados de uma ordem estabelecida.” (De Certeau, 1997:97). Como se observa, ambos os autores, embora distintos, apostam fortemente na capacidade não apenas interpretativa como ativa dos receptores, que, assim, transformariam as mensagens, mediando-as de inúmeras formas. Estas perspectivas são extremamente ricas, e poderiam perfeitamente compreender o papel dos leitores dos jornais da grande imprensa brasileira. Como,

contudo, como já aludido, a pesquisa com os grandes jornais brasileiros circunscreveu-se à emissão (sobretudo os editoriais), não seria possível utilizar deste postulado no trabalho acima. Note-se que estas abordagens tangenciam as discutidas no item b (acima), mas se especificam ao criar um campo próprio de pesquisa a partir do receptor.

- i) *Diálogo*. Conhecido como “comunicação interativa”, dada sua proveniência da obra de Paulo Freire, contém um forte elemento político/normativo no sentido de que a comunicação é vista como um direito a ser apropriado pelos grupos populares. As novas tecnologias, que permitem uma maior interação entre o emissor e o receptor, são tidas como potencialidades a serem utilizadas sobretudo pelos grupos dominados da sociedade. Em nosso trabalho com os jornais, embora não utilizássemos esta abordagem, compartilhamos o intuito ético/político contida na mesma. Por outro lado, apesar de distinções importantes, há nesta perspectiva de Freire elementos de aproximação com a chamada “teoria do agir comunicativo”, de J. Habermas.
- j) *Teoria do Agir Comunicativo*. Criada por J. Habermas, esta teoria entende que a ação e interação devem ser associadas a teias (de trocas) simbólicas e contextos linguísticos. Isso significa que a ação objetiva e cognitiva implicaria “dizer a verdade”, sendo que a ação intersubjetiva visaria à correção moral da ação, que por seu turno teria como pressuposto a sinceridade. Em outras palavras, a comunicação visaria essencialmente a intercompreensão e o consenso, e não a dominação e o poder. Esta teoria, que contém um alto grau de abstração, é por muitos considerada metafísica e, por isso, de baixa aplicabilidade, embora venha influenciando gerações de estudiosos. No caso do trabalho com os periódicos, esta perspectiva poderia ser, mesmo que de forma indireta, aplicada, mas a análise observou o conflito e não o consenso.
- k) *Teoria dos Sistemas*. Teoria que implica a totalidade dos fenômenos, intenta descobrir os princípios e leis gerais de todos os sistemas, o que significa deter uma multiplicidade de variáveis. Daí a procura por produzir modelos

matemáticos, dado que denotaria objetividade, portanto comum a diversos campos da realidade. Assim, o papel do homem como sujeito histórico – notadamente o homem produtor e consumidor de informação – é esvaziado enquanto membro autônomo, pois tornado engrenagem do sistema. Esta teoria sustenta-se nos conceitos de integridade e funcionalidade, os quais confluem para um certo positivismo analítico, em razão de seu objetivismo teleológico. Assim, a Teoria Geral dos Sistemas tem como pressuposto a redução da sociedade humana (em sentido amplo) aos sistemas em geral, ou melhor, às propriedades gerais dos sistemas biológicos ou das máquinas cibernéticas, promovendo assim a permanência dos processos, e não as suas rupturas. Daí, por fim, o quantitativismo como norma pétrea desta perspectiva, que, também de forma indireta, poderia ser utilizada numa pesquisa com periódicos, mas que não a utilizamos, dada a compreensão de que os homens não são simplesmente parte passiva de um sistema geral, seja ele qual for.

- 1) *interação simbólica*, que pode ser entendida como um processo de troca de mensagens por intermédio de símbolos. Por isso, a comunicação é um processo em que, por excelência, emissores e receptores se interligam através das mensagens que contêm símbolos. No que tange aos periódicos analisados neste relatório, os proprietários dos jornais/editorialistas/jornalistas interagem com os leitores num processo de adequação e readequação. Por exemplo, um jornal jamais pode se distanciar completamente do que pensa a média de seus leitores, ao menos por um tempo muito longo. Por outro lado, os jornais querem formar a opinião de seus leitores. Este processo de emissão/recepção é marcado por um equilíbrio ténue, em que de lado a lado há reposicionamentos em razão de ajustes mútuos. De certa forma, embora com distinções importantes, tomamos o pressuposto geral desta interação – que por vezes é conflituosa – como válida na análise dos jornais em foco.

Compreender o processo de comunicação de uma dada sociedade requer fazer escolhas teórico/metodológicas tendo em vista tanto a diversidade de pressupostos como a ampla gama de possibilidades teóricas que se tem à disposição. Assim, a compreensão de um fenômeno torna-se possível através de meios científicos diversos, pois a comunicação através de periódicos, por exemplo, não apenas é um processo complexo como social por excelência, pois ocorre em sociedades massificadas e portanto intermediadas pelos meios de comunicação.

Esta seção procurou então minimamente expor algumas das diversas possibilidades teóricas acerca da comunicação, sem esquecer que por complexidade se entende – embora com pesos hierárquicos distintos, a depender dos pressupostos de cada opção teórica adotada – as perspectivas contextuais, processuais e macro-teóricas, que se personificam em diversos fatores, tais como, dentre outros, conflito ou consenso, totalidade ou fragmentação, dominação ou complementaridade, ênfase nos processos materiais ou culturais, apenas para citar algumas das possibilidades existentes.

Assim, a análise de algumas das teorias – tradicionais e contemporâneas –, de forma panorâmica pretendeu abordar um conjunto de postulados, o que demonstra uma vez mais que, em particular no terreno da comunicação, é inescapável fazer escolhas teórico/metodológicas bem definidas, pois à complexidade do tema (a comunicação) corresponde uma vasta gama de possibilidades analíticas.

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos demonstrar, neste trabalho, como numa conjuntura particularmente decisiva – a crise política que redundou no *impeachment* de Collor e a possibilidade de refluxo da agenda ultraliberal com o novo governo de Itamar Franco – a grande imprensa se posicionou e reposicionou perante temas políticos e econômicos, traduzindo-os aos seus leitores de forma ideologicamente inviesada.

Diferenças ideológico/editoriais à parte, todos os periódicos atuaram em uníssono, o que implicou não apenas defender as mesmas idéias, muitas vezes utilizando-se das mesmas imagens – em larga medida caricaturais e dicotômicas –, como também e principalmente desqualificar todos os que se opusessem às idéias esposadas, incluindo-se aqueles que simplesmente se opunham ao *modo* como a agenda ultraliberal estava sendo implementada. Mas, mais importante, a grande imprensa desqualificou os adversários desta agenda ao imputar a eles interesses escusos, deslegitimando, dessa forma, mais do que suas idéias, e sim os próprios atores tomados enquanto tais foram considerados uma “minoría anacrônica”, à qual seria desnecessário dar ouvidos.

A luta pela hegemonia fez com que, portanto, a imprensa como *aparelho privado de hegemonia* e mesmo como *empresa capitalista* vetasse o debate, pois recusou-se a discutir idéias, a argumentar a partir de idéias distintas, a demonstrar todas as variáveis e implicações de cada ação tomada, a clarear enfim todo o complexo problema da reversão do modelo de desenvolvimento brasileiro. Ao adotar tal postura – militante e radicalizada – em prol de uma ideologia, não contribuiu nem para o debate nem para a democracia brasileira, pois simplesmente buscou construir um “falso consenso” democrático que, na verdade, nada mais foi do que a luta pela conquista da hegemonia, mas sempre em nome da própria democracia e do pluralismo.

Os interesses que os periódicos aqui analisados esposaram demonstram sua vinculação ao Capital Global – daí a insistente defesa do capital estrangeiro em parceria ao capital nacional, cuja associação deveria se dar ainda mais vigorosamente nos processos de privatização. Também as classes médias – constitutivas do parco universo de leitores no país e pertencentes aos estratos superiores da hierarquia social brasileira – são fortemente representadas pelos periódicos. Ademais, os editoriais, foco principal de análise neste trabalho, não apenas expressam a linha ideológico/editorial dos órgãos em tela – sintetizando assim o viés das coberturas jornalísticas – como dialogam com os centros decisórios estatais, com diversos outros pólos de poder espalhados pela sociedade e com os “formadores de opinião”, ou melhor, “retransmissores”, isto é, justamente os estratos superiores aludidos.

Os periódicos foram analisados, então, à luz de uma simbiose de características, tipificadas em “doutrinários” e “pragmáticos”, portadores das éticas (weberianas) da “convicção e da responsabilidade”, além de atuarem como “aparelhos privados de hegemonia” (Gramsci), como “empresas capitalistas” e, por vezes, como “partido político” (do Capital Global). A junção, nestas tipificações, das perspectivas weberiana e gramsciana pretende contribuir para um alargamento da compreensão do papel da grande imprensa. Por mais distintos que sejam os projetos de ambas as perspectivas, há contribuições decisivas de ambos os autores que guardam em comum a preocupação com as formas de construção do consenso: o tema da legitimidade em Weber e o da hegemonia em Gramsci. Embora este trabalho filie-se claramente a este último, entende-se ser perfeitamente possível analisar o embate acerca da reversão do modelo de desenvolvimento brasileiro, tendo a grande imprensa como instrumento, a partir de perspectivas que se complementam, ao menos no que tange ao fio condutor acima aludido.

Por fim, cabe ressaltar que a batalha principal travada no período em foco voltou-se fundamentalmente à formação da agenda, tendo como norte a hegemonia ultraliberal provinda dos países centrais e canalizada através do chamado “Consenso de Washington”. De modo geral, desde a crise da moratória, em 1987, e a partir das renhidas contendas na Constituinte em 1987/1988, no contexto, ademais, da crise do

“Plano Cruzado”, a grande imprensa como um todo veio se voltando à agenda ultraliberal, o que fez com que o apoio a Collor – mesmo que a contragosto por parte de alguns órgãos – se desse tanto por medo do seu adversário, o PT, como pela agenda esposada pelo ex-governador de Alagoas. Os dois anos de Collor foram, então, saudados como revolucionários em termos específicos da reversão do modelo de desenvolvimento nacional através da constituição de uma nova agenda. Como vimos, os periódicos procuraram herculeamente separar as denúncias de corrupção e o afastamento de Collor da agenda ultraliberal. Temeram que se tornassem sinônimos, obstando esta agenda, e principalmente que o novo governo de Itamar Franco a encerrasse em virtude de suas históricas vinculações ao nacional-desenvolvimentismo, num contexto marcado por indefinições de todo tipo.

Portanto, o objetivo político/ideológico dos órgãos aqui analisados fez com que, nesta conjuntura específica, se utilizassem da atividade jornalística como um meio para conquistar a hegemonia ultraliberal, distanciando-se em larga medida de seu alegado propósito de “informar com isenção o leitor”.

VII. BIBLIOGRAFIA GERAL

ALTHUSSER, Louis. *Idéologie et appareils idéologiques d'État*. Paris: Éditions Sociales, 1976.

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo, Paz e Terra, 1982

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa, Difel, 1989

_____ *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 1974 _____ “Champ intellectuel et projet créateur” In *Les temps Modernes*, nº246, nov/1966

_____ *Le trois états du capital culturel*. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 30, nov./1979.

BRUNHOFF, Suzanne de. *A Hora do Mercado: Crítica do Liberalismo*. São Paulo, Unesp, 1991

CAPELATO, M. Helena. “O Controle da Opinião e os Limites da Liberdade: Imprensa Paulista (1920-1945)” In *Revista Brasileira de História* (Política & Cultura), vol. 12, nº 23/24, set.91/ago.92

COCKETT, Richard. *Thinking the Unthinkable (Think-Tanks and the Economic Counter-Revolution, 1931-1983)*. London, HarperCollins, 1995.

DAHRENDORF, Ralf. *O Conflito Social Moderno*. R. de Janeiro, Jorge Zahar/S. Paulo, Edusp, 1992

DE CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano: artes do fazer*. Petrópolis, Vozes, 1996.

DEFLEUR, Melvin L. e BALL-ROKESCH, Sandra. *Theories on Mass Communication*. New York, Longman, 1989

DICIONÁRIO DE ECONOMIA. São Paulo, Abril Cultural, 1985

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DO CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DA FGV/RJ (CPDOC), 2002

EAGLETON, Terry. *Ideology, An Introduction*. Oxford, 1991.

FARIA, Armando Medeiros de. *O Jornalismo Econômico e a Cobertura sobre a Privatização (1990/1991)*. Dissertação de Mestrado ECA-USP, 1994.

FIORI, José L. *Em Busca do Dissenso Perdido*. Rio de Janeiro, Insight, 1995.

FONSECA, Francisco C. P. *A agenda da transformação: a grande imprensa e a hegemonia neoliberal no Brasil (a imprensa paulista e a 'Nova República')*, Série Relatórios de Pesquisa, NPP, FGV/SP, nº 55/2001.

_____ *A agenda da transformação: a grande imprensa e a hegemonia neoliberal no Brasil (a imprensa e o Governo Collor)*, Série Relatórios de Pesquisa, NPP, FGV/SP, nº 50/2001.

_____ *Divulgadores e Vulgarizadores: a grande imprensa e a constituição da hegemonia ultraliberal no Brasil*. Tese de doutoramento, S. Paulo, USP, Depto. de História, 2001.

FORRESTER, Viviane. *O Horror Econômico*. São Paulo, Unesp, 1997.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo & Liberdade*. São Paulo, Artenova, 1977.

GENTILI, Pablo e SADER, Emir. *Pós-Neoliberalismo – As Políticas Sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere* (5 Vols.) Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

_____ *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

GUDIN, Eugênio e SIMONSEN, Roberto. *A Controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira*. Rio. de Janeiro, IPEA/INPES, 1978.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural na Esfera Pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

HARVEY , David . *Condição Pós-Moderna*. São Paulo , Loyola, 1992.

HAYEK, F. A. von, *Direito, Legislação e Liberdade – uma nova formulação dos princípios liberais de justiça e economia política*. São Paulo, Ed. Visão, 1985, 3 volumes.

_____ *Os Fundamentos da Liberdade*. Brasília, Ed. UNB e São Paulo, Ed. Visão, 1983.

_____ *O Caminho da Servidão*. R. de Janeiro, Expressão e Cultura/Instituto Liberal, 1987.

HELLEINER, Eric. “*From Bretton Woods to Global Finance: A World turned Upside Down*” In Stubbs, R. e Undershill, R (eds.). *Political Economy and the Changing Global Order*. St. Martins’s Press, New York, 1994.

HERZ, Daniel. *A História Secreta da Rede Globo*, Tchê, 1987.

HIRSCHMAN, Albert. *A retórica da Intransigência*. São Paulo, Cia. das Letras, 1985.

- HIRST, Paul, e THOMPSON, Grahame. *Globalization in Question*, Oxford, 1996.
- HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos: O Breve Século XX (1914-1991)*. S. Paulo, Cia. das Letras, 1995
- HUNTINGTON, Samuel. P. *Political Order in Changing Societies*. New Haven, Yale University Press, 1968.
- IANNI, Octávio et alii (orgs.). *Desafios da Comunicação*, Petrópolis, Vozes, 2001.
- KEYNES, J. M. “*O Fim do Laissez-Faire*”, Apud SZMRECSÁNYI, T. *Keynes – Coleção Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo, Ática, 1984.
- KREINZ, Glória A. R. *Ideologia, Notícia e Mercado – A pós-modernidade tecnocrática da Folha de S. Paulo*. Tese de Doutorado, ECA/USP, 1990.
- KUNCZICK, Michael. *Conceitos de Jornalismo*. São Paulo, Edusp, 1997.
- LABORIE, Pierre. “*Histoire politique et histoire des représentations mentales*” In PESCHANSKI, Denis et al (orgs.). *Histoire Politique et Sciences Sociales*. Paris, Editions Complexe, 1991
- LIMA, Venício. *Mídia: Teoria e Política*. São Paulo, Fund. Perseu Abramo, 2002
- LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. *Mil Dias. Os bastidores da revolução em um grande jornal*. São Paulo, Trajetória Cultural, 1988
- LIPPMANN, Walter. *A Reconstrução da Sociedade*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1961.
- _____ *Public Opinion*. New York, Free Press Paperbacks, 1997
- LIPSET, Seymour M. *The Political Man*. New York, Doubleday, 1960

- LITTLEJOHN, Stephen W. *Fundamentos Teóricos da Comunicação Humana*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982
- MARCONDES FILHO, Ciro . *Imprensa e Capitalismo (org.)* São Paulo, Kairós, 1984.
- MARIANI, Bethania. *O PCB e a Imprensa – Os Comunistas no Imaginário dos Jornais*. Campinas , Revan /Ed .da Unicamp, 1998.
- MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações (comunicação, cultura e hegemonia)*. R. de Janeiro, UFRJ, 1997.
- MARTINS, Luciano. *Estado e Burocracia no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985
- MATTELART, Armand e Michèle. *História das Teorias da Comunicação*. São Paulo, Loyola, 1999
- MELO, José Marques de. *A opinião no Jornalismo Brasileiro*. Petrópolis, Vozes, 1994.
- MELO, José Marques de. *Estudos de Jornalismo Comparado*. São Paulo, Pioneira, 1972.
- MILL, John Stuart, *Sobre a Liberdade*. Petrópolis, Vozes, 1991.
- MISES, L. Von. *Liberalismo, segundo a tradição clássica*. Rio de Janeiro, José Olympio/Inst. Liberal, 1987.
- MOORE JR, Barrington. *Social Origins of Dictatorship and Democracy: Lord and Pesant in the Making of Modern Word*. Boston, Becon Press, 1966

- MORAES, Reginado C. C. de. “Filosofemas que têm conseqüências – a Escola Austríaca e Keynes diante da especulação e da incerteza sistêmica” In *Economia, Política e Ideologias*. Campinas, Unicamp, IFCH, Coleção Primeira Versão, nº 83, abril/99.
- MOSCA, Lineide do Lago Salvador. *A Subjetividade no Editorial: Uma Análise Retórico-Argumentativa da Adjetivação*. Tese de Doutorado, FFICH-USP, 1990
- MUNIZ, Altermar Costa. *As Mudanças de Linha Editorial na Folha de S. Paulo (1979-1989)*. Dissertação de Mestrado, Depto. de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1999.
- OFFE, Claus. *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.
- PAIM, Antonio. *A Querela do Estatismo*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1978.
- PARSONS, Wayne. *The Power of the Financial Press*. New Jersey, Rutgers University Press, 1990.
- PENTEADO, J. R. Whitaker. *A técnica da comunicação humana*. S. Paulo, Pioneira, 1982
- PEREIRA NUNES, J. Manuel. *Liberalismo, Brasil e a Década Perdida: manifestações do pensamento liberal no Brasil nos anos 1980*. São Paulo, Dissertação de mestrado, Depto. de História, USP, 1996.
- POPPER, Karl. *A Sociedade Aberta e seus Inimigos*, várias edições.
- POULANTZAS, N. *O Estado, o Poder e o Socialismo*. R. de Janeiro, Zahar, 1982.

- RIBEIRO, Jorge Cláudio. *Sempre Alerta. Condições e contradições do trabalho jornalístico*. S. Paulo, Brasiliense/Olho D'água, 1994
- ROGERS, Everett. *The diffusion of innovations*, New York, Free press, 1995
- ROTHERMUND, Dietmar. *The Global Impact of the Great Depression (1929-1939)*. London/New York, Routledge, 1996.
- TASCHNER, Gisela. *Folhas ao Vento. Análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 1992.
- THOMPSON, Andrés A. “Think Tanks” en la Argentina (Conocimiento, Instituciones y Política). Buenos Aires, Centro de Estudios de Estado y Sociedad, 1994
- VAITSOS, Constantine V., “Radical Technological Changes and the New ‘Order’ in the World-Economy” In *Review*, vol. 12, nº 2, 1989.
- VALDÉS, J. Gabriel. *Pinochet’s Economists – The Chicago School in Chile*. Cambridge University Press, 1995.
- VELASCO E CRUZ, Sebastião C. “1975/1976. “Luzes e Sombras: O discurso antiestatizante”. In *O Presente como História: Economia e Política no Brasil Pós-64*. Campinas, Ed. Unicamp/IFCH, 1997, Coleção Trajetória 3.
- WEBER, Max. “Para una Sociología de la Prensa” In *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, nº 57, jan-mar. /1992. Centro de Investigaciones Sociológicas, Madrid.
- WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo, Cultrix, 1996.